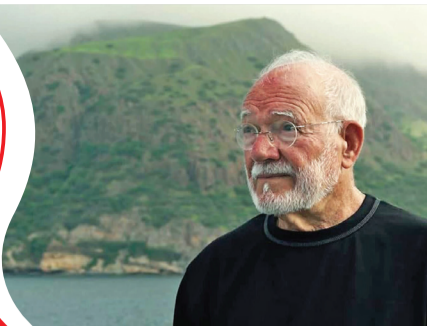




A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Luandino O filme de uma vida

Págs. 2 a 4 in ETC



Legislativas

Francisco Carvalho confirma presença no **debate** de amanhã

Pág. 2

Actos públicos

Austelino Correia viola Código Eleitoral

Pág. 4

Futebol

Mindelense conquista sua terceira Taça de Cabo Verde

Pág. 18

Opinião: Amílcar Monteiro

O que as eleições não decidem

Pág. 24



Hantavírus Cabo Verde na mira da imprensa internacional

Págs. 14 e 15

Dimokransa



Pág. 27

Campanha para as legislativas

Francisco Carvalho confirma presença no debate de amanhã

No último debate, na TCV e RCV, participaram apenas representantes de três partidos políticos, com destaque para a ausência do PAICV, Francisco Carvalho, o que, de certa forma, desvirtuou aquele que deveria ser o primeiro de dois confrontos de ideias num momento crucial da política interna.

Mas desta vez, segundo a direcção da TCV, Francisco Carvalho já confirmou a sua participação no debate de amanhã, 08, nos canais públicos de rádio e televisão.

Francisco Carvalho reincidente

A falta de comparência do líder do PAICV no debate de 28 de Abril gerou um certo burburinho político, tendo em conta que o mesmo tinha sido desenhado e negociado para reunir os líderes dos partidos políticos que concorrem às eleições (MpD, PAICV, UCID, PP e PTS).

A NAÇÃO sabe que o líder do PAICV nunca chegou a confirmar a sua participação no debate de 28 de Abril, que contou apenas com a presença de Ulisses Correia e Silva (MpD), João Santos Luís (UCID) e Amândio Vicente (PP).

Para justificar a ausência, o

O debate televisivo entre os candidatos a primeiro-ministro tornou-se fundamental para cativar indecisos e consolidar os apoios partidários. Entretanto, tem havido situações de “cadeira vazia”, que em nada abonam para a consolidação da democracia. Para amanhã, Francisco Carvalho confirmou a sua presença.

Daniel Almeida

PAICV informou que o seu presidente não participaria no debate por se encontrar em deslocação pelas ilhas (como Brava e Santo Antão), priorizando o contacto directo com o eleitorado no terreno em vez do estúdio de televisão.

Entretanto, tal como em 2024, quando Francisco Carvalho primou pela ausência no debate com os candidatos às eleições autárquicas, os adversários aproveitaram a “cadeira vazia” para criticá-lo, acusando-o de evitar o escrutínio directo sobre as propostas do seu partido e sobre a governação do país.

Não houve frente a frente entre Ulisses e Janira em 2021

Entretanto, Ulisses Correia e Silva vem sendo acusado de

não ter comparecido num debate com a então líder do PAICV, Janira Hoppfer Almada. É importante notar que há uma diferença significativa entre o que aconteceu em 2021 e a situação actual de 2026. Na verdade, o líder do MpD participou nos debates principais de 2021, mas o processo foi marcado por uma forte controvérsia jurídica e estratégica que pode causar alguma confusão.

Quando se falou em falha ou desistência não foi num debate geral, mas sim no frente-a-frente directo entre Ulisses Correia e Silva e Janira Hopffer Almada (então líder do PAICV).

O debate decisivo entre os dois líderes foi inicialmente cancelado porque os tribunais e a Comissão Nacional de Eleições (CNE) deram razão a uma queixa dos partidos mais pequenos (UCID, PP, PTS e PSD),



que argumentaram que um debate exclusivo entre os dois maiores partidos violava o princípio da igualdade de tratamento na rádio e televisão públicas. É certamente por isso que a RTC apostou num debate com todos os partidos políticos.

Importância do debate

Diferente dos tempos de antena ou dos comícios, onde o discurso é unilateral e controlado, o debate força o candidato a sair da sua zona de conforto. É o momento em que as propostas (como as recentes discussões sobre privatizações ou reformas fiscais) são postas à prova pelos adversários.

Por outro lado, permite ao eleitor comparar, lado a lado, a preparação técnica e a postura emocional dos candidatos

e isto, segundo os especialistas, tem um peso significativo entre os eleitores indecisos. Às vezes, a capacidade de resposta e a clareza de um candidato num debate podem definir a intenção de voto de quem ainda não escolheu um partido.

O debate é, também, um espaço de “fact-checking” natural, porquanto, mentiras, ou promessas impossíveis tendem a ser desmascaradas em tempo real pelos oponentes.

O debate é, em última análise, o “exame final” de uma campanha eleitoral, onde o poder de persuasão e a coerência são as ferramentas mais valiosas. E, comparecendo Francisco Carvalho, o debate de amanhã tem tudo para ser o “grande duelo” desta campanha eleitoral, até aqui morna e sem sobressaltos.



Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIX | Nº975 | 07 de Maio de 2026 | Registo DGCS: Nº3/2007 | Registo ARC: Nº3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacov@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressral Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



www.anacao.cv



GARANTIA

SEGUROS



GARANTA A PROTEÇÃO DE QUEM MAIS AMA.

Como nunca se sabe o que lhe poderá acontecer no futuro, é essencial estar sempre protegido para poder proteger os seus. O Garantia Vida Individual é um seguro que garante a sua segurança e a dos seus familiares, oferecendo proteção financeira em caso de imprevistos.

Juntos para que a segurança da sua família não pare.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv



**GARANTIA VIDA
INDIVIDUAL**

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



**FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808**

Participação em actos públicos em período de campanha

Austelino Correia viola Código Eleitoral de forma grosseira

Como o próprio Austelino Correia afirmou no referido acto, associado à Igreja Católica e ao qual estiveram presentes centenas de pessoas, a sua presença simbolizava o compromisso da Assembleia Nacional com iniciativas que promovem o bem comum e fortalecem os valores fundamentais da sociedade cabo-verdiana.

Enquanto orador e padrinho, Correia destacou ainda a importância da educação moral e religiosa na formação integral dos cidadãos, sublinhando que Cabo Verde, enquanto Estado de direito democrático, garante a liberdade de consciência, de crença e de educação.

Conduta eleitoral

O Código Eleitoral e a Constituição da República (Art. 99º) estabelecem o dever de neutralidade de todas as entidades públicas. Isto significa, segundo um jurista consultado pelo A NAÇÃO, que titulares de órgãos públicos não podem intervir, directa ou indirectamente, na campanha eleitoral de forma a favorecer ou prejudicar qualquer candidatura.

Aliás, é precisamente por isso que durante a campanha eleitoral os titulares de cargos políticos ou públicos são obrigados a suspender as respectivas funções, de modo a salvaguardar a imagem das instituições a que estão ligados. Este tipo de exigência inclui até o presidente da República, bem como o presidente da Assembleia Nacional (PAN), caso de Austelino Correia, na linha neste caso de que o Parlamento é a “casa



Sob as “vestes” de Presidente da Assembleia Nacional (PAN), Austelino Correia presidiu, no início desta semana, à abertura da Semana Nacional de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), realizada no Liceu Amílcar Cabral, assumindo o papel de padrinho do evento. Este acto, em plena campanha eleitoral protagonizado pelo cabeça de lista do MpD por Santiago Norte, coloca em causa o princípio de separação de poderes entre a instituição e o candidato.

Daniel Almeida

da democracia”.

Embora Austelino Correia não seja obrigado a renunciar ao cargo de PAN para ser candidato (os deputados gozam de um regime especial), o exercício de funções de representação pública, como o que aconteceu esta semana na Assomada, fica fortemente condicionado durante os 15 dias de campanha eleitoral. Neste período a lei proíbe a realização de cerimónias que possam ser confundi-

das com actos de campanha. Ainda por mais, num momento que exigia uma certa formalidade, o PAN apresentou-se vestido com uma camiseta com a cor da campanha do MpD (ver foto).

Conflitos éticos

Geralmente, para evitar conflitos éticos ou impugnações por parte da CNE, actos protocolares inevitáveis devem ser delegados a um vice-presidente que não

seja candidato ou que não esteja em campanha activa no momento.

Por outro lado, sendo o PAN a segunda figura na hierarquia do Estado e o representante máximo da “casa da democracia”, espera-se que a sua conduta sirva de bússola para o rigor democrático.

No entender do jurista por nós consultado, a confiança dos cidadãos no sistema eleitoral depende da percepção de que o «jogo» é justo.

“Se quem dirige a casa onde se fazem as leis aparenta contornar o espírito dessas mesmas leis (como o dever de neutralidade), isso pode gerar desconfiança e desinteresse nos eleitores, o que é extremamente mau, mormente quando sabemos que a democracia vem passando por uma forte corrosão”.

Em Cabo Verde o sistema democrático, quer através do Código Eleitoral, quer da Constituição da República, prevê a substituição dos titulares políticos para proteger a instituição. “Ao delegar funções aos vice-presidentes durante o período crítico, o PAN não está a abandonar as suas responsabilidades, mas sim a proteger a Assembleia Nacional de ser usada como palco de pré-campanha ou propaganda, o que seria o maior exemplo de respeito parlamentar”, conclui o jurista consultado pelo A NAÇÃO.





PORQUE ALGUMAS
DECISÕES NÃO
PODEM ESPERAR.

Crédito ao consumo do Banco Interatlântico - resposta rápida e condições flexíveis, pensado para simplificar a sua vida.

*Publicidade

PAICV

Francisco Carvalho garante que vai governar para todos

Um comício no largo Amílcar Cabral, na Praia, no passado dia 31 de Abril, marcou o arranque da campanha oficial do PAICV, com Francisco Carvalho a prometer governar sem olhar a cores e partidos, naquela que tem sido a tônica do slogan “Cabo Verde para todos”, caso venha a conseguir a confiança dos eleitores para ser eleito primeiro-ministro.

Carvalho destacou, durante a sua intervenção, que a criação de emprego será o “maior projecto” do PAICV para Cabo Verde, defendendo políticas que garantam rendimento e melhores condições de vida aos cabo-verdianos, como vem sendo tônica nas suas intervenções.

O cabeça de lista do PAICV, pelo círculo eleitoral de Santiago Sul, reforçou que a criação de emprego será “prioridade central” da sua governação. Uma tônica que tem sido reforçada por todos os concelhos e comunidades por onde tem passado, desde as urbanas, às rurais e piscatórias.

“O emprego é o maior projeto para esta sociedade, para que todas as pessoas tenham um emprego, um rendimento, um salário”, afirmou, durante o comício. A criação de postos de trabalho, disse, deve ser impulsionada pelos empresários, cabendo ao Estado criar condições favoráveis, com menos burocracia e maior apoio ao investimento.

Reafirmação das propostas no sector dos transportes

Na mesma linha, defendeu, também, políticas de ha-

Francisco Carvalho, candidato do PAICV a primeiro-ministro, não deu trégua a Ulisses Correia e Silva nos primeiros seis dias de campanha eleitoral, dedicados especialmente a Santiago e Maio. O incumprimento dos 11 aviões e os 45 mil postos de trabalho prometidos foram apontados, para afirmar que foi uma governação “baseada em desculpas”. O combate ao desemprego e a colaboração com as autarquias têm sido reiterados em toda a campanha no que promete ser um “Cabo Verde para todos”.

Gisela Coelho



bitação digna e apelou à mobilização dos eleitores, com vista à construção de “um Cabo Verde com dignidade para todos”. Neste primeiro comício na capital, Francisco Carvalho voltou a reiterar a promessa de acesso gratuito ao ensino superior público e à formação profissional, bem como cuidados de saúde gratuitos.

Igualmente, voltou a reafirmar o compromisso de baixar as tarifas de transporte inter-ilhas, ao prometer tarifas de 500 escudos para viagens de barco e cinco mil escudos para avião, garantindo, pelo menos, uma ligação diária a todas as ilhas.

E tem sido assim, por onde tem passado, desde a Praia, à Ribeira Grande de Santiago, Santa Catarina de Santiago, São Salvador do Mundo, São Miguel, reforçando a mensagem de criar condições para desenvolver as diferentes comunidades que têm o sector primário como principal fonte de rendimento, defendendo apoio contínuo a agricultores, pescadores e criadores de animais, com foco na melhoria de vida e rendimentos das pessoas.

Um trabalho que tem de ser feito em “colaboração” com as autarquias, pois reconhece que não têm condições para tal, sozinhas. Nesse con-

texto, em Santa Catarina de Santiago, anunciou, inclusive, medidas para melhorar a relação entre o poder central e as autarquias pondo fim aquilo a que chama de discriminação com base na cor partidária. Entre as medidas estão o aumento dos actuais 10% para 17% do fundo de financiamento municipal para empoderar as autarquias.

“Estratégia” para bloquear trabalho das autarquias

Esta mensagem de “colaboração” com as autarquias foi também levada à ilha do Maio onde esteve esta terça-feira, 5. Francisco condenou,

num comício no Porto Inglês, aquilo que diz ser uma “estratégia” para travar o trabalho das autarquias, com o Governo, em conjunto com o Tribunal de Contas, a Procuradoria-Geral da República e inspeções financeiras, a dificultar a execução de projectos municipais, referindo-se concretamente ao que aconteceu na autarquia que liderava.

“Juntaram o Tribunal de Contas, a Procuradoria-Geral da República e as inspeções para atacar a Câmara da Praia e dificultar o trabalho (...)”, acusou.

Para reforçar as suas acusações frontais, apontou um conjunto de obras, como bloqueio das obras de asfaltagem entre a rotunda da Várzea e a zona do Calu e Ângela, e o impedimento de um empréstimo de 500 mil contos, já aprovado pelo banco BCA, mas travado pelo Tribunal de Contas.

Nesse contexto, voltou a pôr a defender aquilo que tem feito ao longo destes primeiros seis dias de campanha, ou seja, uma governação colaborativa com todas as autarquias, independentemente da cor partidária. Caso vença as eleições, pretende desbloquear os projectos, alegadamente travados pelo Governo. Esta tônica deverá ser enfatizada ao longo da campanha, na caça ao voto.

Esta quarta-feira, 06, no fecho desta edição, Francisco Carvalho encontrava-se no Fogo em campanha. Além de participar esta quinta-feira no debate da RTC (rádio e televisão), não foi possível obter a sua agenda para os próximos dias.





Correios

KASIF

MAS TEMP PA BO.

O novo serviço disponível 24 horas por dia dos Correios de Cabo Verde.

Lockers inteligentes que vão mudar a forma como recebes as tuas encomendas.

Mais comodidade, mais segurança, ao teu ritmo. A tua encomenda, quando quiseres, onde quiseres.



Ulisses pede renovação da confiança com mais um mandato

No arranque da campanha, Ulisses Correia e Silva escolheu as ilhas mais próximas de Santiago para o ponto pé de saída: Brava e Fogo. Na primeira, disse que a solução para os problemas de ligação da ilha está a caminho com o novo barco, para ligar esta ilha ao Fogo. Em Junho, garantiu, o barco estará na Brava. Para além disso, falou do arranque das obras do centro de saúde para colocar a ilha na “centralidade que merece dentro do panorama nacional de desenvolvimento”.

Mas também de um programa de benefícios fiscais e incentivos financeiros para atrair investimentos para a pequena ilha. O mesmo compromisso para o Fogo, disse, já em São Filipe, para criar condições que permitam a dinâmica económica, desenvolver ainda mais e fazer com que as pessoas se sintam devidamente compensadas.

Ainda no Fogo, UCS acentuou a conexão com a diáspora, destacando a retoma da ligação Praia/Providence, outra promessa, recordou, assumida por ele e que agora se cumpre. E antes de voar para o comício de abertura da campanha, na Achada de Santo António, na capital, pediu aos fogueuses mais um mandato para continuar a governar o país, como foco na redução da pobreza, aumento do emprego e o rendimento das pessoas.

O percurso como ‘trunfo’

Aqui, na Praia, UCS pediu ao seu eleitorado para estes se tornarem ‘influenciadores’ da mensagem do partido, junto das famílias, vizinhos e comunidades académicas.

Nesta primeira semana de campanha eleitoral, o líder do MpD e novamente candidato à chefia do governo, aposta nos resultados obtidos na economia e no trabalho feito, no último mandato, sem esquecer o tempo da pandemia. Ulisses Correia e Silva pediu aos apoiantes para serem ‘influenciadores’ das ideias do partido junto de familiares e vizinhança.

Joaquim Arena



Destacou, ainda, o percurso da governação do MpD como principal trunfo para um novo mandato, destacando a actualização do Governo face a crises recentes, incluindo a pandemia da covid 19, lembrando que foram protegidas vidas, empregos e rendimentos. Um dos momentos altos do primeiro fim de semana da campanha do cabeça de lista do MpD por Santiago Sul, foi a apresentação pública, na manhã de sábado, no Auditório Jorge Barbosa, na Praia, da plataforma eleitoral do partido.

Centrou a sua mensagem na continuidade das políticas em curso, sob o lema “Continuar para Avançar” ou “Cabo Verde no Caminho Seguro”. Na parte da tarde, UCS deslocou-se a Santa Catarina, para um comício na Assomada, para a apresentação oficial

dos candidatos para Santiago Norte.

UCS prometeu criar um centro agro-industrial de transformação de produtos em Santa Catarina e levar o projecto “Cidade Segura” ao concelho. Na saúde, prometeu o arranque para breve da obra do centro de Saúde de São Salvador do Mundo e que o projecto de doptar o país com um hospital de referência encontra-se “em bom ritmo”, medida que irá reduzir as transferências de doentes para o exterior e melhorar as condições de assistência.

O líder ventoinha visitou também o município da Ribeira Grande de Santiago, incluindo a localidade de Porto Mosquito, onde pediu um novo mandato para acelerar o desenvolvimento do país.

Na noite de domingo e de

passagem a caminho de Santo António, o líder do MpD presidiu um comício em Monte Sossego, em São Vicente, onde destacou avanços nos sectores da saúde e turismo, além de apresentar propostas económicas e sociais.

Redução de impostos e outras promessas

Entre as promessas, apontou a redução de impostos sobre empresas, a actualização anual do salário da função pública e o aumento do salário mínimo e do salário médio. “Aquilo que chamamos de salário médio, que é o salário que, de uma forma geral, para várias classificações e várias profissões dá uma média, e o nosso objetivo é fazer com que esse salário médio, nos próximos tempos, aumente cerca

de 30%”.

Ainda em Santo António, a caravana do MpD passou por Ribeira das Patas, Paul e Ribeira Grande, com comícios nesta cidade e nas Pombas, antes de chegar ao Porto Novo. “Todos os concelhos e localidades têm sempre a presença do Governo na requalificação urbana e ambiental, nas áreas importantes que têm a ver com reabilitação de casas. Temos projetos muito fortes em Santo António, um deles tem a ver com o porto de Porto Novo, onde o processo do concurso internacional já está lançado”, elencou.

Na ilha da Boa Vista, na terça-feira, UCS prometeu criar uma cadeia de turismo na ilha, envolvendo os sectores da agricultura, pesca e indústrias criativas. Quanto ao problema do saneamento, afirmou “que já dispõe de financiamento”, e um “grande pacote de investimentos” que inclui estrada para a zona norte e asfaltagem, que é uma grande reivindicação da população da Boa Vista. Destacou ainda as obras em execução da extensão e iluminação da pista do Aeroporto Aristides Pereira, modernização e expansão do terminal, central dessalinizada e doptar a ilha com 35% de energias renováveis. A caravana do MpD com UCS à cabeça esteve o dia de ontem, quarta-feira, na ilha do Sal, para contactos com a população local. Esta quarta-feira, 06, no fecho desta edição, Francisco Carvalho encontrava-se no Fogo em campanha. Além de participar esta quinta-feira no debate da RTC (rádio e televisão), não foi possível obter a agenda deste candidato para os próximos dias.



EDEC
Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde

Pagamento de fatura

Evite ficar sem os nossos serviços, pagando atempadamente a sua **fatura EDEC**

Meios de pagamento disponíveis:

- Rede Vinti4
- Homebanking
- lestopay.net
- pagali.cv
- Lojas EDEC
- Agentes de Cobrança

Atenção à data limite de pagamento

Receba a sua fatura em formato digital e evite extravios.

Adira à fatura por E-mail 



Rápido, prático e seguro!



Contact Center
800 51 11



livro.branco.online@edec.cv



www.edec.cv

UCID quer eleger representantes do povo, não dos partidos

João Santos Luís dedicou a sua primeira semana de campanha aos círculos eleitorais do Fogo, Santiago Norte e São Vicente, onde apelou a um “voto diferente” no dia 17 de Maio.

No Fogo, círculo encabeçado por Casimiro de Pina e onde o líder da UCID deu início aos contactos porta-a-porta, o partido quer eleger, pela primeira vez, um deputado nacional e sanar “a falta de representantes comprometidos” com a defesa dos interesses da ilha.

“Não queremos deputados para defender partidos políticos. Queremos deputados para defender o Fogo e Cabo Verde”, afirmou o candidato, que acredita que existe um “sentimento de descontentamento” entre os eleitores em relação à governação do país e “uma vontade crescente de mudança”.

A mesma mensagem foi reforçada também em São Vicente, círculo encabeçado pelo próprio João Santos Luís, e onde a UCID quer eleger, pelo menos, cinco deputados, dos 10 atribuídos a essa ilha.

“Queremos fazer um apelo ao povo de São Pedro para votar diferente no dia 17 de Maio, para que os resultados sejam diferentes. Ao longo destes 50 anos os resultados têm sido sempre iguais”, indicou o candidato a primeiro-ministro, durante um comício promovido na segunda-feira, na aldeia piscatória de São Pedro, em São Vicente.

Ao se dirigir ao eleitorado, aquele candidato reforçou que a UCID tem no cen-

O presidente da União Cabo-verdiana Independente e Democrática – UCID, João Santos Luís, arrancou a campanha eleitoral com a tónica na necessidade de se eleger um parlamento mais equilibrado, sem maioria absoluta, e com representantes comprometidos com os interesses dos seus eleitores.

Natalina Andrade



tro das suas preocupações a defesa do cidadão. “Já o fizemos no Parlamento durante vários anos e continuamos a fazê-lo. O país tem recursos suficientes para que o cidadão não seja humilhado pela Câmara Municipal ou pelo Governo. Os recursos são dos contribuintes”, reforçou.

Mensagem de esperança

João Santos Luís diz estar a levar uma mensagem de esperança às pessoas, garantindo que o país tem recursos, mas que precisam de ser aplicados da forma cor-

reta para responder às necessidades dos cidadãos.

Esta mensagem foi passada durante a sua passagem, no domingo, pelo círculo de Santiago Norte, encabeçado por Adelgisa Monteiro. Naquela região, o candidato reconheceu as potencialidades existentes nos seis municípios, tanto em termos de agricultura, como de turismo, cultura e pesca.

Aumento de salário mínimo e pensão social

Para além de dar mais atenção às potencialida-

des de cada região, entre as promessas desta primeira semana de campanha destaca-se o aumento do salário mínimo nacional para 31 mil escudos até 2031 e a atualização anual da pensão social.

Na promessa, a UCID ultrapassa assim os 25 mil escudos propostos pelo actual Governo em 2027 e defende que “Cabo Verde tem condições” de atingir esse valor ainda este ano, permitindo aumentos progressivos de mil escudos anuais ao longo da legislatura.

Para além do salário, e se

for eleito, compromete-se a atualizar também a pensão social em oito mil escudos, com atualizações indexadas à taxa de inflação.

De forma geral, João Santos Luís garante que a UCID vai para estas eleições com uma expectativa muito grande em conseguir, desta vez, equilibrar o Parlamento e devolver ao país uma governação mais equilibrada, com mais transparência, com base no diálogo e na definição de prioridades.

“Mais equilíbrio, melhor governação” é, precisamente, o lema da campanha da UCID nestas eleições, que espera romper com um parlamento que, segundo disse, tem sido considerado um espaço de ratificação das decisões do Governo ao longo dos últimos 50 anos.

Agenda

Esta quinta-feira, João Santos Luís continua os contactos de proximidade com o eleitorado em São Vicente, incluindo em um comício a acontecer no bairro de Fonte Francês. Amanhã, sexta-feira, retorna à Cidade da Praia para participar no segundo debate promovido pela RTC, com todos os cinco candidatos às eleições legislativas de 2026.

No sábado estão agendados contactos porta-a-porta em Santiago Norte e Santiago Sul, para, no domingo, se deslocar à ilha do Sal, para contactos e comício nos Espargos.



PP quer eleger seu primeiro deputado

A primeira semana de campanha do líder do Partido Popular (PP), Amândio Barbosa Vicente, para as legislativas de 2026, ficou marcada pela estratégia de forte proximidade com o eleitorado. Centrado na cidade da Praia, com incursões em Santiago Norte, o PP promete uma “ruptura” política orientada para a justiça social e a reforma institucional.

Tiago Ribeiro

Liderado por Amândio Barbosa Vicente, o PP começou a sua campanha para as eleições do dia 17 com a divulgação de vídeos nas redes sociais e contactos no Mercado de Sucupira, privilegiando acções no terreno, sucedendo-se visitas porta-a-porta em zonas como Platô, Paiol, Coqueiro, Castelão e outros bairros periféricos da Praia.

O líder do PP avança que o partido vai continuar com os contactos com as pessoas no terreno, colocação de placards e a divulgar a plataforma do partido nos tempos de antena já que, como afirma, o Partido Popular “não tem dinheiro como outras forças políticas”, escusando-se assim de grandes comícios.

Sob o lema “O Voto da Diferença”, o PP mantém uma linha de oposição crítica ao sistema partidário tradicional (MpD e PAICV), é ainda favorável a uma reforma institucional, por forma a reduzir gastos e, por isso, defende a diminuição do número de deputados... Como alega, o custo da máquina política é “insustentável” para o país.

A partir da Praia principalmente, o maior círculo eleitoral nacional, o PP tem como grande meta eleger o seu primeiro deputado, focando o seu discurso na transparência governativa e no combate à partidarização da administração pública.



Perda do poder de compra

Durante esta primeira semana de campanha, o discurso do PP foi dominado por críticas ao custo de vida e à perda do poder de compra, que, segundo o seu líder, terá ultrapassado os 20% na última década. O aumento salarial, a revisão do salário mínimo, o combate à emigração forçada e uma nova política habitacional, centrando o poder habitacional nas autarquias, surgem como prioridades.

O PP acusa o Estado de ter cedido espaço excessivo

ao sector privado, afirmando que a política habitacional foi alegadamente, “entregue a empresas privadas, muitas vezes ligadas a ex-governantes”, que praticam preços inacessíveis para a maioria da população.

Na saúde, os “populares” apontaram fragilidades persistentes no sistema nacional, com destaque para as dificuldades nas evacuações médicas e a necessidade de reforçar a cobertura medicamentosa. Ademais, Amândio Barbosa Vicente considera que a reforma e a sustentabilidade do Insti-

tuto Nacional de Previdência Social (INPS) não podem ser postas em causa e posicionou-se firmemente contra o aumento da idade de reforma, defendendo a manutenção dos 65 anos para homens e 60 para mulheres.

Gestão dos transportes marítimos Interilhas

Outro dos eixos fortes da campanha foi a crítica à gestão dos transportes marítimos interilhas. Amândio Vicente diz que o PP defende a nacionalização dos transportes marítimos e rejeita

as opções de privatização ou concessão porque acredita que o sector “é uma questão de soberania”.

Ao longo da semana, Vicente também teceu críticas ao MpD e ao PAICV, acusando-os de promoverem campanhas “luxuosas” e desconectadas da realidade do país, além de questionar decisões governativas, como o processo de privatização da CV Handling num “momento político sensível”.

A agenda desta primeira semana seguiu, no dia 04, com a deslocação a Santiago Norte, nomeadamente aos municípios de Tarrafal, Santa Cruz e Picos, onde o partido reforçou a aposta no sector primário, defendendo investimentos na agricultura, na dessalinização de água e na industrialização das pescas como motores de desenvolvimento local.

O Partido Popular concorre em seis dos 13 círculos eleitorais (Santiago Sul, Santiago Norte, Boa Vista Europa, África, e Américas).

Agenda

Até ao fecho desta reportagem, não conseguimos saber da agenda do presidente do PP para os próximos dias já que o partido faz a agenda “dia-a-dia”. No entanto, Amândio Vicente participará amanhã, sexta-feira, 08, no segundo debate promovido pela RTC, com todos os cinco candidatos às eleições legislativas de 2026.



PTS dá voz aos “invisíveis” na primeira semana de campanha

Ao longo da primeira semana de campanha para as eleições do dia 17 deste mês, o partido Pessoas, Trabalho e Solidariedade (PTS) percorreu bairros, mercados e zonas periféricas, do Mindelo e da Praia, numa estratégia assumida de proximidade.

Arranque em São Vicente

A campanha começou em São Vicente, ilha onde o PTS nasceu sob a liderança de Onésimo Silveira, com passagens por Vila Nova, Lombo Tanque e Chã de Alecrim, localidades marcadas por fragilidades sociais, agravadas pela tempestade Erin.

Nestes primeiros dias, a mensagem foi clara, dar voz a quem, segundo Jónica Brito, permanece afastado do discurso político central. “Há pessoas cujas vozes não estão a ser representadas. O PTS quer ser a vez e a voz dessas pessoas”, sublinhou.

Praia: homenagem a Romeu di Lurdís

Depois de São Vicente, a campanha seguiu para a cidade da Praia, com início em Ponta d'Água, zona simbólica para o partido por ser o berço do falecido Romeu di Lurdís, anterior líder do PTS, músico também, falecido prematuramente.

“Daremos continuidade, com caras novas, mas o sentido de Romeu mantém-se entre nós”, garantiu.

Em Safende, Achada Grande Frente, Terra Branca

Jónica Brito percorreu bairros em São Vicente e na Praia, levando propostas e centrando o seu discurso na justiça social, emprego e dignidade, numa primeira semana marcada pelo contacto directo com populações que dizem sentir-se esquecidas pelos políticos. O PTS quer por isso tornar visíveis os “invisíveis” da sociedade cabo-verdiana.

Cleidiane Tavares (estagiária)



e Várzea, o foco manteve-se na proximidade, com visitas porta-a-porta e encontros diretos com moradores. A juventude ganhou destaque no discurso, com propostas centradas na educação, desporto e ocupação saudável dos tempos livres, como forma de combater a criminalidade e a exclusão.

Ao mesmo tempo, a líder do PTS apontou para um sentimento generalizado de descrédito, sobretudo entre os mais jovens, associando-o a promessas não cumpridas ao longo dos anos.

“O sentimento é de descrédito e de perda de confiança. As pessoas estão cansadas de promessas que não se concretizam”, afirmou.

Trabalho informal, custo de vida e transportes

Ao longo da semana, o PTS levou também a campanha a espaços de trabalho, como o cais da Praia, onde ouviu trabalhadores e reforçou a necessidade de maior proteção social para o setor informal, com especial aten-

ção às mulheres.

Jónica Brito criticou ainda o que considera ser um “esbanjamento” de recursos durante a campanha eleitoral, contrapondo com as dificuldades enfrentadas por muitas famílias cabo-verdianas. “Falamos que não há dinheiro para o bem-estar das famílias, mas vemos milhares a ser esbanjados na campanha”, criticou.

Entre as propostas concretas, destacam-se medidas para o setor dos transportes, incluindo a criação de uma nova empresa de au-

tocarros.

“A nível do transporte, propomos que mais empresas possam atuar no setor e criar condições para melhorar o serviço”, explicou.

No transporte marítimo, o partido defende maior fiscalização e tarifas diferenciadas para produtores e pescadores, com o objetivo de reduzir o custo de vida.

Uma campanha construída “olhos nos olhos”

Ao longo desta primeira semana, o PTS procurou consolidar uma imagem de partido próximo das pessoas, apostando numa campanha feita “olhos nos olhos”. Com o slogan “Cabo Verde na Korason”, o partido apresenta-se como alternativa política, centrando a sua mensagem na justiça social e valorização das comunidades.

Agenda

Esta quinta-feira, Jónica Brito faz a apresentação da plataforma eleitoral do PTS às 10 horas e depois prossegue com os contactos porta-a-porta na Achadinha e Bairro Craveiro Lopes, na Cidade da Praia. Amanhã, sexta-feira, participa no segundo debate promovido pela RTC, com todos os cinco candidatos às eleições legislativas de 2026. E no sábado estão agendados contactos porta-a-porta na Achada Santo António e no Fundo Cobom.



São Vicente, uma ilha em campanha aberta



João A. do Rosário

A semana começou antes de o sol se firmar sobre o Monte Verde. Ainda o dia mal tinha acordado e já São Vicente respirava campanha: carros com altifalantes a aquecer motores, bandeiras a desponar nas varandas, militantes a afinar as últimas palavras de ordem. A ilha entrou definitivamente no ritmo das legislativas de 2026 – um ritmo que não é frenético, mas é constante, pulsante, quase musical, como se Mindelo tivesse encontrado mais um compasso para juntar ao seu repertório.

O MpD, com Paulo Rocha à frente da lista, apresenta um balanço de continuidade e confiança. A narrativa é clara: mostrar obra, defender resultados, reconhecer falhas e prometer corrigir o que falta fazer. A recepção tem sido marcada por militância visível, sobretudo nas arruadas noturnas, onde a “nação ventoinha” mobiliza estruturas e simpatizantes.

O PAICV, com João do Carmo a assumir o rosto local, insiste na ideia de mudança e renovação. O balanço que apresenta é o de uma semana de “conversas francas”, sobretudo nos bairros periféricos, onde diz ter encontrado “expectativas altas e paciência curta”. Fala de descentralização, de regionalização, de políticas sociais mais robustas, e de uma juventude que “não quer promessas, quer caminhos”.

A UCID, agora sob a batuta de

João Santos Luís, aposta na transparência e na ética como bandeiras centrais. O balanço que faz é o de uma recepção “calma, mas firme”, sobretudo nos bairros mais pobres da ilha, onde o partido mantém uma base histórica. Os candidatos sublinham que as pessoas pedem clareza, pedem contas, pedem políticas que não se percam em discursos, em resumo, um Estado mais leve, mais próximo e mais fiscalizado. A campanha tem sido discreta, mas constante, e isso, em São Vicente, ainda vale muito.

O PTS, partido fundado por Onésimo Silveira, tem procurado marcar a diferença com um discurso centrado na justiça social, defesa dos trabalhadores e crítica às desigualdades. O seu cabeção de lista em São Vicente é Jailson d’Aguar. E para o início da campanha nacional veio da Praia a líder do partido, Jónica Brito, para quem o esforço valeu a pena pelo seu simbolismo e por isso o balanço que apresenta é o de uma campanha “de raiz”, feita sobretudo porta a porta, com forte aposta no contacto direto. Este PTS insiste na ideia de que “a mudança começa nos que nunca são ouvidos”.

O pulsar dos bairros: onde a campanha se decide

Se há algo que distingue São Vicente é a forma

como cada bairro tem personalidade própria, e isso sente-se na campanha. Ribeira Bote e Monte Sossego continuam a ser o barómetro social da ilha. Nestes dois bairros, os candidatos encontram sempre discursos directos, sem rodeios. As pessoas querem saber de emprego, de segurança, de oportunidades reais.

Monte Sossego tem sido palco ainda de arruadas animadas, com música, bandeiras e crianças a correr atrás das caravanas. É um bairro onde a emoção pesa tanto quanto a razão, e onde a presença física dos candidatos ainda faz diferença.

- Fonte Francês e Chã de Alecrim revelam um eleitorado mais atento às propostas económicas e à gestão urbana. Aqui, a conversa é mais técnica, mais exigente, mais crítica.

- Centro da cidade mantém o seu espírito cosmopolita, ou seja, cafés cheios, debates improvisados, opiniões fortes. É o espaço onde a campanha se transforma em crónica viva.

Dia e noite: duas campanhas diferentes

Durante o dia, a campanha é feita de visitas porta a porta, encontros com comerciantes, conversas rápidas nas praças e

mercados. É um ritmo quase artesanal, de proximidade, onde cada aperto de mão conta.

À noite, tudo muda. As arruadas ganham vida, as cores dos partidos iluminam as ruas, e São Vicente transforma-se num palco de energia política. A música, sempre a música, acompanha cada passo. Há quem diga que a campanha na ilha é mais um festival do que uma disputa eleitoral. Talvez seja exagero, mas há algo de verdade: a política aqui tem corpo, tem som, tem movimento.

Civismo ou tensão? O termómetro da semana

Até agora, a campanha tem sido marcada por civismo. O ambiente é de disputa, sim, mas de disputa democrática, com respeito mútuo e com a consciência de que São Vicente observa tudo, e cobra tudo.

Os candidatos, estes, percorrem a ilha com discursos afinados, mas é o eleitorado que dita o ritmo. E o ritmo, nesta fase, é de expectativa: as pessoas querem ouvir, querem comparar, querem decidir com consciência.

No fundo, São Vicente está a fazer aquilo que sempre fez melhor: transformar cada momento político num exercício de cidadania com alma.

Durante o dia, a campanha é feita de visitas porta a porta, encontros com comerciantes, conversas rápidas nas praças e mercados. É um ritmo quase artesanal, de proximidade, onde cada aperto de mão conta. À noite, tudo muda. As arruadas ganham vida, as cores dos partidos iluminam as ruas, e São Vicente transforma-se num palco de energia política. A música, sempre a música, acompanha cada passo. Há quem diga que a campanha na ilha é mais um festival do que uma disputa eleitoral. Talvez seja exagero, mas há algo de verdade: a política aqui tem corpo, tem som, tem movimento.



Cruzeiro com surto de hantavírus coloca Cabo Verde na mira da imprensa internacional



Eram cerca de 11 horas quando os dois aviões-ambulância deixaram o aeroporto da Praia, rumo aos Países Baixos, com os três pacientes, com sintomas de hantavírus a bordo, numa operação internacional coordenada entre Cabo Verde, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e as autoridades do Reino Unido, de Espanha e da Holanda.

A operação, garantiram essas entidades, decorreu sobre fortes medidas de segurança e no estrito cumprimento dos regulamentos internacionais em situações do tipo, estando a bordo equipas médicas especializadas, para o devido acompanhamento.

Em declarações à imprensa, a diretora nacional da Saúde, Ângela Gomes, assegurou que o Ministério da Saúde, enquanto autoridade sanitária, cumpriu o seu dever de dar uma resposta a uma situação emergencial que exigia um determinado nível de rigor de “alta” segurança, mas também o dever, enquanto

Cabo Verde esteve na mira da imprensa mundial, por estes dias, devido ao alegado surto de hantavírus que está a afectar o cruzeiro MV Hondius, que saiu da Argentina, passou por África do Sul e que desde domingo está fundeado junto ao Porto da Praia, onde foi proibido de atracar pelas autoridades nacionais. Os três pacientes com sintomas foram evacuados ontem para os Países Baixos, em dois aviões-ambulância, sobre fortes medidas de segurança sanitárias. As autoridades cabo-verdianas garantem que o risco de transmissão local é baixo.

Gisela Coelho

país, de proteger a sua população.

“Os três pacientes que estavam a bordo do navio já foram evacuados com segurança máxima e com os procedimentos bem traçados pelas equipas coordenado pela saúde juntamente com outras autoridades marítimas e aeroportuárias”, disse.

Pacientes evacuados estavam “estáveis”

Segundo aquela responsável, os três pacientes estavam “estáveis do ponto de vista clínico” e foram entregues à

equipa médica em dois aviões ambulância, rumo aos Países Baixos, sendo que o paciente britânico, deverá, depois, também, ser evacuado para o seu respectivo país, para seguir o tratamento.

Ângela Gomes informou ainda que Cabo Verde tem assegurado toda assistência ao navio desde o primeiro momento, no domingo, quando recebeu a notificação, como constatou naquele dia o A NAÇÃO, junto do Porto da Praia.

Aquela responsável explicou que, desde então, foram criadas equipas e traçado um plano de acção para dar res-

posta com a “responsabilidade máxima” de garantir cuidados aos pacientes a bordo e com o nível de segurança para não colocar a população local em risco. Aliás, foram feitas várias missões a bordo, por parte de equipas de profissionais de saúde, devidamente equipados, para prestar cuidados e recolher análises.

Isto, segundo as autoridades, permitiu manter os pacientes estáveis, dar todo o suporte do ponto de vista clínico e também acompanhar os restantes ocupantes do ponto de vista “psicológico e emocional”, tendo em conta

que também estavam obrigados a se manter nos seus camarotes para conter eventuais riscos de contágio.

A mesma fonte recordou aquilo que as autoridades nacionais avançaram desde o início, ou seja, que com base na avaliação do risco, o país tomou a decisão de não autorizar a atracção do navio, desde domingo, quando o caso começou a correr o mundo na imprensa internacional.

Aliás, em declarações à RCV, a presidente do INSP, Maria da Luz Lima disse terem sido identificados “outros organismos” nas análises, pelo que as autoridades nacionais queriam ter a certeza do que se tratava.

A operação local de apoio ao navio foi coordenada pelas autoridades sanitárias, marítimas e aeroportuárias de Cabo Verde, Forças Armadas, Polícia Nacional e Bombeiros com o apoio da organização Mundial da Saúde e das já referidas embaixadas do Reino Unido e dos Países Baixos.

Perto do fecho desta edição,



Os três pacientes foram evacuados sob fortes medidas de segurança sanitárias

Três óbitos

Recorde-se que houve três óbitos (sendo dois de um casal de holandeses), e um de um britânico. Há ainda um doente nos cuidados intensivos de um hospital na África do Sul e os três outros doentes foram evacuados esta quarta-feira, 06, de Cabo Verde para os países baixos.

Entretanto, foi identificado um indivíduo que testou positivo na Suíça e que esteve a bordo do navio, também, sem terem sido avançados mais pormenores.

Contudo, conforme tem sido avançado pela imprensa internacional, a OMS procura 80 passageiros que viajaram junto com a holandesa, de 69 anos, cujo marido, de 70 anos, morreu a bordo do navio, e que aterrou em Santa Helena a 24 de Abril “com sintomas gastrointestinais”. A senhora embarcou num voo no dia seguinte para Joanesburgo, na África do Sul, onde acabou por falecer. A infecção por hantavírus foi confirmada esta segunda-feira.

quando passavam poucos minutos depois das 16h30, o navio zarpu das águas de Cabo Verde, onde se encontrava se encontrava fundeado junto ao Porto da Praia, rumo às Canárias (ver caixa). A bordo um médico da OMS, especialista em epidemiologia, para acompanhar o mesmo até Tenerife, para apoiar nos cuidados e investigação clínica.

Conforme informações da OMS, estava também previsto o embarque de mais dois

médicos holandeses, para garantir o “seguimento clínico adequado” durante a viagem. Está previsto chegar às Canárias na sexta-feira,8.

Estirpe transmitida em humanos

Entretanto, enquanto em Cabo Verde se preparava a evacuação dos três sintomáticos, as autoridades da África do Sul confirmaram que a estirpe de hantavírus detetada

num dos passageiros do navio de cruzeiro, transferido para um hospital daquele país, é a andina, ou seja, a única transmissível entre humanos. A informação foi avançada pelo ministro da Saúde sul-africano Aaron Motsoaledi, numa comissão parlamentar.

Na mesma manhã de ontem, 06, o Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) de Cabo Verde anunciou o reforço da vigilância epidemiológica no país, com medidas de

controlo e prevenção, garantindo, contudo, que o risco para a população é considerado “baixo”, tendo em conta as especificidades do vírus.

O hantavírus é geralmente transmitido por contacto com roedores infetados e a Argentina, de onde o navio partiu, rumo a Cabo Verde, é um dos países onde há registo da doença. Contudo, a transmissão entre pessoas é rara, mas pode ocorrer em situações específicas.

Espanha autoriza MV Hondius a viajar para as Canárias

Após a permanência ao largo da cidade da Praia desde o passado domingo, o navio cruzeiro Hondius, com 147 pessoas a bordo e assolado pelo vírus hanta, recebeu luz verde das autoridades espanholas para seguir para as Canárias. Esta decisão acontece depois de uma primeira recusa do governo dessa região autónoma espanhola.

O Ministério espanhol da Saúde disse num comunicado que a OMS explicou que Cabo Verde não tinha condições para receber em terra os 147 passageiros e tripulação no MV Hondius. “As ilhas Canárias são o local mais perto que reúne as condições necessárias. A Espanha tem a

obrigação moral e legal para receber e tratar estas pessoas, entre as quais se encontram vários cidadãos espanhóis.”

Segundo o mesmo comunicado, a Espanha iria receber um avião-ambulância com o médico do navio, de nacionalidade neerlandesa (holandesa), que se encontra gravemente doente, atendendo a um pedido do governo de Haia.

Doença rara

Um casal com esta nacionalidade e um cidadão alemão faleceram com esta doença considerada rara, que normalmente é transmitida

através da urina de roedores infetados, a bordo do navio, no início de Abril. Um cidadão britânico, evacuado do navio, encontra-se nos cuidados intensivos na África do Sul.

Para além disso, dois membros da tripulação precisam de assistência médica com urgência, anunciou o operador do navio, Oceanwide Expeditions, para além outra pessoa a bordo ter relatado febre.

O Ministério da Saúde espanhol anunciou que logo que os passageiros infectados fossem retirados do navio, este poderia seguir para as ilhas Canárias, depois de uma recusa do presidente dessa região autónoma.

Cruzeiro de luxo

De acordo com a OMS, o navio de cruzeiro que partiu de Ushuaia, na Argentina, no dia 1 de Abril rumo a Cabo Verde, tinha a bordo 88 passageiros e 59 membros da tripulação, ao todo de 23 nacionalidades. Trata-se de um cruzeiro de luxo, diferente dos normais, transportando maioritariamente passageiros britânicos, americanos e espanhóis.

O navio visitou a Península da Antártida, Georgia do Sul, a ilha de Tristão da Cunha e ilhas remotas do planeta. O valor pago por passageiro vai dos 14 mil a 22 mil euros.

Campeonato Nacional de Futebol

Segunda Jornada reserva jogos grandes

A festa do Campeonato Nacional volta após o interregno da semana passada, para disputa das meias-finais e final da Taça de Cabo Verde – conquistada pelo Mindelense, com vitória de 2-0 dos sanvicentinos sobre o Grémio de Nhagar, de Santa Catarina de Santiago.

Importa recordar os resultados da primeira jornada do Campeonato Nacional de Futebol. O África Show e o Cutelinho empataram a zeros, em partida realizada no Estádio Arsénio Ramos, na Boa Vista.

A Académica do Porto Novo recebeu o Altético em casa e venceu a formação de São Nicolau por uma bola sem resposta.

Já no Estádio 25 de Julho, em Santa Cruz, Santiago, o Scorpion não conseguiu fazer frente aos campeões nacionais, o Palmeira, que bateu a formação de Santa Cruz por duas bolas a zero.

No Sal, a outra representante da região desportiva, o Académico do Aeroporto do Sal, bateu a equipa do Benfica da Brava por três a zero, em jogo realizado no Estádio Marcelo Leitão.

O finalista vencido da última edição, o Boavista da Praia também entrou com o pé direito, ao bater a formação do Santo Crucifixo, de Santo Antão Norte, no Estádio João Serra, por três a um.

No último jogo da primeira jornada, a formação maense do Onze Unidos não pode fazer



Estádio João Serra, palco da final do Nacional de Futebol 2025/2026

Depois de uma primeira jornada com muitos golos, 13 em seis jogos, as melhores equipas do futebol nacional preparam-se para a segunda jornada, a realizar este fim-de-semana, 09 e 10 de maio. As equipas que entraram a perder, o Benfica da Brava, Scorpion, Atlético, Onze Unidos e Santo Crucifixo decerto querem conquistar os primeiros pontos na competição.

Tiago Ribeiro

frente ao ímpeto do campeão de São Vicente, o CS Mindelense, que venceu por três bolas sem resposta. O jogo teve lugar no Estádio Dau d'Segunda, no Maio.

Tabela classificativa à entrada para a segunda jornada

O Mindelens está na primeira posição da tabela classificati-

va, na segunda posição aparece o Académico do Aeroporto do Sal, na terceira o Boavista da Praia, seguido da formação do Palmeira, e Académica do Porto Novo fecha o quinto lugar. Todas as equipas têm três pontos, já que venceram as suas respectivas partidas.

No sexto posto surge o Cutelinho com um ponto, os mesmos do África Show. Já as formações

do Atlético, Santo Crucifixo, Scorpion Vermelho, Benfica da Brava e Onze Unidos ainda não pontuaram.

Os jogos da segunda jornada

Os jogos da segunda jornada do Campeonato Nacional de Futebol acontecem a 09 e 10 de Maio, em vários pontos do país.

O Boavista recebe, em casa, no Estádio da Várzea, o Académico do Sal. A equipa do Santo Crucifixo faz uma pequena viagem até São Vicente, para defrontar o Mindelense, no Estádio Adérito Sena.

A formação fogueuse do Cutelinho recebe o Onze Unidos do Maio, enquanto que o África Show, da Boa Vista viaja até São Nicolau para defrontar a formação do Atlético.

A Palmeira também joga em casa, no Estádio Marcelo Leitão, no Sal, frente à formação da Académica do Porto Novo.

O futebol nacional regressa à Brava, já que o Benfica joga em casa, frente à formação do Scorpion Vermelho.

Campeão Nacional de Futebol vai encaixar um milhão de escudos

A Federação Cabo-verdiana de Futebol volta a aplicar, este ano, o sistema de incentivos financeiros no campeonato nacional, com prémios por vitória, empate e classificação final que podem chegar a um milhão de escudos para o campeão.

Segundo avançou Mário Semedo, Presidente da Federação Cabo-verdiana de Futebol à Inforpress, a

atribuição será de 100 mil escudos por vitória e 50 mil por empate na fase de grupos.

Nas meias-finais, os valores sobem para 150 mil escudos por vitória e 75 mil por empate, enquanto o campeão nacional recebe um prémio de um milhão de escudos.

Semedo recordou que a modelo competitivo não é novo, estando em

vigor desde a época passada, e que os incentivos financeiros já tinham sido utilizados anteriormente, sendo agora retomados.

Maior profissionalização do futebol cabo-verdiano

A medida visa apoiar os clubes e criar melhores condições de participação, tendo em conta as dificuldades existentes. Outro objectivo,

disse, é reforçar a competitividade do futebol nacional e incentivar o rendimento das equipas ao longo da competição.

O dirigente disse ainda que esta dinâmica poderá contribuir para uma maior profissionalização do futebol cabo-verdiano e sublinhou que a iniciativa foi bem acolhida pelos clubes. TR

Mundial 2026

Cabo Verde defronta Sérvia em Portugal

Os Tubarões Azuis defrontam, a 31 de Maio, no Estádio do Restelo, em Belém, Portugal, o combinado da Sérvia, em partida de preparação para o Campeonato do Mundo de 2026.

Segundo a Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF), a partida está integrada no plano de preparação da selecção cabo-verdiana para o Campeonato do Mundo de 2026 da FIFA.

Em comunicado a FCF avançou ainda que o processo de venda dos ingressos para os jogos de Cabo Verde na fase de grupos do Mundial 2026 teve início a 04 de Maio, através de uma plataforma oficial online.

A FCF informou, igualmente, que os ingressos são pessoais, nominais e intransmissíveis, não sendo permitido adquirir mais de cinco bi-

lhetes por pessoa, independentemente da categoria escolhida.

Relativamente aos preços dos bilhetes, os mesmos variam entre 60 e 500 euros, conforme a categoria e o jogo da selecção cabo-verdiana na fase de grupos.

A federação esclareceu ainda que não possui qualquer acordo ou parceria com grupos, associações ou organizações para comercialização dos ingressos, alertando os adeptos para possíveis situações de fraude ou revenda ilegal.

Cabo Verde fará a sua estreia no Mundial frente à Espanha no dia 15 de Junho. A equipa cabo-verdiana integra ainda o grupo H com o Uruguai e a Arábia Saudita.

TR c/ Inforpress



Atletismo

Milly Brito vence trail de Trans Peneda-Gerês (Portugal) nos 25 Km

O atleta internacional cabo-verdiano, da Emicela Team Cabo Verde, Milly Brito, venceu Domingo, 3 de Maio, a prova trail de Trans Peneda-Gerês, em Portugal, nos 25 Km, com o tempo de 1 hora, 56 minutos e 20 centésimos.

O atleta da ilha de São Nicolau cortou a meta com quase nove minutos de vantagem sobre o segundo classificado, o português Óscar Mendes, das Águias de Alvelos (02:05:35), sendo que o pódio foi fechado por outro atleta lusitano, Pedro

Carvalho, da Sockoa, (02:08:41).

De acordo com a organização, Carlos Sá Nature Eventos, nesta prova, realizada no distrito de Viana do Castelo, situado mais a norte de Portugal e próximo de Espanha, 232 atletas cortaram a meta em representação de países diferentes como França, Sérvia, Bulgária, Espanha, Luxemburgo, Austrália, Moçambique, Grã-Bretanha,

O atleta Milly Brito, refira-se, foi o vencedor do Circuito Best Trails Séries'2025.

Voleibol de Praia

São Vicente recebe primeira etapa do campeonato nacional

A Federação Cabo-verdiana de Voleibol anunciou, Quarta-feira, 6 de Maio, que a cidade do Mindelo, São Vicente vai acolher, de 21 a 22 de Maio, a primeira etapa do campeonato nacional de voleibol de praia que vai apurar as duplas representantes de Cabo Verde no Volleyball World Beach Pro Tour.

Em declarações à Inforpress, o presidente da Federação Cabo-Verdiana de Voleibol, António Rodrigues, explicou que o campeonato nacional está estruturado em três etapas, com o objectivo de determinar os campeões nacionais e consolidar a preparação das selecções para as competições internacionais.

Segundo o dirigente, Cabo Verde participará no Beach Pro Tour com três duplas masculinas e três femininas. Duas duplas já asseguraram a sua presença por serem campeãs nacionais da época anterior, sendo que a etapa de São Vicente servirá para

apurar as restantes equipas que completarão a representação nacional.

“No total, teremos oito duplas masculinas e oito femininas já inscritas para esta etapa, estando ainda abertas inscrições para outras duplas interessadas, sobretudo, da ilha de São Vicente”, avançou.

Seleção técnica dos atletas

António Rodrigues sublinhou que a selecção técnica dos atletas é conduzida pela equipa técnica nacional, liderada pelo seleccionador Marcelo Augusto, que estará no local a acompanhar e a avaliar o desempenho das duplas em competição. As equipas, acrescentou, já vêm realizando preparação prévia com vista às provas internacionais.

A realização desta etapa ocorre numa fase estratégica do calendário, tendo em conta que, na semana seguinte, as selecções nacionais via-

jarão para a etapa zonal, na Guiné-Bissau. Esta competição terá “peso determinante”, uma vez que dela sairão as duplas que representarão a Zona 2 na fase continental do voleibol de praia.

Preparação para os Jogos Olímpicos da Juventude

A federação está igualmente focada na preparação para os Jogos Olímpicos da Juventude, em Dakar, tendo

já uma dupla apurada e aguardando confirmação da representação masculina.

Para António Rodrigues, o voleibol de praia cabo-verdiano tem “registado crescimento significativo e maior projecção no continente africano, sendo prioridade da FCV reforçar a competitividade internacional e garantir um desenvolvimento estruturado da modalidade em todas as ilhas”.

C/INFORPRESS



Futebol

Mindelense conquista sua terceira Taça de Cabo Verde



Bis-Melhor Jogador (MVP) da final

O Mindelense, que é também Campeão de São Vicente da presente época desportiva (2025-2026), confirmou o seu favoritismo aos 19 minutos da primeira parte através do inevitável Bis, que viria a ser eleito Melhor Jogador (MVP) da final. O resultado final foi fixado ainda na primeira parte, aos 45 minutos, quando a vantagem foi ampliada para 2-0 com um autogolo do Grémio de Nhagar, que participou na competição na qualidade de vencedor da Taça de Santiago Norte.

Na ocasião, o treinador do Mindelense, Miky Medina, não escondeu a satisfação por somar mais um troféu ao já vasto palmarés do “clube encarnado” que é a equipa com mais títulos nacionais e regionais em Cabo Verde.

“Vencer esta taça tem um sabor como se fosse o primeiro título. É um orgulho enorme, especialmente pelo apoio fantástico dos adeptos”, sublinhou o técnico.

“Grémio de Nhagar teve uma prestação muito positiva”

Presente na final da Taça de Cabo Verde, o vice-presidente



Com a conquista, no passado fim de semana, da sua terceira Taça de Cabo Verde de futebol, O Mindelense de São Vicente passa ser o clube cabo-verdiano com mais troféus desta que é a segunda maior competição de futebol sénior no país. Na final disputada Sábado, 02 de Maio, no Estádio Marcelo Leitão, cidade de Espargos, ilha do Sal, a equipa encarnada do Mindelo, derrotou o Grémio Desportivo de Nhagar, clube da cidade de Assomada, Santa Catarina de Santiago, que, não obstante a sua primeira participação nesta competição, alcançou a proeza de chegar à final. O jogador Bis, um dos melhores avançados da actualidade e eleito Melhor Jogador (MVP) da final, foi o autor de um dos dois golos da vitória dos “Leões da Rua da Praia”, nome pelo qual o Clube Sportivo Mindelense também é conhecido.

A Nação

da Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF), Mário “Dannay” Avelino, considerou o Mindelense um “merecido vencedor”, mas deixou elogios à réplica dada pelos vice-campeões, o Grémio Desportivo de Nhagar.

“O Mindelense foi superior, mas o Grémio de Nhagar teve uma prestação muito positiva. É uma equipa com boa experiência e que dignificou este campeonato com a sua participação”, sublinhou Mário “Dannay”, citado pela Agência Cabo-verdiana de Notícias (INFORPRESS).

Por sua vez, o treinador do Grémio Desportivo de Nhagar, CJ Moreno, manifestou-se conformado e orgulhoso do percurso da sua equipa, que fazia a sua

estreia absoluta na competição.

“Foi um bom jogo e uma enorme experiência para a nossa equipa, que se estreou na prova e conseguiu chegar logo à final. Saímos de cabeça erguida”, CJ Moreno.

Percurso do Mindelense até à final

No seu percurso até chegar à final de 02 de Maio, o Mindelense, que ficou isento na primeira eliminatória da competição, eliminou o vencedor da Taça de São Nicolau, o Belo Horizonte, na segunda eliminatória, por uns expressivos 4-1.

Mais à frente, no jogo das meias-finais, disputado a 29 de Abril no Estádio Marcelo Lei-

tão, cidade de Espargos, ilha do Sal, o Mindelense eliminou Os Sanjoanenses, equipa do Concelho do Porto Novo e vencedora da taça da região desportiva de Santo Antão Sul.

Equipas que participaram na Taça de Cabo Verde (2025-2026):

Além das duas finalistas, Mindelense e Grémio Desportivo de Nhagar, a edição da Taça de Cabo Verde (2025-2026) contou com a participação das seguintes equipas vencedoras das taças das respectivas regiões desportivas: Solpontense (Santo Antão Norte), Sanjoanenses (Santo Antão Sul), Belo Horizonte (São Nicolau), Académico



Miky Medina



Mário Avelino



CJ Moreno

do Sal (ilha do Sal), Sal Rei Club (Boa Vista), Onze Unidos (ilha do Maio), Desportivo da Praia (Santiago Sul), Juventus de Curral Grande (Fogo) e Benfica de Nossa Senhora do Monte (ilha Brava).

Anteriores vencedores da Taça de Cabo Verde:

1982: C.S. Mindelense; 2007: Académica da Praia; 2009: Boavista Futebol Clube da Praia; 2010: Boavista da Praia; 2012: Onze Unidos; 2018: Sporting Clube da Praia; 2019: União Desportiva de Santo Crucifixo; 2022: Clube Desportivo Travaadores; 2023: Associação Académica do Mindelo; 2024: C.S. Mindelense; 2025: Palmeira.

Fogo: Festividades da Bandeira de São Filipe e do Dia do Município

Égua Arbissa Sabi foi a campeã da corrida de cavalos

A corrida de cavalos deste ano confirmou uma vez mais o seu papel cada vez mais central e incontornável nas festividades da Bandeira de São Filipe e do Dia do Município, proporcionando disputas emocionantes que continuam a arrastar uma grande multidão que se desloca ao hipódromo de São Filipe. Este ano, a égua Arbissa Sabi, do proprietário Arlindo Lopes, montada pelo joker Kani Nascimento, de apenas 16 anos, venceu, na final de 29 de Abril, a corrida de 500 metros, numa prova de muita paixão e disputas renhidas decidida apenas nos metros finais. Os prémios atribuídos, do 1.º aos 6.º lugares, variaram entre 500 e 100 contos, nesta que foi uma das edições mais disputadas dos últimos anos.

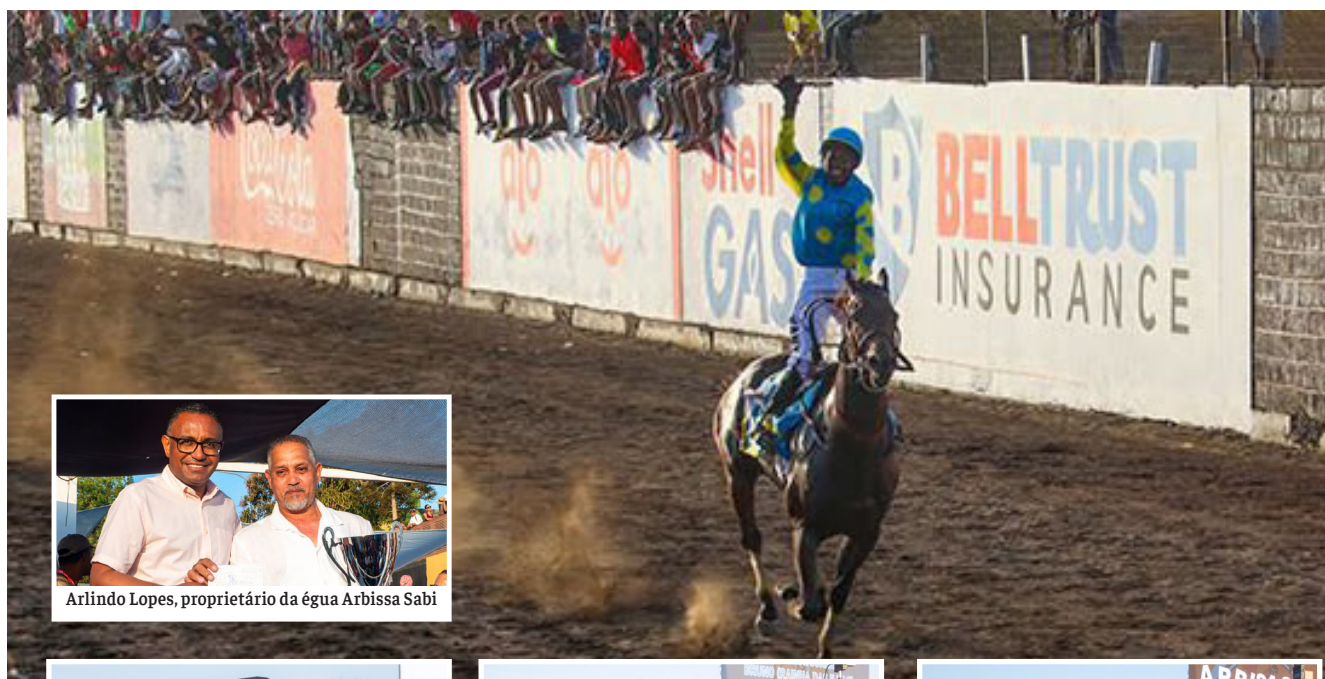
A Nação C/INFORPRESS

Com apenas quatro anos, Arbissa Sabi teve como joker, o Kani Nascimento que se destacou entre os principais concorrentes, deixando nas posições seguintes, Djabraba (2.º lugar), Rainha das Ilhas (3.º), Sabi na Mundo (4.º), Fradu Fra (5.º) e Pesadelo (6.º).

Visivelmente emocionado, Arlindo Lopes, o proprietário da égua Arbissa Sabi não escondeu a alegria pela vitória, descrevendo o momento como “uma alegria imensa” e resultado de muito esforço ao longo do ano.

O proprietário, citado pela Agência Cabo-verdiana de Notícias (INFORPRESS), recordou ainda as dificuldades enfrentadas na criação e manutenção de cavalos na ilha do Fogo, nomeadamente, a escassez de assistência veterinária especializada, o que obriga muitas vezes a recorrer a orientações externas, sobretudo de profissionais em Portugal e Inglaterra.

Na segunda posição, Sidónio Lenivelt Monteiro, proprietário de Djabraba, considerou o resultado uma conquista importante, sobretudo após ter alcançado



Arlindo Lopes, proprietário da égua Arbissa Sabi



o sexto lugar na edição anterior.

“É um caminho de evolução. Este segundo lugar tem sabor a vitória e no próximo ano vamos lutar pelo primeiro”, garantiu, destacando o trabalho colectivo da equipa e os desafios no treino dos animais.

Já Erick Silva, representante de Rainha das Ilhas, terceiro classificado, reconheceu o mérito da campeã. “Arbissa Sabi estava bem preparada e mereceu ganhar”, afirmou, acrescentando que a aposta futura passará

por reforçar o plantel com cavalos mais jovens e competitivos.

Grande afluência do público

A prova contou com grande adesão do público e foi marcada por momentos de grande entusiasmo, elogios e alguma contestação em relação à classificação por parte dos espectadores. No entanto, a organização, garante que os resultados foram

apurados com base em critérios técnicos.

O vereador do Desporto da Câmara Municipal de São Filipe, João Canuto, fez um balanço “extremamente positivo”, realçando o alto nível competitivo e o uso de tecnologia que fez com que a decisão foi por centímetros, evidenciando o alto nível competitivo.

A corrida de cavalos continua a afirmar-se como um dos pontos altos das festividades da Bandeira de São Filipe e do

Dia do Município de São Filipe, reunindo criadores, jockeys e amantes do hipismo, numa celebração que alia tradição, desporto e cultura na ilha do Fogo.

Este ano, a prova conta com 11 cavalos, depois de um dos 12 inicialmente inscritos ter sido retirado por opção técnica do proprietário. A fase de apuramento foi dividida em quatro séries, três séries com três cavalos e uma série com dois, cujos vencedores passam às meias-finais e à final. 🏇

Portugal aprova nova Lei na Nacionalidade

Joaquim Arena

O suspense que podia haver sobre os contornos da nova Lei da Nacionalidade caiu esta semana com a sua aprovação pelo presidente português, António José Seguro. O primeiro projecto havia sido aprovado o ano passado, mas o Tribunal Constitucional pronunciou-se pela inconstitucionalidade preventiva de algumas normas do decreto. E a nova versão foi promulgada pelo PR português no primeiro dia do mês de Abril e agora promulgada.

O importante agora é saber o que ela vai mudar na vida dos imigrantes em Portugal com expectativas de aquisição da nacionalidade lusa. Já se sabia à partida que o endurecimento dos requisitos exigidos era um facto incontornável, a começar pelos prazos estabelecidos para os cidadãos dos países lusófonos, que passa de cinco para sete anos, de residência mínima no país. Para os demais candidatos o prazo sobe a para 10 anos. Por outro lado, e este é um dos aspectos mais criticados desta lei, o prazo só começa a contar a partir da data de emissão da autorização de residência e não da permanência no território português.

Ou seja, o tempo de espera desta autorização (da responsabilidade do Es-

tado), que muitas vezes se prolonga, não é levado em conta para a contagem do prazo para a obtenção da nacionalidade. Deixa de existir a nacionalidade automática dos filhos de pais estrangeiros nascidos em Portugal se os pais tiverem residência inferior a três anos. Cessa o regime especial de atribuição da nacionalidade a descendentes de judeus sefarditas, que vinha sendo muito contestada.

Ficam por regulamentar os moldes e os parâmetros dos testes sobre a

cultura e a língua portuguesa, a organização política do país, destinados a comprovar os vínculos do candidato à comunidade. E para ser aplicada, essa parte da lei tem de ser completada de forma específica. Espera-se agora que as ressalvas deixadas por António José Seguro sobre a garantia de que os processos pendentes não sejam prejudicados pela mudança na lei e que a morosidade dos serviços do Estado nos pedidos não prejudique a contagem dos prazos legalmente estabelecidos.



Trump suspende 'Operação Liberdade' no Estreito de Ormuz

É mais um dos avanços e recuos da administração americana na gestão da crise gerada pela guerra contra o Irão e o encerramento do Estreito de Ormuz por este último país. Dois dias depois de anunciada, a operação que se devia destinar a assegurar a passagem de navios pelo Estreito, conhecida como 'Projecto Liberdade', foi suspensa temporariamente, anunciou o presidente norte-americano Donald Trump. Segundo este, a suspensão visa avaliar se um acordo com o Irão poderá ser assinado nos próximos dias. Trump não deixou de assinalar um "grande progresso" atingido nas conversações – sem detalhar quais – com os representantes iranianos, embora estas não estejam a ser realizadas cara a cara, mas por contactos mais remotos entre as duas partes.

Donald Trump anunciou que a sua decisão responde também

a solicitações levadas a cabo pelo Paquistão e outros países da região, sem especificar quais. No entanto, reafirmou a intenção americana de manter o bloqueio aos portos iranianos enquanto durarem as conversações, como parte

da estratégia diplomática e económica sobre o Teerão. O anúncio aconteceu momentos depois de um navio mercante ter sido atingido por um projétil de origem desconhecida no estreito de Ormuz.



Este anúncio surge após chefes militares e o secretário de Estado, Marco Rubio, terem dito que o cessar fogo no Médio Oriente estava a ser cumprido e que a operação militar contra o Irão, "Fúria Épica", havia terminado. Por outro lado, Rubio afirmou numa conferência de imprensa na Casa Branca que para a paz ser permanente o Irão deve concordar com as exigências de Donald Trump quanto ao seu programa nuclear e também reabrir o Estreito de Ormuz. Numa conferência de imprensa no Pentágono, o secretário da Defesa, Peter Hegseth disse que os Estados Unidos haviam assegurado uma passagem de segurança e que centenas de navios estavam em fila para passar pelo Estreito: "Sabemos que os iranianos estão incomodados com isto. Disseram que controlavam o estreito. Não é verdade", disse Hegseth.

África do Sul sacudida por nova vaga de violência xenófoba

A África do Sul atravessa mais uma vaga de violência xenófoba que está a reacender preocupações internas e internacionais, causada pelos graves problemas sociais que o país atravessa. O modelo não é novo: manifestações contra imigrantes que evoluem para a destruição de propriedades, saques e ataques dirigidos a estrangeiros africanos, sobretudo em áreas urbanas marcadas por pobreza e desemprego.

Pelo menos 130 cidadãos nigerianos residentes neste país pediram a repatriação da África do Sul em resultado destes actos xenófobos, informou a ministra dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Bianca Odumegwe-Ojukwu. Há registos também de ganeses e outras nacionalidades na mesma situação.

Pelo menos dois nigerianos foram mortos em incidentes separados que envolveram agentes de segurança sul-africanos: Amamiro Chidiebere Emmanuel faleceu a 25 de Abril, espancado por militares sul-africanos em Port Eli-

zabeth e Nnaemeka Matthew Andrew também morreu após confronto com membros da Polícia Metropolitana de Tshwane.

“Isto é totalmente condenável e inaceitável. A Embaixada da Nigéria acompanha de perto as investigações sobre estes lamentáveis incidentes e a Nigéria exige que se faça justiça nestes casos”, declarou a ministra.

Segundo relatos na imprensa, marchas organizadas por grupos anti-imigração acabaram em confrontos violentos, com negócios pertencentes a estrangeiros a serem alvo preferencial. Apesar de algumas autoridades indicarem não haver, até ao momento, registos oficiais de mortes de determinadas comunidades, a situação é descrita como volátil e potencialmente perigosa. Os governos vizinhos apelam à calma e a dizem estar a acompanhar de perto a segurança dos seus cidadãos residentes no país. Entre os observadores e analistas há quem acuse o Governo sul-africano de ser con-

descendente com os promotores deste tipo de violência.

Origens na desigualdade extrema

Episódios semelhantes ocorreram em 2008, 2015 e 2019, deixando dezenas de mortos e milhares de deslocados. A repetição destes ciclos tem origem em desigualdade extrema, desemprego elevado e frustração social, entre os sul-africanos, frequentemente canalizados contra migrantes oriundos de países vizinhos, como Moçambique, Zimbabué ou a Nigéria.

Especialistas apontam que a xenofobia na África do Sul está intimamente ligada à competição por recursos escassos em comunidades marginalizadas. A percepção de que estrangeiros “roubam empregos” ou sobrecarregam serviços públicos alimenta discursos de exclusão. Ao mesmo tempo, há quem defenda que grupos organizados exploram esse ressentimento para mobilizar violência e saques, di-

luindo a fronteira entre protesto social e criminalidade.

Perante a escalada recente, líderes políticos e organizações da sociedade civil têm apelado à contenção e ao diálogo. Governos da região destacam a necessidade de proteger cidadãos estrangeiros e reforçar a cooperação regional. Ao mesmo tempo, cresce a pressão sobre as autoridades sul-africanas para enfrentarem não apenas os episódios imediatos de violência, mas as causas estruturais que os alimentam.

Um porta-voz das Nações Unidas afirmou que o secretário-geral, António Guterres, está “profundamente” preocupado pelos relatos de ataques e actos de intimidação contra os imigrantes e outros estrangeiros em algumas regiões da África do Sul, como KwaZulu-Natal e a província do Cabo. De acordo com a ONG, Humans Right Watch, os incidentes mais graves dos últimos tempos ocorreram no final de 2019, com 18 estrangeiros mortos.





Antero Matos*

Cabo Verde e o contexto geopolítico

1. Resenha geopolítica da conjuntura internacional

A segunda década deste século introduziu transformações estruturais no equilíbrio de poder entre as potências globais.

A denominada “ordem internacional baseada em regras” carece de credibilidade e encontra-se em declínio, sendo percebida como um conceito concebido pelo Ocidente e imposto unilateralmente aos demais atores internacionais.

Diversas intervenções militares protagonizadas por países ocidentais ocorreram sob essa égide, sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como nos casos da ex-Jugoslávia, Iraque, Afeganistão, Líbia e Síria.

As tensões e a crise atualmente observadas resultam, em grande medida, da reação das potências tradicionalmente dominantes às iniciativas das potências emergentes, que passaram a desafiar a ordem internacional vigente.

A expansão do BRICS e a criação de outras organizações multilaterais do Sul Global, bem como as iniciativas de desdolarização e de afastamento das instituições financeiras tradicionais, têm contribuído para a afirmação de um mundo multipolar, suscitando respostas firmes do Ocidente, em particular dos Estados Unidos, cuja hegemonia tem vindo a ser crescentemente contestada.

Observa-se uma mudança de paradigma: de um mundo dominado pelo Ocidente para uma ordem mais multipolar. A guerra entre os Estados Unidos e Israel contra o Irão, o conflito na Ucrânia e o envolvimento ocidental, a imposição de sanções e a crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a China constituem elementos centrais de uma tensão global de natureza híbrida.

As recentes intervenções militares dos EUA em vários países, incluindo a Nigéria, o Iraque, a Síria, a Somália, o Iémen,

a Venezuela e o Irão, bem como a ameaça do uso da força militar em cenários como a anexação da Gronelândia, ações contra o México e Cuba, a integração do Canadá como estado norte-americano ou a reocupação do Canal do Panamá, são manifestações da postura hegemónica dos Estados Unidos.

A guerra dos Estados Unidos contra o Irão constitui mais um episódio da disputa pela manutenção da hegemonia daquele, através do enfraquecimento dos seus principais adversários. Nesse contexto, os EUA visam, sobretudo, impedir ou limitar o acesso da China aos recursos energéticos iranianos, à semelhança do que ocorre com o petróleo venezuelano, bem como travar a expansão da iniciativa Nova Rota da Seda, ao mesmo tempo que enfraquecem as alianças da Rússia no Golfo Pérsico.

No caso da Ucrânia, a invasão russa terá sido instigada pelo Ocidente com o objetivo de separar, de forma definitiva, a Rússia da Europa, obstruindo, sobretudo, a articulação entre a base científico-tecnológica e industrial alemã e as matérias-primas e o potencial industrial russos.

As ações dos Estados Unidos evidenciam uma estratégia de controlo de recursos energéticos e de outras riquezas, também com o propósito de os negar a adversários, o que configura uma modalidade distinta de neocolonização em relação aos países do Sul.

Observa-se uma perda progressiva de relevância geopolítica e de autonomia estratégica por parte da Europa, que frequentemente subordina os seus interesses à solidariedade transatlântica. A credibilidade da União Europeia tem sido seriamente questionada devido à perceção da aplicação de critérios distintos perante diferentes conflitos e violações do direito internacional.

Em África, persistem vários conflitos armados, acompanhados pelo agravamento e expansão da insurgência islamista, face às limitações de capacidade dos

Estados e das organizações regionais para conter a situação. Paralelamente, a aplicação de duplos critérios na reação às alterações da ordem constitucional tem contribuído para o agravamento das tensões no continente, incluindo a cisão no seio da CEDEAO.

A nível global, o desrespeito pelo direito internacional assume proporções alarmantes e tende a ser progressivamente normalizado.

2. Ação externa de Cabo Verde no novo contexto

As vulnerabilidades nacionais, nomeadamente a forte dependência externa nos domínios energético, alimentar e comercial, colocam Cabo Verde numa posição de elevada exposição a crises globais, como a atual, decorrente da guerra no Médio Oriente, que condiciona o abastecimento energético e provoca o aumento dos preços do petróleo e do gás e, por arrastamento, dos preços dos alimentos e dos bens de consumo.

Por outro lado, a limitada capacidade dissuasora e preventiva do sistema militar face a ameaças externas faz com que a segurança nacional deva assentar, em primeira instância, no direito internacional e no respeito pelas normas que regem a convivência pacífica entre as nações.

Neste mundo em processo de adaptação a uma nova realidade geopolítica, Cabo Verde terá de se ajustar à nova conjuntura internacional, sendo essencial definir as modalidades dessa adaptação.

Historicamente, Cabo Verde pautou a sua política externa por um não-alinhamento consistente, conseguindo manter uma posição de equidistância entre o Ocidente e o bloco socialista, numa época em que o Movimento dos Não Alinhados tinha forte relevância.

Com a emergência de um mundo unipolar, Cabo Verde aproximou-se mais do Ocidente, com o qual sempre manteve laços comerciais e culturais mais intensos, ao mesmo tempo que desenvolvia relações com

a China e reduzia a intensidade do seu relacionamento com a Rússia, então mais voltada para questões internas.

Esta evolução não comprometeu, durante algum tempo, a tradicional equidistância de Cabo Verde face às grandes potências. No entanto, nos últimos anos, a política externa cabo-verdiana tem evidenciado sinais de reorientação para um maior alinhamento com o Ocidente, particularmente nos domínios diplomático e de segurança, como ilustram a adoção do Acordo sobre o estatuto das forças (SOFA) com os Estados Unidos e, mais recentemente, do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que consagra o eventual estabelecimento de acordos com a OTAN, numa altura em que tais alianças podem comportar mais riscos do que vantagens.

Como resultado, a autonomia estratégica de Cabo Verde terá sido significativamente reduzida, com a imposição de limitações na cooperação com determinadas potências em áreas sensíveis, como segurança, telecomunicações e portos, segundo relatos de círculos diplomáticos estrangeiros corroborados por fontes nacionais.

No atual contexto internacional, os interesses dos pequenos Estados tendem a ser mais facilmente secundarizados pelas grandes potências. Assim, não se pode esperar que estas assegurem a proteção dos países mais vulneráveis.

Neste sentido, países como Cabo Verde devem colocar no centro da sua ação a defesa firme dos interesses nacionais, evitando dependências que possam comprometer a sua autonomia estratégica. A articulação com outros países de dimensão e aspirações semelhantes poderá constituir uma via para mitigar vulnerabilidades e reforçar a capacidade de influência.

O reforço da integração regional, tanto ao nível da África Ocidental como do continente africano no seu conjunto, surge

Neste mundo em processo de adaptação a uma nova realidade geopolítica, Cabo Verde terá de se ajustar à nova conjuntura internacional, sendo essencial definir as modalidades dessa adaptação. (...) Retomar a política de equidistância de Cabo Verde face às potências mundiais constitui um corolário da sua vontade e capacidade de sobrevivência e desenvolvimento perante o atual cenário geopolítico, que evolui gradual e inexoravelmente para um mundo multipolar. O alinhamento de Cabo Verde com os valores do humanismo, do Estado de direito, da democracia e do primado do direito internacional não contradiz a adoção de uma política de equidistância.

como uma opção a considerar com seriedade, apesar de eventuais ineficiências e contradições no seu seio, que poderão ser superadas com determinação e perseverança.

Paralelamente, na linha do preconizado nos documentos estratégicos nacionais, importa incentivar a participação de Cabo Verde noutras organizações de que faz parte, como a CPLP e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, bem como consolidar e diversificar as parcerias externas.

Ainda no plano das relações externas, Cabo Verde não pode permitir-se alienar, por ação ou omissão, as suas relações com qualquer potência, seja por razões ideológicas ou por pressões externas. Tornar-se igualmente fundamental assegurar coerência na condução da política externa, nomeadamente no posicionamento do país face à violação do direito internacional.

Retomar a política de equidistância de Cabo Verde face às potências mundiais constitui um corolário da sua vontade e capacidade de sobrevivência e desenvolvimento perante o atual cenário geopolítico, que evolui gradual e inexoravelmente para um mundo multipolar.

O alinhamento de Cabo Verde com os valores do humanismo, do Estado de direito, da democracia e do primado do direito internacional não contradiz a adoção de uma política de equidistância; pelo contrário, reforça a sua capacidade de estabelecer uma cooperação mutuamente vantajosa com todos os que a queiram desenvolver.

Evitando protagonismos desnecessários, Cabo Verde deve afirmar-se de forma consistente na defesa do direito internacional, do multilateralismo e do fortalecimento das instituições internacionais.

*Brigadeiro-General (antigo CEMFA e CSN)

Sociedade civil, listas partidárias e o futuro dos partidos em Cabo Verde:

Inclusão ou reconfiguração necessária?

Num momento em que as atenções se voltam para as próximas eleições legislativas, observa-se uma crescente integração de representantes da sociedade civil nas listas partidárias. Este fenómeno sinaliza uma abertura democrática e uma tentativa de renovação política. Alinhado com tendências globais, procura aproximar os cidadãos dos espaços formais de decisão e introduzir nos partidos vozes com experiência direta nos territórios, comunidades e setores sociais mais vulneráveis.

Contudo, esta evolução levanta uma questão mais profunda: trata-se apenas de melhorar os mecanismos de inclusão existentes ou é necessário repensar o próprio modelo de funcionamento partidário numa democracia que se pretende mais participativa e consolidada?

A promessa de maior abertura

A presença de membros da sociedade civil nas listas partidárias pode trazer contributos relevantes, sobretudo quando estes atores possuem experiência prática em áreas como educação, saúde, proteção infantil, justiça social ou desenvolvimento comunitário. Em muitos casos, estão mais próximos das realidades concretas das populações.

Num contexto como o de Cabo Verde, marcado por desigualdades sociais persistentes, vulnerabilidade de crianças e jovens e limitações no acesso a serviços essenciais, esta aproximação entre sociedade civil e política institucional pode melhorar a qualidade da representação e da formulação de políticas públicas. Neste sentido, trata-se de um passo importante para reforçar a ligação entre cidadãos e instituições.

Os limites de uma solução parcial

Apesar do seu potencial, a integração de representantes da sociedade civil nas listas partidárias não resolve, por si só, problemas estruturais do sistema político. Existe o risco de esta participação se tornar meramente simbólica, sem impacto efetivo no exercício do poder legislativo.

A dinâmica interna dos partidos, frequentemente marcada por disciplina partidária e hierarquias consolidadas pode limitar a autonomia destes novos atores, reduzindo a sua capacidade de influenciar agendas políticas de forma independente. Além disso, há o perigo de esta abertura ser vista como suficiente, sem mudanças reais nos processos de recrutamento, deliberação e relação com a sociedade.

Para além das listas: repensar os partidos

Num contexto de maturação democrática, impõe-se uma reflexão mais ampla: até que ponto o modelo atual de partidos continua a responder às exigências de representação, participação e proximidade com os cidadãos? A incorporação de independentes pode ser interpretada como sinal de abertura, mas também como indício de que os partidos precisam de rever a sua relação com a sociedade.

Uma democracia mais consolidada exige partidos:

- mais permeáveis à participação cidadã contínua, e não apenas em períodos eleitorais;
- mais transparentes nos seus processos internos;
- mais abertos à diversidade de experiências;
- e mais capazes de transformar contributos externos em influência política real.

A questão central deixa, assim, de ser apenas quem integra as listas, passando a ser como os partidos se organizam para representar uma sociedade de cada vez mais complexa.

Reforçar o papel da sociedade civil

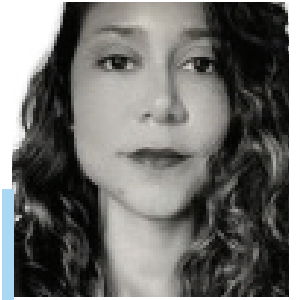
No caso cabo-verdiano, a abertura das listas deve ser reconhecida como um sinal positivo. No entanto, este avanço precisa de ser acompanhado por uma reflexão mais profunda sobre o funcionamento dos partidos e a qualidade da representação política. Sem isso, corre-se o risco de manter uma lógica de inovação apenas formal, sem impacto substantivo nos mecanismos de poder.

Importa também reconhecer que a força das organizações da sociedade civil reside na sua autonomia e na sua capacidade de escrutínio do poder político. Nesse sentido, é fundamental reforçar:

- o seu papel na formulação e monitorização de políticas públicas;
- os espaços institucionais de consulta e participação;
- os mecanismos de transparência e responsabilização;
- e uma cultura política orientada para o diálogo entre Estado e sociedade.

Estas dimensões são essenciais para uma democracia que vá além da representação formal, valorizando a participação contínua e efetiva. O desafio é claro: transformar participação em influência e inclusão em mudança real.

*Psicóloga, orientadora parental e especialista em proteção infantil, com intervenção em contextos comunitários e contributo em iniciativas de advocacy e políticas de proteção da criança em Cabo Verde.



Denise Resende *

No caso cabo-verdiano, a abertura das listas deve ser reconhecida como um sinal positivo. No entanto, este avanço precisa de ser acompanhado por uma reflexão mais profunda sobre o funcionamento dos partidos e a qualidade da representação política. Sem isso, corre-se o risco de manter uma lógica de inovação apenas formal, sem impacto substantivo nos mecanismos de poder. (...) O desafio é claro: transformar participação em influência e inclusão em mudança real.



Amílcar Aristides Monteiro

O que as eleições não decidem

Cabo Verde precisa iniciar o próximo ciclo político com uma agenda económica estruturada, baseada em dados e capaz de transformar o diálogo entre o Estado e o sector privado em reformas concretas. (...) As eleições, per si, não garantem que as decisões certas sejam tomadas. Isso vai depender de algo mais exigente: preparação, capacidade analítica, vontade e capacidade de influenciar a tomada de decisões com base em evidência. E essa responsabilidade não é apenas do governo que vier a ser eleito.

Cabo Verde precisa iniciar o próximo ciclo político com uma agenda económica estruturada, baseada em dados e capaz de transformar o diálogo entre o Estado e o sector privado em reformas concretas.

Num país pequeno, aberto e vulnerável como Cabo Verde, é tentador olhar para eleições como momentos decisivos. Mas a realidade é mais simples - e mais exigente: as eleições escolhem governos; não resolvem os problemas estruturais.

Entramos em mais um ciclo eleitoral num contexto global marcado por incerteza e reconfiguração do investimento internacional. Ao mesmo tempo, o país enfrenta desafios internos que não são novos, nem dependem de alternância política. Por isso, para o sector privado, a questão relevante, não é quem vai governar, mas o que será feito a seguir - e com que qualidade de decisão.

Entre o anúncio dos resultados eleitorais e os primeiros meses de governação existe uma janela curta, mas determinante. É nesse período que programas políticos se transformam em prioridades concretas, que agendas são negociadas e que se definem os interlocutores com capacidade real de influência. Essa é, muitas vezes, a fase menos visível - mas a mais estratégica.

Independente dos resultados eleitorais o próximo governo não parte de uma folha em branco. Herda um conjunto de constrangimentos que atravessam legislaturas.

A conectividade interilhas continua a penalizar a competitividade fora dos principais centros.

A dependência externa mantém o país exposto a choques internacionais.

Uma parte significativa da economia permanece informal, limitada no acesso a financiamento e oportunidades de crescimento.

A regulação, incluído o quadro fiscal e sistema de incentivos, embora formalmente estruturada, revela inconsistências na sua aplicação.

A descentralização económica avança lentamente.

E a emigração, sobretudo de jovens qualificados, reflete a incapacidade do mercado interno em reter e atrair talentos.

Nenhum destes problemas será resolvido por decreto, nem por um único mandato. Exigem continuidade, coordenação e, acima de tudo, qualidade no processo de decisão. E é aqui que emerge o verdadeiro desafio nacional - menos visível, mas mais determinante: como se constroem as políticas públicas em Cabo Verde.

E neste quesito, o diálogo entre o Estado e o sector privado continua a ser fragmentado, irregular e pouco estruturado. Existem fóruns, existem encontros, mas falta consistência, método e, sobretudo, informação partilhada. Sem dados, os fóruns de diálogo, ou os chamados "chintados", transforma-se num exercício de percepções.

O governo baseia-se em informação administrativa, as empresas reagem com experiências individuais, e o resultado é previsível: prioridades difusas, decisões reativas e reformas que raramente ganham tração em um mandato.

Os países em desenvol-

transformar o ambiente de negócios fizeram-no criando instrumentos de medição regulares - sistemas capazes de captar a experiência real das empresas e traduzi-la em informação utilizável.

Cabo Verde ainda não dispõe dessa capacidade analítica para avaliar o ambiente de negócios de forma sistemática. E essa ausência tem um custo: limita a qualidade da negociação entre os atores económicos, reduz a eficácia das políticas públicas e representa um custo de oportunidade para o país.

As tensões geopolíticas no Médio Oriente, a volatilidade dos mercados de energia e a crescente incerteza regulatória em várias economias do Golfo Pérsico estão a levar investidores institucionais - fundos soberanos, operadores de infraestrutura e grupos hoteleiros - a procurar alternativas estáveis, previsíveis e bem reguladas.

Cabo Verde reúne hoje um conjunto de atributos que, neste contexto, se tornaram genuinamente raros: democracia consolidada com mais de três décadas de alternância pacífica de poder, Estado de direito reconhecido internacionalmente, posição atlântica entre a Europa, as Américas e África, e um sector turístico com margem real de valorização para além dos destinos de sol e praia já estabelecidos. Nenhum destes atributos é novo.

Mas captar este investimento exige mais do que atributos. Exige que o país seja capaz de demonstrá-los com dados - que quando um investidor pergunta sobre o custo de licenciamento para um projecto de aquacultu-

ra em São Vicente ou sobre o ambiente regulatório para uma unidade de transformação agroalimentar em Santiago, haja uma resposta sistemática, actualizada e credível.

Um mandato de cinco anos permite avançar reformas relevantes - melhorar conectividade, reduzir informalidade, reforçar o papel económico dos municípios, qualificar o ambiente regulatório. Mas apenas se essas prioridades forem claramente definidas, monitorizadas e negociadas desde o início.

A transição política que se aproxima é, portanto, mais do que uma mudança de governo. É um teste à capacidade do país em estruturar a sua própria agenda de desenvolvimento do sector privado.

De acordo com a vontade do povo, as eleições de 17 de Maio vão decidir quem governa por mais 5 anos. Mas as eleições, per si, não garantem que as decisões certas sejam tomadas. Isso vai depender de algo mais exigente: preparação, capacidade analítica, vontade e capacidade de influenciar a tomada de decisões com Cabo Verde precisa iniciar o próximo ciclo político com uma agenda económica estruturada, baseada em dados e capaz de transformar o diálogo entre o Estado e o sector privado em reformas concretas. (...) As eleições, per si, não garantem que as decisões certas sejam tomadas. Isso vai depender de algo mais exigente: preparação, capacidade analítica, vontade e capacidade de influenciar a tomada de decisões com base em evidência. E essa responsabilidade não é apenas do governo que vier a ser eleito.

Mobilidade em Cabo Verde

Dez ilhas, dez realidades: quando a mobilidade falha, cresce a desigualdade(3)

Quando o território condiciona o acesso a bens, serviços e oportunidades, a mobilidade deixa de ser técnica e passa a ser social.



Jorge Lopes*

As diferenças de preços, de acesso e de oportunidades entre ilhas revelam uma realidade pouco discutida: não é a mobilidade que gera desigualdade, mas a sua insuficiência, irregularidade e má organização.

Se o primeiro passo para compreender a mobilidade em Cabo Verde é reconhecê-la como um problema estrutural, o segundo é talvez ainda mais exigente: perceber que esse problema não é abstrato. Ele manifesta-se de forma concreta, quotidiana e desigual na vida dos cidadãos.

Cabo Verde não é apenas um arquipélago. É, na prática, um conjunto de ilhas com níveis distintos de conectividade, de acesso e de integração. E essa diferença, longe de ser apenas geográfica, traduz-se em desigualdades reais: custos de vida distintos, acesso desigual a serviços essenciais e oportunidades económicas assimétricas.

E, no centro de todas elas, está a mobilidade - ou, mais precisamente, as falhas do sistema de mobilidade, de forma desigual.

O preço de bens essenciais - alimentos, materiais de construção, medicamentos - não é o mesmo em todas as ilhas. Não por razões de mercado no sentido clássico, mas porque o custo de transportar esses bens varia significativamente em função da distância, da regularidade das ligações e da eficiência do sistema logístico.

O resultado é conhecido: quanto mais periférica a ilha, maior tende a ser o custo de vida.

Este é um dos efeitos mais visíveis, mas está longe de ser o único.

O acesso à saúde especializada, por exemplo, depende frequentemente da possibilidade de deslocação para outras ilhas. Quando essa deslocação é cara, irregular ou incerta, o que está em causa não é apenas a mobilidade - é o próprio acesso ao direito à saúde.

O mesmo se aplica à educação. A frequência do ensino superior ou de formação especializada implica, para muitos jovens, desloca-

ções regulares ou mesmo a necessidade de mudança de ilha. Nem todos têm condições para o fazer.

No mercado de trabalho, a concentração de oportunidades em determinados polos - sobretudo nas ilhas mais conectadas - reforça esta dinâmica. A mobilidade limitada não apenas restringe o acesso a essas oportunidades, como condiciona a própria decisão de permanecer ou abandonar determinados territórios.

É neste contexto que se deve compreender um fenómeno silencioso, mas persistente: o despovoamento progressivo de algumas ilhas.

Quando viver numa ilha implica custos mais elevados, menos acesso a serviços e menores oportunidades, a mobilidade deixa de ser apenas um meio de circulação. Torna-se um fator que influencia decisões estruturais de vida.

Não se trata apenas de escolher onde trabalhar. Trata-se de escolher onde viver. E essa escolha, quando condicionada por falhas no sistema de mobilidade, deixa de ser plenamente livre.

É por isso que a mobilidade deve ser entendida, também, como uma questão de justiça territorial.

Num Estado arquipelágico, a igualdade formal entre cidadãos não é suficiente. É necessário garantir condições materiais que permitam que essa igualdade se concretize.

Quando dois cidadãos, em ilhas diferentes, enfrentam custos radicalmente distintos para aceder aos mesmos bens ou serviços, estamos perante uma desigualdade que não pode ser ignorada.

E essa desigualdade não decorre apenas da geografia. Decorre da forma como o sistema está organizado.

A mobilidade, tal como hoje funciona, não apenas reflete as assimetrias territoriais - em muitos casos, contribui para as acentuar.

Um sistema de transportes ir-

regular e fragmentado encarece a circulação de bens, reduz a previsibilidade das ligações, limita a integração dos mercados e fragiliza a atividade económica local. As empresas operam com maiores custos e maior incerteza. As famílias enfrentam preços mais elevados e menor acesso.

Cria-se, assim, um ciclo difícil de quebrar: menor mobilidade, menor atividade económica, menor escala, custos mais elevados e ainda menor mobilidade.

Este ciclo não é apenas económico - é também social e territorial. À medida que se consolida, reforça assimetrias entre ilhas, reduz a atratividade de investimento em territórios menos conectados e limita a capacidade de fixação de população, sobretudo jovem. Com o tempo, transforma-se num mecanismo silencioso de divergência, em que algumas ilhas avançam enquanto outras ficam progressivamente para trás.

Romper este ciclo exige mais do que melhorar pontualmente ligações ou reduzir preços em determinados momentos. Exige uma abordagem que reconheça a mobilidade como instrumento de integração territorial.

Isso implica, desde logo, aceitar um princípio simples, mas exigente: o local onde um cidadão vive não pode determinar, de forma tão marcada, o seu acesso a direitos e oportunidades.

O conceito de continuidade territorial, referido anteriormente, ganha aqui toda a sua relevância. Ele não significa uniformidade absoluta - o que seria irrealista - mas implica garantir níveis mínimos de acessibilidade e condições comparáveis de funcionamento do território.

Em muitos arquipélagos, esse princípio traduz-se em mecanismos concretos: tarifas diferenciadas, compensações logísticas, obrigações de serviço público, financiamento estruturado. Em Cabo Verde, esses instrumentos

existem de forma fragmentada, mas não constituem ainda um sistema coerente.

É precisamente essa ausência de sistema que permite que as desigualdades persistam.

Importa também sublinhar que a mobilidade não é apenas uma questão de pessoas. É, cada vez mais, uma questão de fluxos - de bens, de serviços, de informação.

Num país onde a economia depende fortemente da importação e da distribuição interilhas, a eficiência logística é determinante. Quando essa logística falha, toda a cadeia é afetada: dos portos aos mercados, das empresas às famílias.

Por isso, discutir mobilidade é discutir economia real. É discutir o preço dos alimentos. O custo da habitação. A viabilidade de uma empresa fora dos grandes centros.

É, no fundo, discutir o quotidiano. Este é, talvez, o ponto mais importante a reter.

A mobilidade não é apenas um problema técnico a resolver por especialistas. É um fator estruturante que molda o país, influencia decisões individuais e coletivas e condiciona o seu desenvolvimento.

Ignorar essa dimensão é reduzir o debate a uma questão de transportes.

Reconhecê-la é dar o passo necessário para construir soluções mais justas, mais eficazes e mais ajustadas à realidade de Cabo Verde.

Nos próximos artigos, procurarei alargar o olhar para fora do país, analisando como outros arquipélagos enfrentaram desafios semelhantes e que lições podem ser retiradas para o contexto cabo-verdiano.

Porque, se hoje a falha da mobilidade gera desigualdade, amanhã uma mobilidade bem estruturada pode — e deve — ser um instrumento de coesão.

Essa é, em última análise, a escolha que se coloca ao país.

Cabo Verde não é apenas um arquipélago. É, na prática, um conjunto de ilhas com níveis distintos de conectividade, de acesso e de integração. E essa diferença, longe de ser apenas geográfica, traduz-se em desigualdades reais: custos de vida distintos, acesso desigual a serviços essenciais e oportunidades económicas assimétricas. E, no centro de todas elas, está a mobilidade - ou, mais precisamente, as falhas do sistema de mobilidade, de forma desigual. (...) Se hoje a falha da mobilidade gera desigualdade, amanhã uma mobilidade bem estruturada pode - e deve - ser um instrumento de coesão.



João Serra*

Pobreza: a manipulação estatística ao serviço da narrativa eleitoral

Os números apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) não são fiáveis e não permitem concluir, com qualquer grau de rigor, que houve uma redução efetiva e sustentada da pobreza no país. (...) A ilusão da erradicação da pobreza extrema e da redução da pobreza absoluta, tão propalada pelo Governo e pelo MpD, desfaz-se perante a fria realidade das novas linhas de corte, expondo a fragilidade de um discurso que assenta em números atamancados, sem consideração pela complexidade das metodologias subjacentes.

Com a campanha eleitoral para as legislativas de 17 de maio de 2026 já em curso, o partido no poder, o MpD, tem apresentado os dados oficiais sobre a pobreza em Cabo Verde como prova inequívoca do sucesso de uma década de governação. Segundo essa narrativa, o país teria feito progressos notáveis no combate à pobreza global e extrema, legitimando assim a continuidade no poder. Sucede, porém, que essa narrativa assenta em dados metodologicamente frágeis, cujas limitações tenho vindo a documentar, de forma consistente, em vários artigos de opinião ao longo dos últimos anos.

Esta síntese retoma e atualiza esses argumentos, procurando demonstrar, com base em evidências técnicas e no confronto com as melhores práticas internacionais, que os números apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) não são fiáveis e não permitem concluir, com qualquer grau de rigor, que houve uma redução efetiva e sustentada da pobreza no país.

Os dados publicados pelo INE em agosto de 2023 indicavam que a taxa de pobreza global se situava em 20,2% no segundo trimestre desse ano, contra os 35,2% registados no III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (III IDRF) de 2015. Em outubro de 2024, novos dados situavam a taxa de pobreza extrema em 2,28% em 2023, face a 4,56% em 2015.

Estes números foram imediatamente apropriados pelo discurso político como evidência de uma redução histórica da pobreza. Porém, uma análise minimamente rigorosa revela que essa leitura é, na sua substância, enganadora – e por razões que não são técnicas menores, mas sim falhas estruturais na metodologia adotada.

O primeiro e mais grave problema reside no facto de as estimativas de 2023 terem sido calculadas com base nos limiares de pobreza estabelecidos no III IDRF de 2015 – valores que permaneceram congelados duran-

te oito anos. Segundo o INE, esta opção teria sido motivada por recomendações técnicas do Banco Mundial (BM), que desaconselhara a atualização do limiar antes do término do IV IDRF em curso. Independentemente da justificação, a utilização de limiares desatualizados produz resultados que não são comparáveis com os de 2015 e que, portanto, não permitem medir qualquer evolução real da pobreza.

Para compreender a dimensão do problema, basta considerar o efeito da inflação: de 2015 a 2023, a inflação média anual acumulada (IMA) foi superior a 16%. Mais significativo ainda é o comportamento dos preços dos produtos alimentares não transformados e das bebidas não alcoólicas, com uma IMA acumulada superior a 25% no mesmo período – precisamente os bens que representam uma fatia desproporcionalmente elevada do orçamento das famílias mais vulneráveis.

Os limiares de pobreza de 2015 – fixados em 95.461 escudos (ecv) anuais per capita no meio urbano (7.955 ecv/mês) e 81.710 ecv anuais no meio rural (6.809 ecv/mês) – compram, em 2023, muito menos bens e serviços essenciais do que compravam oito anos antes.

Ao manter esses valores como referência para 2023, sem qualquer atualização pela inflação acumulada, o INE baixou artificialmente a fasquia que define quem é pobre – o que, inevitavelmente, produz taxas de pobreza mais baixas sem que isso reflita qualquer melhoria real nas condições de vida da população.

O segundo problema grave diz respeito à linha de pobreza internacional adotada nos dados de outubro de 2024. Pela primeira vez, o INE utilizou o limiar de 2,15 dólares por dia em paridade de poder de compra (PPC) de 2017. Porém, este limiar está simplesmente errado para o caso de Cabo Verde. A metodologia do BM estabelece diferentes limiares consoante o nível de rendi-

mento dos países: o de 2,15 dólares/dia destina-se a países de baixo rendimento; o aplicável a países de rendimento médio baixo – categoria em que Cabo Verde se enquadra desde 2008 – é de 3,65 dólares/dia.

Ao adotar um limiar mais baixo do que aquele que a própria metodologia do BM recomendaria para o seu estatuto de rendimento, o INE reduziu artificialmente, uma vez mais, o número de pessoas classificadas como estando em pobreza extrema. A contradição é tanto mais evidente quanto o próprio presidente do INE reconheceu, em entrevista ao programa Ponto por Ponto da TCV, em junho de 2025, que “por recomendação do BM, esse valor será atualizado para 3,15 dólares” – admitindo, tacitamente, que os dados publicados estavam baseados num limiar inadequado.

A estes dois problemas acresce um terceiro, porventura o mais revelador da disfuncionalidade institucional do INE: o atraso crónico e inexplicável na publicação dos resultados definitivos do IV IDRF. O inquérito teve início em dezembro de 2022 e, passados mais de três anos, os resultados continuam por publicar.

A justificação apresentada pelo presidente do INE – a necessidade de “corrigir alguns problemas ocorridos na base de dados do IDRF, em resultado de subnotificação de alguns bens alimentares” – levanta mais questões do que resolve. Em consequência deste atraso, desconhece-se, com o mínimo de rigor, quem eram e quantos eram os pobres em Cabo Verde em 2023 – o que não impediu, note-se, a divulgação de dados parcelares e inconsistentes em momentos politicamente convenientes.

Mas é a reclassificação de Cabo Verde pelo BM para a categoria de país de rendimento médio alto, ocorrida em meados de 2025, que desfaz por completo a ilusão construída pelos dados manipulados. Com esta reclas-

sificação, a linha internacional de pobreza aplicável ao país passou a ser de 8,3 dólares por dia em PPC de 2021. Considerando que, em termos de PPC, 1 dólar de 2021 equivalia a aproximadamente 47,23 ecv (segundo o FMI, via DataMapper), o novo limiar de pobreza extrema corresponde a 392 ecv por dia, ou seja, cerca de 11.760 ecv por mês. As implicações deste valor são devastadoras para a narrativa oficial.

Utilizando a abordagem adotada pelo próprio INE – que passou a tomar a linha internacional de pobreza como limiar da pobreza extrema –, todos aqueles que o instituto considerava em situação de pobreza absoluta em 2023 passariam a ser classificados como estando em pobreza extrema: o número subiria de cerca de 11.280 pessoas (2,28% de 510.000 residentes) para aproximadamente 126.225 pessoas, representando 24,75% da população residente. Além disso, todos os indivíduos com rendimentos mensais inferiores a 11.760 ecv – pensionistas, reformados, beneficiários de transferências sociais – seriam igualmente classificados como estando em pobreza extrema, tornando fácil atingir os 30% da população total nessa situação. E se 30% dos cabo-verdianos se encontra em pobreza extrema, a proporção em situação de pobreza absoluta será necessariamente muito superior.

Deste modo, a ilusão da erradicação da pobreza extrema e da redução da pobreza absoluta, tão propalada pelo Governo e pelo MpD, desfaz-se perante a fria realidade das novas linhas de corte, expondo a fragilidade de um discurso que assenta em números atamancados, sem consideração pela complexidade das metodologias subjacentes.

Praia, 03 de maio de 2026

*Doutorado em Economia/
Blog: www.economianaserra.blogspot.com



Dimokransa

Como cantaria Mayra Andrade, cada um com a sua mania, cada um com a sua teoria, cada um a puxar a brasa para a sua sardinha, mas, ao fim ao cabo, a democracia é isto: quatro jovens amigos, unidos num abraço democrático, cada um com o símbolo do seu partido ao peito. Adversários, mas não inimigos! Viva a Democracia!



Dj barbari...dja desoriental!

A paixão do líder do PAICV pelas nossas crioulas já não é novidade para ninguém. A começar pela sua "alma gémea" - a Odete Carvalho, a baixinha à sua direita - que o acompanha para todo o lado, fazendo-se até de motorista oficial, quase com contrato vitalício. Depois de anunciar a ideia de criar uma licença menstrual na autarquia, as más-línguas já vão mais longe e dizem agora que ele pretende reduzir a gravidez de nove para seis meses, só para poupar as mulheres. Ao que os ventoinhas, sem cerimónias, remataram: "Dja barbari... dja desoriental!"



Francisco promete baixar o tempo de gravidez de 9 para 6 meses

Shampoo

Já Ulisses, conhecido por ter confessado que o que ele diz na campanha "é uma coisa" e quando governa "é outra conversa", já é marca registada de um shampoo que faz crescer, abundantemente, o couro cabeludo, como bem ilustra a imagem ao lado. Segundo o pessoal, por cada voto nas urnas o eleitor, careca de esperar pelos 45 mil empregos e 11,5 Boeing's, sem falar no Aeroporto de Santo Antão, terá direito a uma embalagem no próximo dia 17. ZIG adianta em primeira mão que a bula desse shampoo aconselha a não agitar a embalagem antes de usar. O elevado nível de nitroglicerina pode mandar qualquer otário para o desapico do inferno.



Decoração

Inaugurado com pompa e circunstância em período pré-eleitoral e encima do prazo estabelecido no Código eleitoral para actos do tipo, o Campus de Justiça, no Palmarejo, continua completamente deserto e a funcionar como figura decorativa. Os magistrados esperam que a ocupação desse espaço ocorra no arranque do novo ano judicial, em Outubro. Até lá, ZIG vai torcendo para que o espaço seja devidamente equipado e mobiliado.

Fitness

Se o fitness der votos, o líder do PP já ganhou estas eleições. É que Amândio Barbosa Vicente surge nas localidades que visita à frente da sua equipa, tal qual um boneco actionman, de bíceps e ombros trabalhados e luzidios, como que acabado de sair das máquinas do ginásio. Ou então, a tempo da campanha eleitoral só chegaram mesmo camisetas de número inferior. Mas a fala do candidato do PP até é mansa e tranquila, para descanso e alívio dos cidadãos abordados.



Milhares de milhões

Por estes dias da campanha eleitoral, os cidadãos da vila piscatória de São Pedro, em São Vicente, que foram ao comício da UCID devem ter ficado com a cabeça à nora para imaginar quanto dinheiro "são mil milhões de contos" que João Santos Luís disse que Ulisses teve na mão para poder ter resolvido muitos problemas do país. É que no orçamento do Estado para 2026 são 95,7 milhões de contos. Mais uma vez, é a velha confusão que os nossos líderes andam a fazer entre "contos" e "escudos". Uma quantia como a despejada pelo líder da UCID sobre um pobre cristão, pescador ainda por cima, à espera de milagres, "leva qualquer coitado" a pensar que afinal há mesmo dinheiro que não mais acaba nesta terra. O problema é saber onde ir desencová-lo.





O **SUMMER** é um Software Integrado de Gestão Empresarial (ERP) baseado na WEB, concebido e desenvolvido pela CABOSYS, para responder, com sucesso, aos novos desafios da **FATURAÇÃO ELETRÓNICA**

MOBILIDADE

Acesso aos dados de seu negócio remotamente via qualquer aparelho (computador, notebook, celular) conectado à internet

SEGURANÇA

Saas (Software como Serviço). A integridade e segurança de seus dados é garantida por regras de acessos restritas e backups automáticos

BAIXO CUSTO

Substituindo servidores locais por servidores na cloud, ocorre uma redução drástica no valor do investimento em computadores e hardware

INTEGRAÇÃO

Controle em apenas um aplicativo todas as suas atividades e gerencie as suas despesas, faturas, compras, tesouraria, armazéns, etc

SUPOORTE

Assistência assegurada de forma remota, sem necessidade de deslocação de um suporte técnico, fato que reduz o custo de suporte

CONFIANÇA

A CaboSys entregar valor para seus clientes. Mais de 1.000 empresas e profissionais Cabo-verdianos confiam no Summer Software para a Gestão de seu Negócio.

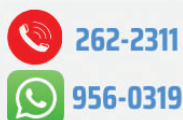


Homologado pela DNRE



SUMMER
PLATAFORMA DE
GESTÃO WEB

100% NACIONAL



262-2311

956-0319

© 2022 CaboSys - Tecnologias de Informação - Qualidade & Inovação

www.summersoftware.cv | info@summersoftware.cv

Etc.

LUANDINO

O filme de uma vida



Cinema/memória

Luandino Vieira: o Tarrafal de uma vida

A primeira pergunta a fazer é quanto valem oito anos de cativo numa vida que já leva 91, acabados de cumprir esta segunda-feira. Qual o peso do silêncio de dias, semanas, meses, de Natais, datas de aniversário, de milhares de linhas das muitas cartas, anotações, histórias, escritas ao longo desse tempo. E o que resta hoje de tudo isso, passados que estão quase sessenta anos? É o que a realizadora portuguesa Sandra Inês Cruz procura responder a estas e a outras questões ao longo do filme *Chão Verde de Pássaros Escritos*, estreado o mês passado nas salas de cinema de Portugal, e que tem a prisão do Tarrafal e o angolano José Luandino Vieira como protagonista e cenário.

Joaquim Arena

Os anos e as várias vidas retratadas no documentário são os do escritor luso-angolano José Luandino Vieira. Mas também do homem e activista pela liberdade da sua pátria de adopção, José Vieira Mateus da Graça, natural de Lagoa do Furadouro, em Vila Nova de Ourém (1935). A infância e a juventude estavam destinadas a ser vividas entre o centro de Luanda e os musseques da periferia. Entre a escrita e o desporto, em jogos de futebol, de onde lhe viria a alcunha tornada pseudónimo literário: “Eu só jogava pela equipa de Luanda, por isso fiquei o Luandino”.

As primeiras letras são orientadas por António Cardoso e António Jacinto para temas no campo mais social. Luandino é demasiado irrequieto para a disciplina escolar e abandona cedo a sala de aulas, preferindo a rotina e a curiosidade do trabalho prático, como lidar com peças de camiões. Mas lê muito, tudo o que lhe chega às mãos, sobretudo pela via clandestina. Durante o serviço militar, torna-se bibliotecário do quartel de

Luanda. Mas também é cada vez mais cinéfilo e será um dos fundadores do cineclub de Luanda, ocupando-se a desenhar os cartazes dos filmes que lhes chegam para exibição.

Em 1959, conhece a prisão pela primeira vez, na cadeia de São Paulo, em Luanda, depois de denunciado pelo dono de uma tipografia sobre o conteúdo de uns escritos que tencionava publicar. Participou também na campanha da candidatura do general Humberto Delgado, colando cartazes. Depois de solto casa com Hermelinda Cunha, Linda para os amigos, que irá ser a sua âncora nos anos duros que lhe esperam. Mas nada disso se adivinha quanto se prepara para embarcar, na cidade do Porto, com Linda e o filho Alexandre, de meses, o ‘Xexe’, para Inglaterra, para uma formação na empresa para a qual trabalha. O avião é mandado parar na pista e Luandino acaba na prisão do Aljube, em Lisboa.

De Luanda para o Tarrafal

Dali é reenviado para Luanda, pela PIDE, que ordena a sua

prisão. Luandino diz à Linda que se deve tratar de um mal-entendido, que tudo se irá resolver dentro de dias. Mas não é. Irá passar os três anos seguintes pelas cadeias angolanas, numa aprendizagem de personagens e factos que farão parte da literatura angolana: a vida verdadeira de Domingos Xavier, as vidas das gentes dos musseques, muitos desenhos para ilustrar textos e poemas, publicados em Luanda, de onde também tira algum rendimento.

A partir 2 de Julho de 1963, a vida de José Vieira Mateus da Graça vai mesmo mudar completamente. É condenado a 14 anos de prisão maior pelo crime de “conspiração para separar da mãe-pátria a província de Angola”. Uma pena de prisão a ser cumprida em Cabo Verde, no Campo de Trabalho de Chão Bom, no Tarrafal de Santiago, juntamente com António Jacinto e António Cardoso, todos eles escritores nacionalistas.

Luandino e os dois companheiros embarcam para as duas semanas de viagem no navio Quanza. É uma nova

vida que começa, um outro tempo que chega. Um tempo diferente, numa terra estranha e de outras gentes. Uma vida que irá florescer nas cartas que envia à esposa Linda. Os anos irão passar muito lentamente e trazer consigo muita angústia e questionamentos vários. Luandino refugia-se no mundo das palavras, das histórias que dali irão surgir, nas memórias de uma vivência rica por terras angolanas, algumas recolhidas ou inspiradas das muitas histórias que vai ouvir dos camaradas angolanos presos em Chão Bom.

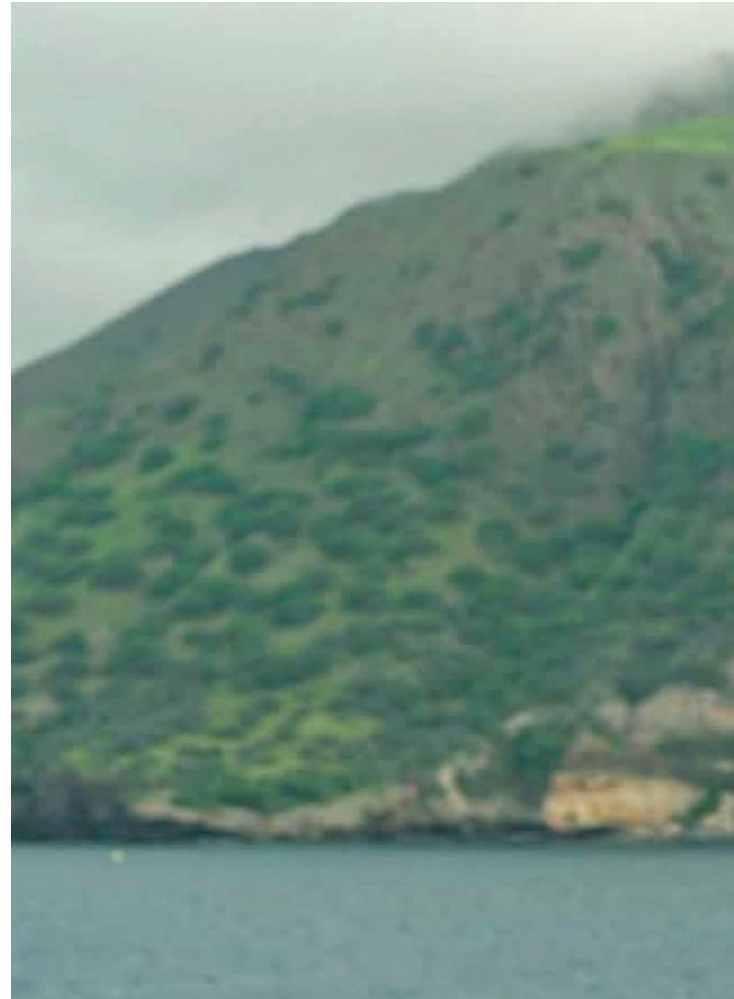
São dezenas de outros companheiros presos que ele encontra nas casernas do Tarrafal: 31 angolanos (do processo dos 50) pertencentes ao MPLA e à UPA/FNLA e mais tarde da UNITA, e guineenses. Para além da camaradagem, Luandino tem os livros de Maxim Gorky, Shakespeare e a Bíblia, como companhia. Discute a literatura de Guimarães Rosa com António Jacinto, Liceu Vieira Dias e António Cardoso. Está decidido: irá adoptar o estilo inovador da linguagem do escritor brasileiro, na sua

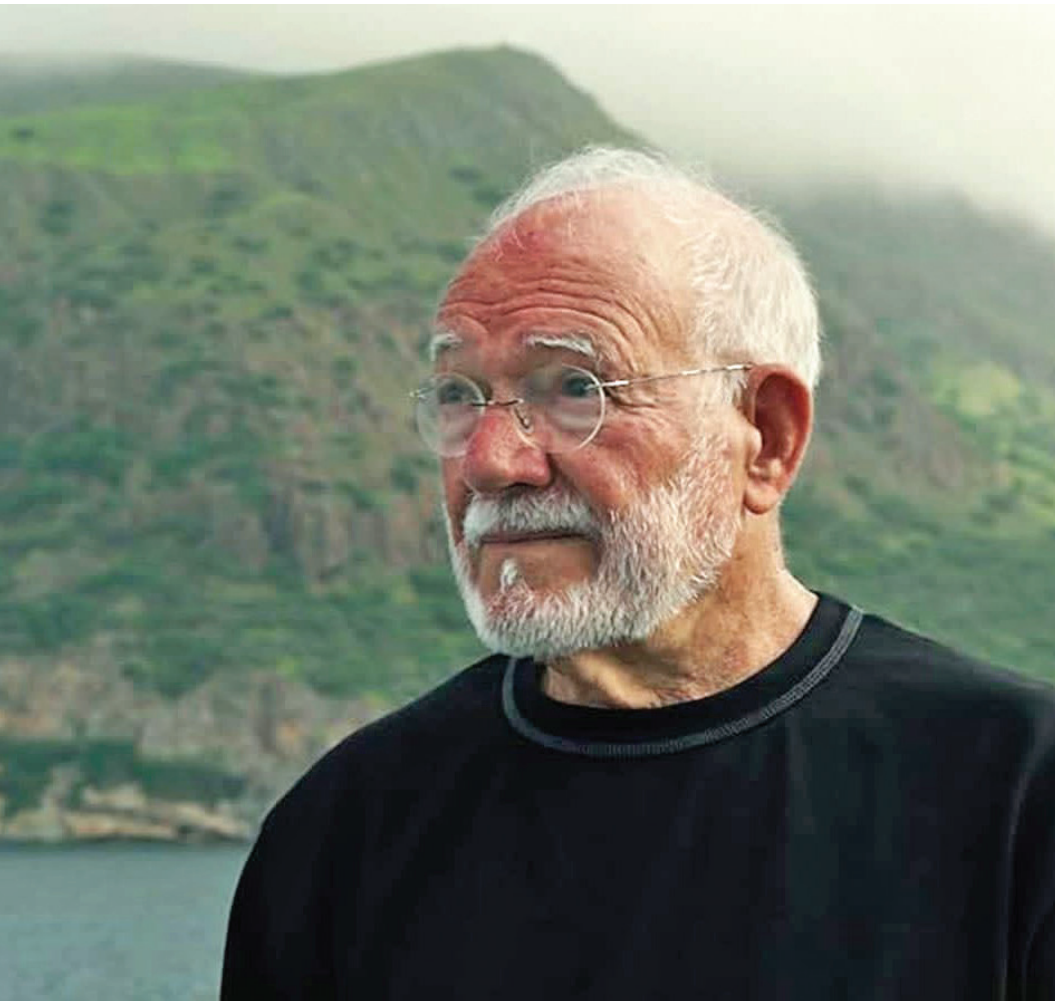
recriação do universo literário angolano.

O chão verde e os pássaros da escrita

Chão Verde de Pássaros Escritos como que resume no título o chão que Luandino percorria pelo perímetro em volta do Campo e a cor verde da chuva que cai a cada ano. É o chão ora duro e seco, ora verde e fresco que revitaliza a escrita e dela faz nascer vidas passadas algures na memória do escritor. Estes escritos do Tarrafal irão no futuro ver a luz do dia numa compilação, com o título “Papéis da Prisão” (17 cadernos, de entre 1962-1971, publicados pela Caminho e a Fundação Calouste Gulbenkian). Nos pássaros do título está a paixão de Luandino pelos passarinhos, cuja alcunha do filho Alexandre também é ‘Xexe’, nome de pássaro angolano.

O filme de Sandra Cruz está entre o documentário e a reportagem, num género indefinido e contendo elementos destas duas formas da narrativa através de imagens. Um modelo escolhido para retratar





oito anos de resistência, numa vida como que condenada, mas de grande intensidade literária. Os escritos são vários: contos, novelas, cartas para Linda, e o diário. Este último como espaço do registo íntimo, juntamente com as cartas à mulher. Mas se as cartas são o cordão umbilical que o mantém ligado à vida familiar, cartas detalhadas, extensas, escritas numa caligrafia disciplinada, clara e rica de emoções, o diário vai perdendo a capacidade para reter as suas reflexões.

E o escritor José Luandino Vieira refugia-se cada vez mais nas suas obras, nesse mundo alternativo, para além dos pequenos desenhos que vai fazendo. Entretanto, chegam-lhe ecos de um prémio literário dado pela Sociedade Portuguesa de Autores ao seu livro *Luuanda* e o pequeno sismo que isso provoca junto do regime. A sede da Sociedade em Lisboa é destruída e os seus dirigentes detidos, e *Luuanda* é execrado pelos críticos afetos ao regime, tanto em Portugal como em Angola. E anos depois, é Linda que chega ao Tarrafal para uma visita de três

semanas, trazendo consigo a vida que lhe falta.

Quando ela se vai, a vida regressa às cartas. Luandino retorna à ficção, mesmo se a direcção do Campo o proíbe de utilizar o seu 'nom de plume'. Entre os dias 16 e 23 de Abril de 1967, escreve, furiosamente, *Nós os do Makulusu*, de um jacto. No final, está extenuado. Não consegue compreender o que se passou consigo durante aquela semana, para escrever, quase sem emendas, aquele que considera o seu melhor trabalho literário. Segue-se João Vêncio e os seus *Amores*, das vivências de Luanda, que Luandino escreve com os olhos postos no Monte Graciosa, ao fundo da paisagem.

Ana di Tchuntchum, a guardadora dos "papéis" do Luandino

Luandino abandona definitivamente a escrita do diário. E entre as idas e vindas do quotidiano do Campo, aqui chega todos os dias Ana di Tchuntchum, a mulher de Tchuntchum, o cozinheiro da prisão, com o seu tabuleiro e balaio

de mercadorias da terra para vender aos presos. Os guardas abrem o portão para as vendedoras de Chão Bom entrarem. Nha Ana passa a ser a fornecedora exclusiva de Luandino de mancarra, banana, ovos, frutas e outros produtos da terra.

O marido assegura ao preso José Graça, Senhor Graça, que também têm uma vaca e assim a esposa podia levar-lhe uma garrafinha de leite todos os dias. Nisso, pelo Natal, Luandino pede autorização à direcção do Campo para poder fazer uma oferta a quem lhe fornece os produtos da terra. O escritor pede aos guardas para lhe comprarem duas quartas de milho na vila, destinados a Nha Ana. E ao despejar o milho no balaio, Luandino coloca, sorratamente, por baixo dos grãos alguns manuscritos de várias histórias e pede a Ana di Tchuntchum que guarde o que ali vai em sua casa. Nha Ana não sabe ler. E assim faz, sem dizer nada mesmo ao marido. Até ao dia em que o amigo, Senhor Graça, deixa a prisão e ela lhe diz, "Senhor Graça, está aqui o que o senhor me deu para eu guardar": os manuscri-

tos de No antigamente da vida, João Vêncio e Nós os do Makulusu. Outros manuscritos já haviam saído da prisão dentro da pasta de Liceu Vieira Dias, que foi libertado antes dele.

Ana di Tchuntchum, ou Ana Luísa Ramos, reencontra-se 58 anos depois com Luandino, o senhor Graça da prisão, no filme de Sandra Cruz, na sua casa do Tarrafal. Na parede da sala exhibe o diploma de homenagem feita pela Câmara Municipal do Tarrafal, em 2022, "em reconhecimento pela coragem, resistência e auxílio aos prisioneiros do Campo de Concentração de Tarrafal, durante o seu cativo".

Lisboa e o regresso a Luanda

Linda regressa ao Tarrafal e desta vez traz o filho 'Xexe', de quase oito anos, que Luandino não conhece. O pai está preso, mas o filho descobre a liberdade da praia do Tarrafal e dos banhos. Como da primeira visita, é dona Eulália Andrade, a "Nha Beba", que recebe em sua casa Linda e Xexe. Luandino ficará nesta casa também depois de libertado, antes de seguir para Lisboa. Mas quando Linda e Xexe partem, de volta para Luanda, é a melancolia que regressa ao recluso nº34, só combatível pela ficção.

Em 1972, chega finalmente a liberdade, embora em regime condicional e a ser cumprida em Lisboa. Aqui o escritor vai encontrar emprego nas Edições 70, na produção dos livros desta editora, uma fase da sua vida registada em imagens da RTP, resgatadas no filme de Sandra Cruz. Até à chegada do 25 de Abril de 1974. Com a independência de Angola, em 1975, Luandino regressa a Luanda juntamente com outros quadros que estavam no exterior.

É nomeado para o conselho de administração da televisão angolana, director-geral de programas e é membro fundador da União dos Escritores Angolanos. Para além disso, está na criação do Instituto Angolano de Cinema e passa a pertencer ao DOR

- Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA, como coordenador da rádio, televisão, jornais, editora e agência noticiosa. A história de amor e a aventura vivida por Luandino e Linda chega ao fim, com a sua separação. E na sequência das eleições angolanas de 1992, no ano seguinte José Luandino Vieira regressa a Portugal com uma bolsa de criação literária e instala-se no norte do país.

"Ao chegar aqui e ao ouvir a música e caminhar por esta natureza, medi-me nas minhas recordações, nas minhas memórias e dei-me conta que sim, podia continuar com a mania de ser escritor."

Instala-se no convento de S. Payo, situado no alto de um monte com o mesmo, em Vila Nova de Cerveira, com as terras da Galiza separadas pelo rio Minho a pouca distância. Depois de acabar a bolsa, Luandino resolve ficar em Portugal. Mas não tem paciência para ir ouvir outras pessoas dizer coisas sobre as suas histórias que nunca lhe passaram pela cabeça quando as escrevia.

O escritor consegue, finalmente, o isolamento desejado desde os tempos da prisão do Tarrafal. Daqui vai nascer a trilogia, *De rios velhos e guerrilheiros*. Em 2006 é-lhe atribuído o Prémio Camões, que o escritor recusa. Depois de uns anos como hóspede do convento de S. Payo, muda-se com os seus livros e os seus papéis para um moinho de água à beira de um rio, que descobre durante as suas caminhadas pelo monte. Faltam livros novos de Luandino, novas estórias, romances, novelas ou contos.

Em mãos tem o projecto prometido que é a *Viagem ao fim do sonho*, que os seus leitores aguardam a conclusão há vários anos. Luandino apenas sorri. Um sorriso que esconde anos de mágoas e uma angústia que ficou numa outra vida, mas que foi salva pelas suas histórias. Hoje observa o rio Minho do alto do monte. Que também é um rio velho, que corre sob as nuvens.

O regresso ao Tarrafal

Sandra Cruz, autora também do livro “Tarrafal, 1975 – O Campo do Silêncio” (lançado em finais do ano passado), vem do jornalismo de televisão, com uma passagem pela RTP, antes de se dedicar aos filmes documentários temáticos. Desta vez, o desafio foi outro. “Quis partilhar uma parte do homem que esteve preso no Tarrafal durante oito anos e dar a conhecer um pouco as suas facetas de activista da independência de Angola, do escritor, do marido, do pai”, diz.

Mas não tinha uma linha narrativa definida ou fechada, um guião pré-preparado, como recorda: “Foi tudo muito em função das conversas que fomos tendo em Portugal, então aí fui-me apercebendo qual seria o chão de memórias mais seguro, mais grato, mais desejável para o próprio Luandino, porque também não queria fazer nada que o perturbasse ou recalcar coisas que lhe devolvessem sofrimento escusado.”

Fazer as pazes com o tempo e o lugar

O que não está dito, os mo-



mentos de maior sofrimento, estarão contidos em alguns dos silêncios que pairam sobre o filme, do que propriamente qualquer explicação do escritor. A prisão ocupa grande parte do filme e este acaba por ser toda uma combinação das palavras, as escritas e as silenciadas, que acabou por desenhar o fio da narrativa. As cartas que surgem no filme e cuja parte é lida por Luandino são as originais, guardadas por ele e pela esposa, Hermelinda.

A viagem ao Tarrafal era-lhe algo muito grata, uma cumplicidade com esta terra, estas gentes. “Combinei com a equipa que no primeiro dia nós iria-

mos deixá-lo entrar sozinho no Campo, fazer o seu reconhecimento do percurso no espaço, sem perguntas, sem câmaras, ficando nós à parte, na rectaguarda. Mas nada disso aconteceu, nem sequer quis entrar sozinho, preferiu entrar com a equipa de filmagens e foi sempre de uma enorme disponibilidade”, conta a realizadora.

O legado de um escritor e combatente

“Sinto-me privilegiada por ter chegado ao Luandino numa altura em que ele tomou essa decisão de deixar uma narrativa da sua vida também atra-

vés de imagens e silêncios. Não é uma pessoa dada a entrevistas, a partilhas com o público e menos com jornalistas, de ir a colóquios, conferências, a aceitar convites da academia. E é um Luandino aberto e resolvido com o passado que no filme percorre o perímetro da prisão em várias direcções, fala do peso do tempo e da desesperança que por vezes o assola, nesses dias, dos companheiros mortos “que podiam ter sido salvos por uma mão-cheia de mancarra”.

No som e nos silêncios não cabe a palavra escrita. Aqui o testemunho é mais rico, mais completo, aliando a palavra

à imagem e ao som e sua ausência, criando um espaço com certo sentido e significado. Algo que Luandino preza e cultiva. Mas a corda da âncora que durante anos o segurou ao amor de Linda, acaba por se partir com a separação do casal, já depois da independência de Angola.

Linda voltou a casar permanecendo em Angola e manteve consigo ainda vários papéis de Luandino, até ao seu falecimento. Hoje, a correspondência entre ambos está na posse do filho ‘Xexe’ e o resto com Luandino Vieira, em Vila Nova de Cerveira.

Estreia em Cabo Verde

É Sandra Cruz quem diz que Luandino gostaria muito que o documentário fosse exibido em Cabo Verde. Uma espécie de retorno que ele gostaria de dar ao Tarrafal e suas gentes. “Disse-o quando terminámos as filmagens, que era importante, numa espécie de devolução de algo que ele sente que deve, no fundo, ao Tarrafal; é não só pelo sítio onde ele esteve mais tempo preso, com anos de grande dor e perda na vida, mas também porque não esquece a forma como foi tratado pelos cabo-verdianos.”

“Nós não tínhamos quaisquer ilusões” – Luandino Vieira

Ao telefone para o A NAÇÃO, a partir de Vila Nova de Cerveira, Luandino Vieira diz que já viu Chão Verde de Pássaros Escritos três vezes. “Quando se diz a palavra Tarrafal temos o imaginário, o simbolismo e tudo quanto as memórias guardam, pensamos que é uma coisa só sobre o Tarrafal, mas não é e está muito bem feito. Eu disse vamos lá, filmamos e pode-me fazer as perguntas que quiser, eu vi o filme e achei-o muito equilibrado sobre essa parte toda da minha vida”, diz. Se é uma forma de despedida, o escritor confessa que não sabe.

“Já lá tinha estado algumas vezes, uma pela UCCLA, outra pelos 40 anos do encerramento do campo de Trabalho de Chão Bom, outra para o filme do Zezé Gamboa; quando a jor-

nalista Sandra Cruz me perguntou se eu seria capaz de voltar ao Tarrafal, eu disse que sim, não tenho trauma nenhum com o Tarrafal, como não tenho trauma nenhum com a minha infância nem com a minha juventude, nem com as outras coisas que fui fazendo ao longo da vida. Vocês filmam e eu ando por ali, respondo às perguntas.”

Quanto ao resto, a parte que falta sobre a sua decisão de não voltar a Angola e de se fixar em Portugal, Luandino explica: “Eu não tenho de dar satisfações a ninguém, fiquei porque a minha mãe me pediu e eu fiz um acordo com ela, enquanto ela fosse viva eu ficaria e quando se foi embora, infelizmente, eu já não tinha força nem interesse um mudar definitivamente e as-

sim deixei-me ficar aqui. Vou a Luanda e venho e é assim, mas estou fora do circuito.”

Escrever sem pensar no futuro

No que respeita à escrita do diário e à importância das cartas, anotações sobre o seu dia a dia na prisão, Luandino confessa que nunca teve qualquer consciência do valor que poderiam vir a ter no futuro. “Até porque não tínhamos quaisquer ilusões, às vezes passeando com o António Jacinto à volta do Campo, aquelas voltas sobre si próprio e sobre tudo, agente pensava, bom, vamos estar aqui ainda mais uns 10 anos e vamos aguentar aqui, porque tínhamos poucas notícias e sabíamos que uma luta de libertação nacional

não se faz de um dia para o outro. E essa luta foi ‘interrompida’ pelo 25 de Abril de 1974, o que permitiu acelerar um pouco aquilo que era o nosso sonho, o nosso objectivo.”

As anotações eram o seu material literário e escreveu quase todos os seus livros naquela prisão, com o cuidado de guardar muito bem todos os manuscritos, porque sabia que os guardas não o deixariam sair com eles. “A nossa vida era aquela, saíamos e andávamos metade do dia cá fora, a passear, a lavar a roupa, a jogar futebol quando tínhamos um pouco mais de tempo e depois, dentro da caserna, todos escreviam, para a família, amigos, cada um nas suas tarefas próprias”.

Daniel Almeida, Soraia de Deus e Edneia Barros vencem PNJ 2025

Os prémios foram divulgados e entregues esta segunda-feira, 04, pela Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC), numa cerimónia marcada pela valorização do jornalismo de investigação e de temas sociais e também em alusão ao Dia da Liberdade de Imprensa no mundo, 03 de Maio, instituído pela organização Repórteres sem Fronteiras.

Imprensa escrita

Na imprensa escrita, Daniel Almeida, jornalista do A NAÇÃO, foi o vencedor, com a reportagem “Contrato com CV Interilhas vira caso de polícia”, que aborda questões relacionadas com a gestão de recursos públicos e eventuais encargos para o Estado e para o cidadão contribuinte. Um assunto que, na altura em que texto foi publicado, muita tinta fez correr junto da opinião pública cabo-verdiana.

Ao receber o prémio, Daniel Almeida reforçou a importância de um jornalismo mais interventivo e a necessidade de haver maior escrutínio aos poderes, tendo em vista combater o uso indevido dos recursos públicos e dos cidadãos. Também criticou as dificuldades relativas ao acesso às fontes oficiais de informação e a falta de colaboração, sobretudo quando se tratam de trabalhos investigativos.

Nesta mesma categoria, foi atribuída uma menção honrosa à jornalista Cristina Morais, do Balai Cabo Verde, pela reportagem “Um legado que resiste ao tempo”.



MEDIA

Os jornalistas Daniel Almeida (A NAÇÃO), Soraia Ramos de Deus (ACI) e Edneia Barros (RCV) são os vencedores do Prémio Nacional de Jornalismo, edição dedicada a trabalhos de 2025.

Natalina Andrade

Rádio

Na categoria rádio a vencedora foi Edneia Barros, da RCV, com a reportagem “Infância sem colo”, que aborda o impacto da emigração nas crianças em Cabo Verde, que ficam entregues a avós e outros familiares, quando os pais, sobretudo as mães, emigram.

“Cabo Verde sempre foi um país de emigração, mas hoje o contexto é diferente. As crianças e os adolescentes estão mais expostos às novas tecnologias e às mudanças sociais, o que influencia o seu crescimento e, em alguns casos, a perda de referências e valores”,

afirmou a jornalista, em declarações à imprensa, à margem da entrega do prémio.

Samira Furtado, da Rádio Educativa, recebeu menção honrosa, com uma reportagem sobre a inclusão escolar de crianças com Necessidades Educativas Especiais, isto é, que apresentam limitações ou dificuldades de aprendizagem que exigem abordagens pedagógicas, recursos ou adaptações curriculares específicas.

Televisão

Na televisão, Soraia Ramos de Deus, da Agência

Cabo-verdiana de Imagens (ACI), conquistou o prémio com “Litoral à venda” e Nazaré Barros, da Televisão de Cabo Verde (TCV), recebeu menção honrosa com o tema “Pirâmide da Ilusão”.

PNJ existe desde 2013

O júri, presidido este ano por Marilene Pereira, destacou uma evolução na qualidade e um maior enfoque em investigações e temáticas sociais, embora tenha apontado a rádio como área com poucas candidaturas. De um total de 43 candidaturas, três foram

da rádio, 18 da imprensa escrita e 22 da televisão.

O Prémio Nacional de Jornalismo existe desde 2013 e é financiado pelo Estado de Cabo Verde. No caso do nosso colega Daniel Almeida, esta é a quarta vez que vence o PNJ.

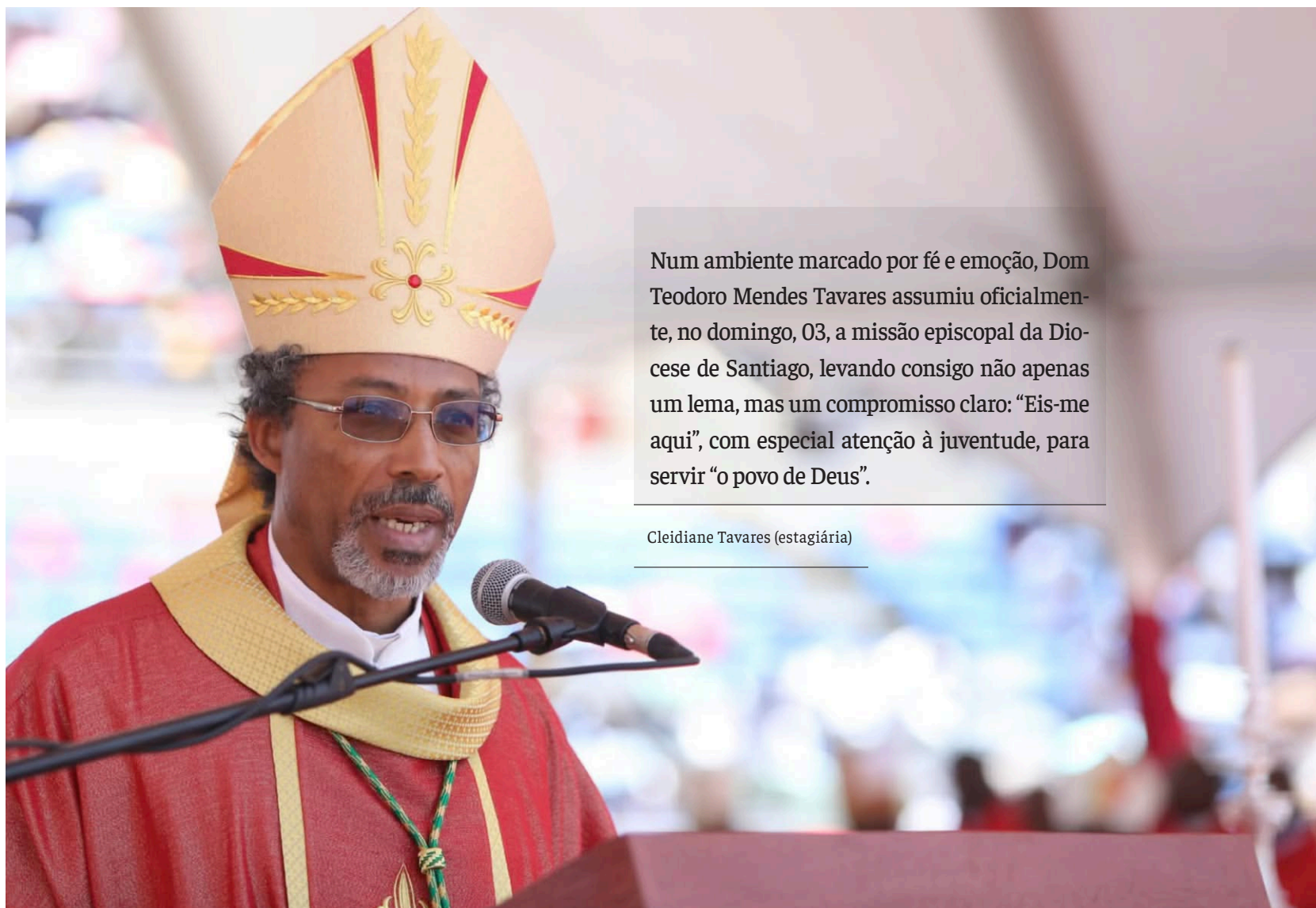
O anúncio dos vencedores do PNJ deste ano aconteceu dias depois de os Repórteres Sem Fronteiras (RSF) ter publicado o seu relatório anual sobre a situação da liberdade de imprensa no mundo. Cabo Verde caiu dez lugares no ranking mundial dessa entidade, passando da 30.ª posição em 2025 para o 40.º lugar entre 180 países.

Apesar dessa queda, Cabo Verde continua a destacar-se na região por oferecer um ambiente de trabalho globalmente favorável aos jornalistas, com a liberdade de imprensa consagrada na Constituição.



Dom Teodoro Tavares inicia missão com olhar voltado para os jovens

“Eis-me aqui” para servir o “povo de Deus”



Num ambiente marcado por fé e emoção, Dom Teodoro Mendes Tavares assumiu oficialmente, no domingo, 03, a missão episcopal da Diocese de Santiago, levando consigo não apenas um lema, mas um compromisso claro: “Eis-me aqui”, com especial atenção à juventude, para servir “o povo de Deus”.

Cleidiane Tavares (estagiária)

A cerimónia, realizada no Estádio Nacional, reuniu milhares de fiéis, membros do clero, autoridades civis e convidados internacionais, transformando o momento numa grande celebração colectiva da fé.

Durante a sua homilia, Dom Teodoro apresentou as prioridades do seu episcopado, centradas no serviço, proximidade, unidade e missão. Assumindo-se como pastor disponível, afirmou que chega “com o coração aberto e disponível para anunciar o Evangelho de Jesus Cristo e servir o povo de Deus que me foi confiado”.

Outro eixo central da sua mensagem foi a unidade. O

novo bispo apelou a uma Igreja que caminha em conjunto, destacando que os desafios só podem ser superados com comunhão e colaboração.

Os jovens no centro da sua missão

Num dos momentos mais marcantes da homilia, Dom Teodoro dirigiu-se directamente aos jovens. “Não tenho medo de dizer sim a Cristo”, afirmou, convidando-os a dar sentido à vida através de um compromisso maior.

Evocando Papa João Paulo II, recordou que os jovens são “a esperança da Igreja e do mundo”, sublinhando o seu papel essencial na renovação

da fé e da sociedade.

Já depois do momento litúrgico, na entrevista à imprensa, o novo bispo de Santiago reforçou a centralidade dos jovens na sua missão pastoral. “A mensagem é para todo o povo de Deus, mas eu dirijo-me especialmente aos jovens”, afirmou, acrescentando que “eles são a esperança da Igreja e do mundo”.

Às vésperas das eleições legislativas do dia 17, deixou ainda um apelo à responsabilidade cívica, defendendo uma política orientada para o bem comum e alertando para os riscos da desinformação. “É preciso evitar fake news”, sublinhou, apelando a uma vivência democrática assente no respeito e na serenida-

de. “Que tudo transcorra num clima de paz”, reforçou, alertando que o discurso de ódio “em nada dignifica o país”.

PR aponta momento de renovação e esperança

Presente na cerimónia, o Presidente da República, José Maria Neves, enquadrou o momento como mais do que um ato religioso. “Trata-se de um momento de renovação, mas também de uma grande esperança num futuro melhor”, afirmou, sublinhando que a cerimónia reflete o percurso de crescimento de Cabo Verde ao longo dos últimos 50 anos.

O Chefe de Estado destacou ainda as “excelentes” re-

lações entre o Estado cabo-verdiano e a Igreja Católica, lembrando o percurso histórico de cooperação com a Santa Sé desde a independência. Manifestou também a expectativa de que, sob a liderança de Dom Teodoro, essas relações possam ser ainda mais reforçadas, num espírito de cooperação e confiança mútua.

Orgulho que vem de casa

Entre os momentos mais emocionantes esteve a presença da família do novo bispo, visivelmente orgulhosa. Descreveram-no como alguém que cresceu “num clima de fé”, vendo na sua nomeação uma bênção não apenas pes-



soal, mas colectiva.

Também entre os fiéis, multiplicaram-se os testemunhos de admiração e orgulho. “Foi um momento muito emocionante”, afirmou Nádia Ribeiro, da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus.

A fiel destacou ainda que o novo bispo “traz esperança para a diocese”, sobretudo para os jovens, sublinhando que ficou marcada pela forma como Dom Teodoro de-

monstrou preocupação com a juventude ao longo da sua homília.

Natural de Santiago, Dom Teodoro traz consigo uma longa experiência missionária, tendo desempenhado funções episcopais no Brasil antes de regressar para assumir a liderança da maior diocese de Cabo Verde, sucedendo a Dom Arlindo Furtado, que esteve à frente da Diocese de Santiago durante 17 anos.



“Eis-me aqui”: um lema que acompanha o percurso de Dom Teodoro

Na conferência de imprensa realizada no sábado, 02, antes da tomada de posse, Dom Teodoro Mendes Tavares revelou que não estava à espera do convite para assumir a Diocese de Santiago. Segundo contou, no Brasil, onde se encontrava há vários anos, quando recebeu a comunicação, chegou mesmo a pensar que se tratava apenas de uma convocatória inicial e não de uma decisão já to-

mada.

Ainda assim, acabou por dizer sim ao pedido, numa decisão que, segundo explicou, está profundamente ligada ao seu lema episcopal. “Eis-me aqui”, lema escolhido na sua ordenação como bispo, traduz precisamente essa disponibilidade permanente para acolher o chamamento, onde quer que a missão o conduza.



Carlos Carvalho

VLB ... CEDEAO ... UA...NU

Em Honra ao...Vigário Balanta

Decidi voltar à minha Outra-Terra. Claro, com imensa tristeza!! Não conheci Vigário Luís Balanta (VLB).

Nunca, antes, havia ouvido falar dele.

Obviamente que não é da minha geração. Aliás, dos "políticos"-novos-chefes da minha e de Cabral Terra quase não conheço um.

Vigário entrou em "nossas casas" liderando um grupo de activistas, com um "discurso" claro e preciso, traduzindo o que vai na alma da maioria dos guineenses, desde as famosas eleições de Novembro passado. Eleições que a maioria dos "olheiros"; dos candidatos; dos Partidos apoiantes dos diferentes candidatos, sabe quem ganhou, mas ninguém abre a boca para dizer claramente, alto e bom som, o vencedor.

Todos sabem!!

Nyusi, capitão da equipa dos "olheiros" sabe

Nigeriano sabe.

Mas ninguém diz nada!!

Um "estranho-golpe" acabou por deitar tudo por terra, adiando e enterando, mais uma vez, as esperanças do povo martirizado da Terra-di-Cabral.

Estranho minha-outra-terra!!

Quem ganhou as eleições foi "preso"!!

Quem apoiou o ganhador, inda ta prezulu!!

Quem perdeu...na canpia txada!!, sendo recebido ti na palasius!!, vivendo nu ben-bon.

Povo di Guiné...sintadu na pera...pa alguin ba rizolvi si problema!!

Ninguém se "alivanta" para defender seu eleito-Presidente, seu apoiante. Afinal, é o voto de cada um que não serviu para nada!!

Um bando de militares resolveu acabar com a felicidade dos guiguis, com a estapafúrdia desculpa de "ivita guerra civil".

À "cabeça" do golpe, um General-analfabeto que deve ter uns 60 e tal anos. Fazendo bem as contas, no tenpu di luta era inda um rapasinhulu!!

Há tempos, numa conversa com um Histórico-da-luta, este nos informou que nunca ouvira seu nome nos tempos da luta. Disse que chegara a falar com o General e que...resumin-

do...este mesmo General lhe disse k na tenpu di luta era...un rapasinhulu.

Só na Guiné se encontra Gerais k ca sibi lé...nin scribi!!

Não se entende como este "matumbo" chegou à General...cal scola-militar k i bai...toc ki txiga General.

CEDEAO

Aquela organização que não existe ficou num vai-vem, fingindo rizolvi purblema.

Ora ta mandado un...ora otu...tudu k medu di tropas di Guiné.

No Benin, quando as coisas começaram a descambar, foram logo a correr sotar os golpistas. Tudo voltou ao normal!!

Golpe caba...nen ca cumesa!!

Tropas di CEDEAO ta bai so undé k tem tropinhas, sima na Gambia, onde obrigaram Djame a sair de poder.

Senegal tomou a dianteira, mas para ir à Bissau...nen um tropa pa guerra.

Lá, com muuuuuuio esforço, um representante da CEDEAO conseguiu "salvar" o ganhador, concorrendo ou não, de todas as eleições na Guiné, da 2ª Esquadra, prendendo-o na sua própria casa. Do mal, o menos!!

Fosse eu...pensava duas vezes se aceitava sair de uma cadeia, para ir para outra.

O argumento da prisão é pabia i tene cazu na tribunal!!

Já ganhador de eleições, Fernando Dias, tradu tambí di izilu na Nigéria...pa ba prezulu pa caza!!

Ouvi dizer que, afinal, o Omi não está preso, el k prindi si cabeça...i pudi bá passia.

Quem disse, dizem, é o Novo-Dono da Guiné.

Sinceramente!!

CEDEAO...faz poooooortittra nenhuma...pa caba kes situason!! Pa caba k kel brincadeira!!

UA

Union Africanu...para mostrar músculos...mandou um...imagine-se...Trubada!!

Patris bai...passia Bissau...cumé bon camaron k ostra...regado k bon

vinhu-palmo...ou otu di Tugas, voltou...mãos-a-banar".

Não sei mesmo a quem prestou contas do seu passeio.

Estranha decisão escolher quem não tem nenhuma reputação nem no seu país para uma missão tão complicada, ter que falar com "importantes" Gerais!!

Dimingu sta tudu inda na prizon!!

A União Africana, na verdade, não está nem aí!!

Nenhuma firme decisão em relação ao que se passa.

NU

Nhu Ntoni-Tuga, este está mais preocupado com o arrumar das malas, do que com coisas-causas-pequenas.

Prémio-Nobel, M. Trump, já lhe mandou dizer que o Homem chefia uma Organização que não devia existir, pabia só gasta dnher, pá nada ca ta siribi. Ele Xerifi já cabou com mais guerra k Nhu Ntoni tudu tenpu di si mandato.

Pois, da Guiné nosso patrício-tuga nem se digna manda um recado rixu; só toma nota e ... se preocupa!!

Inda mas, sé patrisiu-goês ta passa tenpu ta namora com aquele Homem que deu sua cabeça golpi.

Ah, Guiné, kenha k dabu és castigol!!??

ELEIÇÕES

E...a Guiné, diz-se, vai de novo às eleições!!

Paxenxa k kelotu nha terra!!

Na verdade, a Guiné deve ser seguramente o país que mais eleições organizou aqui na sua zona.

Eleições sempre buniiiiititas!!

Eleições que, segundo aqueles que lá vão comer camaron...ostru...caldomancarra ou um bom cafríela; beber bom vinho-palmo ou aracadju; ou ainda bom vinho-tuga, são sempre livres, transparentes e justas!!, conforme os Relatórios e Conferencias de Imprensa que fazem, no final da parodia!!

Depois, cada um ta capri ba se caminhulu, k bolso cheio de dinheru di pov-di-CEDEAO i UA, ou di Oropa, enchendo ainda mais suas já recheadas contas bancarias...só di djudas-di-custo.

GENERAIS

Generais...k toma conta di Txon-di-Cabral...não sabem o que fazer do país.

Como é que alguém que nem sabe papiar sua língua-nacional dretu...k ca ba scola...podí toma conta de um país!??

Fladu uns rapasinhulu...k General dexa pa lá...que andam a ditar as regras...tudu siguidoris-fiel de antigo-Xefi.

CONCLUINDO

Vigário murri dja...melhor...foi morto.

DSP...k ca concorri pa nada...preso inda na si casa!!

Kenha k fladu ganha eleison...FD...tambí inda na casa!!

Ah, mundo...nhós socorri Guiné, pf...pabia fidju-di-Guiné...coitadu...sta ditadu i na roooooonca...sonu!!

Tudo manera diáspora vai mandar "pa djanta k sia".

Kenha k perdi eleison...na canpia txada...mó fora!! recebido pa tudu lado.

Sa ta roedu...sa ta roeeedu riiiiiiixu...má Kenha k perdi eleison está financiando...ou...andou financiando uns guentis pa tudu lado...li nton!!

Ami, minha boca não istá lá!!

Ah, dia k pó-di-txoka muda!!!!

Diz-se que...na minha-outra-terra...vai-se...de novo...pela enésima vez...às eleições!!

Democracia...à la Guiné!!

Terminando mesmo, estava ouvindo a entrevista do Rapasinhulu-di-Burkina.

Quanta sagesse na cabeça dakeli rapasinhulu!!

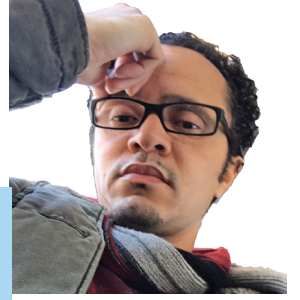
Ele devia dar aulas a todos os dirigentes africanos do que significa ser-Africano...pensar com nossa própria cabeça...ser Donos-di-nossos-destinos...aulas incluindo à uns Txicos k Ulissius di kel nha terra-li.

Recomendo a todos que ouçam a entrevista do...imaginem só...só Capi-tão...Ibrahim Traoré.

Té prosimu.

04/05/2026.

Governo - o voo “sem djobi pa lado” da TACV



Lucio Teixeira

A privatização da TACV ficará na história como o exemplo de como o Governo de Cabo Verde transforma uma boa ideia numa oportunidade perdida. Vender 51% da companhia à Loftleidir pelo valor nominal de 1,3 milhões de euros foi apresentado como um passo corajoso. Prometia-se o fim dos subsídios e uma eficiência que o Estado não garantia. Poucos anos depois, a realidade revelou-se bem diferente e bastante mais dura.

Em junho de 2021, o mesmo Governo que elogiou a operação decidiu recuperar o controlo da empresa. Hoje, o Estado detém novamente cerca de 90% da companhia após sucessivas injeções de capital. Esta reviravolta rápida expõe o fracasso de uma operação mal planeada e pior executada. O recuo demonstra que a solução de mercado era uma estrutura frágil que colapsou ao primeiro sinal de pressão externa.

O Governo demonstrou uma incapacidade preocupante em preparar a transição desde o início. Em vez de fortalecer a regulação, apenas substituiu um monopólio público por um privado sem garantir obrigações de serviço público. Sem concorrência real, o custo das passagens permaneceu elevado e o serviço deficiente. Esta paralisia deixou os cabo-verdianos reféns de ligações instáveis num cenário onde a mobilidade nacional foi sacrificada.

A fragilidade na fiscalização do contrato foi ainda mais grave. O executivo demitiu-se da função de monitorizar as obrigações do operador privado e permitiu que o plano de negócios fosse ignorado. Esta debilidade revela que o Governo não estava preparado para ser um regulador exigente. Preferiu a pressa da venda em vez de construir mecanismos de controlo necessários para defender o in-

teresse público e o rigor da operação.

A falta de transparência em todo o processo aprofundou a crise de confiança nacional. Ao fugir ao controlo parlamentar e ao escrutínio das instituições, o Governo esvaziou a legitimidade da privatização. Conduzir processos estratégicos à margem da fiscalização pública não revela competência, mas sim um desvio à prestação de contas. Quando o segredo se sobrepõe ao interesse coletivo, a governação torna-se um exercício de arrogância.

O Estado continuou a atuar como garante financeiro mesmo após a entrada do parceiro privado. Socializaram-se prejuízos que deveriam ser suportados exclusivamente pelo novo dono através de sucessivos avales públicos. Esta falta de disciplina enviou uma mensagem perigosa ao mercado sobre o risco em Cabo Verde.

O investidor ficou com a gestão enquanto a sociedade cabo-verdiana carregou todo o peso financeiro do fracasso.

A pandemia de 2020 agravou a situação, mas não deve ocultar as debilidades estruturais do modelo adotado. Fragilidades como a fraca regulação e a ausência de um plano resiliente foram integradas no desenho da venda muito antes da crise mundial. A paragem forçada do setor aéreo apenas desnudou a incapacidade de um projeto que já nasceu sem as defesas necessárias para sobreviver num mercado volátil.

O caso da TACV expõe a forma como este Governo gere as reformas económicas do país. Priorizou a pressa em vez da qualidade e a opacidade em vez da transparência necessária. Escolheu a ilusão de modernidade em vez de bases sólidas para uma mudança real. Ao tratar a privatização como

um fim em si mesmo, o Governo não só entregou uma empresa ao mercado - entregou a soberania aérea ao improvisado.

A reversão parcial da privatização da nossa empresa de bandeira não foi uma vitória. Foi o reconhecimento silencioso de um erro estratégico grave. Infelizmente, erros como este, para além de revelar uma governação marcada por incompetência e falta de integridade na gestão de activos estratégicos do país, custam caro aos cabo-verdianos, tanto em dinheiro como em confiança nas instituições.

A armadilha do Rendimento Médio

O caso de Cabo Verde

O setor externo sempre desempenhou e continuará a desempenhar papel central na economia cabo-verdiana, dada a sua configuração geográfica dispersa, mercado interno limitado, solo semiárido e escassez de recursos naturais.

Estes fatores estruturais restringem o desenvolvimento dos setores agrícola e industrial e, associados à fraca poupança interna, condicionam a capacidade de investimento em infraestruturas físicas e sociais essenciais para um crescimento sustentado.

Dessa forma, a estrutura produtiva de Cabo Verde está, e deve permanecer, orientada para o comércio e a prestação

de serviços, dependendo fortemente de financiamento externo - público e privado - para assegurar investimento e capitalização dos setores estratégicos. O setor externo torna-se, assim, fonte determinante de riqueza e financiamento, incluindo as contribuições da diáspora.

É fundamental aprofundar a análise sobre estas vulnerabilidades e constrangimentos, utilizando pesquisas e modelos macroeconómicos de economia aberta para compreender a dinâmica de crescimento e a volatilidade do país diante de choques externos.

Um estudo detalhado do período entre 1980 e 2012 permite examinar como mudanças so-

cioeconómicas, institucionais e políticas internas, bem como fatores exógenos - incluindo a influência de parceiros estratégicos da zona Euro, o contexto da Guerra Fria (1945-1991) e a crise financeira de 2007/08 - moldaram o desempenho económico do país. A aplicação de modelos de regressão múltipla de séries temporais possibilita identificar variáveis explicativas do PIB e compreender os determinantes do crescimento.

Além disso, deve-se considerar as reformas estruturais implementadas nas últimas décadas que posicionaram Cabo Verde como um país de rendimento médio (de renda baixa), segundo indicadores

quantitativos (PIB/PNB per capita, PPC per capita) e qualitativos (IDH).

A política é, como enfatiza Keynes, expressão concentrada da economia, e o economista deve possuir visão interdisciplinar: “em algum grau matemático, historiador, homem de Estado e filósofo. Tem de compreender símbolos e utilizar palavras (...) Estudar o presente à luz do passado, com vista ao futuro. Nenhuma parte da natureza humana ou das suas instituições pode ficar completamente fora da sua atenção”.

Portanto, compreender a economia cabo-verdiana exige não apenas análise quantitativa, mas também a conside-



Eurico Mendes*

ração das interações entre contexto histórico, estrutura institucional, relações externas e características socioculturais do país.

A dependência externa, embora estruturante, pode ser articulada com o fortalecimento do setor produtivo endógeno e a promoção da exportação cultural, formando um modelo de crescimento adaptado à realidade cabo-verdiana e sustentável a longo prazo.

*Economista e Bancário



Marciano Ramos Moreira*

Ensaio

Cabo Verde pa nôs tudu – un analizi ortografiku

N ta louva PAICV trokadu uzu di lingua maternu kabuverdianu (lkv) i di se alfabetu ofisial nes lema! Es skolha ta mostra valor ki es partidu ta da kuluna vertebral di nos identidadi. Relevansia di izistensia di diversus partidu sta na diferenssas ideolojiku entri es.

Mesmu stritamente di pontu di vista di angariason di votus, es skolha e intilijenti.

“If you talk to a man in a language he understands, that goes to his head. If you talk to him in his own language, that goes to his heart.” (“Kuza ki bu fla un algen na un lingua non maternu, ta ba pa se serebru; kuza ki bu fla un algen na se lingua maternu, ta ba pa se kurason.”, Nelson Mandela - konfiri: <http://tinyurl.com/pr23m58>)

Sientistas diskubri ma emisferiu serebral direita di pesos ta muda di kor na Functional Magnetic Resonance Imaging ku na Positron Emission Tomography mas txeu ti ki es papiadu na lingua maternu i mas poki ti ki es papiadu na lingua non maternu (1). Emisferiu serebral direita ta lida ku IMUSON i ta kontrola ladu skerda di nos korpu, inkluidu kurason. E raru atxa Kabuverdianu rezidenti ki ten purtuges komu lingua maternu.

Ku otus palavra, Nelson Mandela staba serto kuandu el fla: If you talk to a man in a language he understands, that goes to his head. If you talk to him in his language, that goes to his heart.

Purtantu e midjor nu konkista un menbra na se lingua maternu! I kenha ki sa ta faze publisidadi o sensibilizasyon, si el kre maksimiza se efikasias, el debe faze mesmu kuzal!

Nes mumentu, e kontroversu si e “Cabo Verde” o “Kabu Verdi” ki e mas apropiadu na un testu na lkv. Difensoris di

uzu di “Cabo Verde” ta invoka dizignadamenti es argumentus: nomi di tera ka ta traduzidu; Guvernu dja pidi ONU pa pasa ta uza so “Cabo Verde” sen traduson. Difensoris di uzu di “Kabu Verdi” ta invoka dizignadamenti es argumentus: tradison mundial prevalisenti e kada povu soberanu uza se lingua i se grafia na toponimus di nos planeta; uzu skluzivu di “Cabo Verde” na tudu lingua ta fasilita rikunhesimentu grafiku pur parti di luzofonus i difikultata rikunhesimentu grafiku pur parti di ristantis abitanti di es planeta (serka di 95%), sendu inpusivel se implimentason pur parti di kes povu kujus skrita ka ta bazia na alfabetu latinu. N ta difende uzu di “Kabu Verdi” na un testu na lkv (konfiri nha pertinenti ensaiu lisin: <https://tinyurl.com/ycxu9vus>).

Prepozison “pa” tene un exsilenti ortografia ker di pontu di vista di kes 11 bazi di ALUPEC ker di pontu di vista di sugestons di asentuasun di lejislador splisitadu na subkapitulu “Da Acentuação” na pajina 23 di Bultin Oficial ki tene Dikretu-Lei ki aprova ALUPEC (<https://tinyurl.com/3kks6jyp>) ker di pontu di vista di otus sugeston di asentuasun ki N konxe (spesifikamenti kel di Jürgen Lang, kel di Manuel Veiga i kel dimeu – konfiriveis lisin <https://tinyurl.com/3hx8ezzu>).

Pronomi “nôs” tene un exsilenti ortografia di pontu di vista di kes 11 bazi di ALUPEC. Di akordu ku sugeston di alinia a) Alofonos di subkapitulu “Da Escrita Interdialectal e Intradialectal” na pajina 21 di Bultin Oficial ki tene Dikretu-Lei ki aprova ALUPEC (<https://tinyurl.com/3kks6jyp>), es grafia ta ledu [ˈnoʃ] na Barlaventu i [ˈnos] na Sotaventu. Provalvementi podu asentu sirkunfleksu trokadu sugeston nº 4 di



asentuasun di lejislador splisitadu na subkapitulu “Da Acentuação” na pajina 23 di Bultin Oficial ki tene Dikretu-Lei ki aprova ALUPEC (<https://tinyurl.com/3kks6jyp>). Asentu sirkunfleksu riba di “o” na palavra [ˈnos] ku bazi na sugeston nº 4 di asentuasun in fine di lejislador – “(...) as monossilábicas terminadas por e ou o levam o diacrítico, de acordo com a natureza vocálica.” – e atakavel trokadu 2 razon: 1º) palavra [ˈnos] ka ta tirmina ku o, mas sin, ku s; 2º) es sugeston di lejislador ka sta konsistenti ku sugeston nº 2 di asentuasun di lejislador: “As palavras paroxítonas em que a vogal tónica é um e ou um o semi-fechado ou semi-aberto (ê/é; ô/ó), o diacrítico é usado apenas sobre as vogais semi-abertas (é/ó), cujo rendimento funcional é menor. A ausência de diacrítico indicará a natureza vocálica oposta.” Ifetivamenti, sigundu kes otu sugeston di asentuasun ki N konxe (spesifikamenti kel di Jürgen Lang, kel di Manuel Veiga i kel dimeu – konfiriveis lisin <https://tinyurl.com/3hx8ezzu>), palavra [ˈnos] ka ta leba asentu – debe grafadu “nos”.

Kuantifikador universal “tudu” tene un exsilenti orto-

grafia ker di pontu di vista di kes 11 bazi di ALUPEC ker di pontu di vista di sugestons di asentuasun di lejislador splisitadu na subkapitulu “Da Acentuação” na pajina 23 di Bultin Oficial ki tene Dikretu-Lei ki aprova ALUPEC (<https://tinyurl.com/3kks6jyp>) ker di pontu di vista di otus sugeston di asentuasun ki N konxe (spesifikamenti kel di Jürgen Lang, kel di Manuel Veiga i kel dimeu – konfiriveis lisin <https://tinyurl.com/3hx8ezzu>).

Konkluidu, lema “Cabo Verde pa nôs tudu” sta mutu bon di pontu di vista ortografiku. El al fikaba exsilenti si el staba grafadu asi: Kabu Verdi pa nos tudu

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

(1) Konfiri: Kim K, Relkin N, Lee K, Hirsch J (1997) Distinct cortical areas associated with native and second languages. *Nature* 388:171-174 - sitadu pa Dotoradu na Sosiolinguistika Stephen (Stébu) Graham na konferensia “Língua y Saúdi Mental” ki el da Asosiason “A Ponte” na 4 di outubro di 2010.

Prato cheio

Húngaros

Ingredientes Massa

- Ovo: 3 unidade;
- Manteiga: 100 g;
- Açúcar em pó: 75 g;
- Farinha tipo 55 sem fermento: 150 g;
- Amido de Milho: 50 g;
- Compota: adicionar q.b.

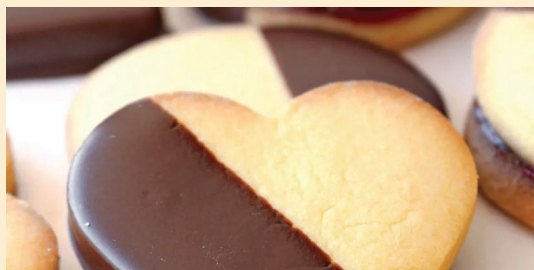
Cobertura de chocolate

- Chocolate (cortado em pedaços): 145 g;
- Óleo de Coco: 5 g.

Modo de preparo

Coza os ovos durante dez minutos. Depois de frios, descasque-os e descarte as claras. Bata a manteiga amolecida com o açúcar até obter uma mistura cremosa. Passe as gemas cozidas por um passador até ficarem bem desfeitas. Incorpore-as na mistura anterior. Junte a farinha e o amido e envolva-os na mistura – como fica com uma consistência granulosa, aperte a massa com as mãos até formar uma bola. Leve ao frigorífico por cerca de 20 minutos. Com o rolo da massa polvilhado com farinha para não pegar, estenda a massa até ficar com cerca de 0,5 cm de espessura. Corte círculos ou outros formatos e coloque-os num tabuleiro forrado com papel vegetal. Leve ao forno pré-aquecido a 200 °C por sete

a oito minutos, só até começarem a dourar. Depois de arrefecerem, mergulhe as bolachas pela metade na cobertura de chocolate, sacudindo ligeiramente para retirar o excesso. Coloque-as num prato forrado com papel vegetal e leve-as ao frigorífico até a cobertura solidificar. Pode fazer os húngaros simples ou duplos, unindo-os dois a dois com um pouco de compota, marmelada ou geleia, antes de mergulhar no chocolate. Cobertura de chocolate: parta o chocolate em pedacinhos e derreta-o juntamente com o óleo de coco. Vá mexendo ocasionalmente até obter uma mistura lisa, fluída e uniforme. Esta receita é parte integrante do livro “Uma Pastelaria em Casa” da autoria de Rita Nascimento.



Caça-palavras



Encontre palavras relacionadas com Eleições:

- SOLUÇÕES:
- DEMOCRACIA
 - CAMPANHA
 - OPosição
 - SONDAGEM
 - PARTIDO
 - APURAÇÃO
 - ELEITOR
 - CANDIDATO
 - VOTO
 - URNA

Encontre sete diferenças



Talento

Aos 24 anos, **Patrick Mendes dos Santos**, de nome artístico Dj Monster, está a construir o seu caminho no mundo da música, impulsionado por uma paixão que nasceu cedo. A influência do pai foi determinante, ao levá-lo a escutar e apreciar músicas antigas desde a infância.

“Desenvolvi o gosto por todos os ritmos e assim a paixão pela arte surgiu. As minhas principais influências musicais são Miguel kr, Tony Fica, Garry, Djodje e DeeJay Têlio e em relação a minha profissão está o Dj Straga, Dj Deekey e Dj Shimza”, conta.

Com o tempo, a curiosidade levou-o a explorar ferramentas como o Virtual DJ, onde começou a experimentar e a aperfeiçoar-se. O que começou como uma descoberta transformou-se numa vocação, reforçada pelas primeiras oportu-

nidades que surgiram, onde Patrick percebeu que poderá fazer mais do que apenas ‘sonhar’, recordando o momento em que decidiu levar o seu talento mais a sério.

Hoje, ele define-se como um DJ versátil, capaz de se adaptar a diferentes públicos e contextos, embora tenha gostos pessoais, privilegia a diversidade musical nas suas actuações.

“A nível profissional prefiro dar ao público a oportunidade de escutar todos os ritmos”, explica, defendendo que cada actuação deve ser uma experiência única.

A preparação da playlist, o soundcheck e a reflexão final fazem parte de uma rotina que visa garantir qualidade e evolução constante, ainda assim, reconhece que um dos maiores desafios continua a ser a interação com o público, um aspeto

que procura melhorar continuamente.

Entre os momentos marcantes da sua trajectória, destaca a participação no Festival da Gamboa e no Tarravibes, experiências que considera especiais e motivadoras. Apesar das conquistas, acredita que a profissão ainda carece de maior valorização. “Ser DJ é ser um profissional digno assim como qualquer outro”, defende.

Sobre o futuro, Patrick mantém-se focado no crescimento pessoal e profissional, sem perder a essência que o trouxe até aqui.

Na sua mensagem aos jovens, deixa um apelo: “Insistam nos seus sonhos, aprendam sempre e não se iludam com as luxúrias (...), o mais importante é gostar do que fazem e se divertirem”.

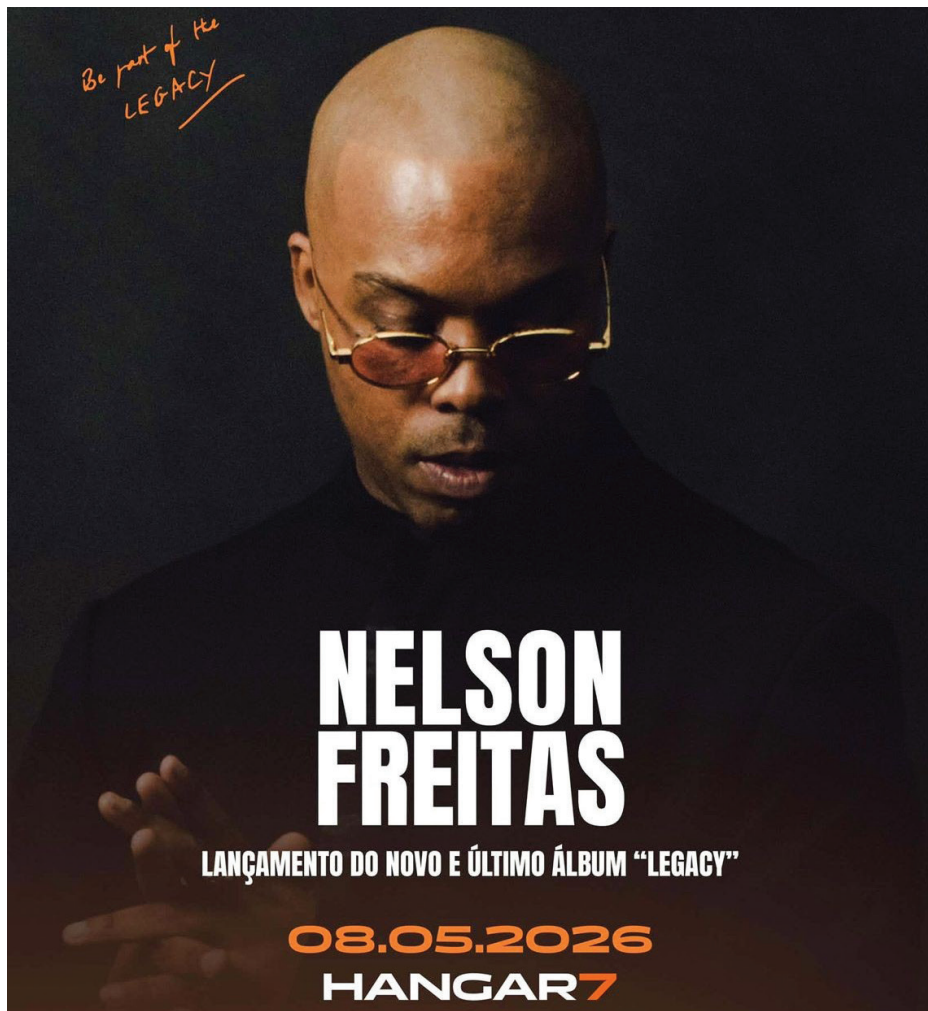
Adelise Furtado



Nelson Freitas apresenta “Legacy” na Praia

O cantor Nelson Freitas apresenta seu mais novo e último álbum de estúdio “Legacy”, amanhã, sexta-feira, 08, no Hangar 7, na Cidade da Praia.

A Nação



O espetáculo, conforme escreve a organização, assume um caráter simbólico e histórico, já que “Legacy” é apresentado como o último álbum de estúdio do artista.

O trabalho reúne uma seleção de temas que espelham o seu percurso, a evolução artística e a consolidação de uma identidade que o posiciona como “uma das maiores referências da música lusófona contemporânea”.

Mais do que um concerto tradicional, o evento propõe uma experiência imersiva de audição em primeira mão. O público terá a oportunidade de escutar ao vivo as novas faixas e conhecer, pela voz do próprio artista, os bastidores e o processo criativo que deram origem ao álbum.

Com uma carreira internacional consolidada,

com 25 anos de carreira, o produtor e cantor cabo-verdiano promete uma noite carregada de emoção, nostalgia e celebração, num reencontro especial com o público da capital.

Sobre Nelson Freitas

Fundador do grupo Quatro, Nelson Freitas começou a carreira a solo em 2004, sendo que o seu primeiro álbum a solo foi Magic, lançado em 2006.

Depois de Magic, vieram os álbuns Magic II (2008); My Life (2010), Elevate (2014); Live at Coliseu dos Recreios (2015); Four (2016); Unplugged (live) 2019; Dpos D’Quarentena (2021) e Black Butterfly (2024).

Na longa discografia, viajou ao longo dos anos por diferentes géneros musicais que vão desde o Zouk ao R&B, do Kizomba ao Hip Hop.

Acontece



▶ - 4ª edição do Festival Kontornu, na Praia, Cidade Velha e Tarrafal, Santiago, de segunda-feira, 11, até ao dia 16. Abertura, na Praia, Auditório Nacional, será na segunda-feira, 11, às 19h30.

▶ - 2ª edição do Festival Morabeza, no Museu de Lisboa “Palácio Pimenta”, Portugal, sábado, 09, às 11h



▶ - Concerto a 4 mãos com Djosinha, no Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design (CNAD), em São Vicente, sexta-feira, às 20h30

▶ - 1ª Edição AfroPiano nos Espargos, Sal, sábado, 09, às 22h



▶ - Concerto Alberto Koenig, no B.Leza, Lisboa, Portugal, sexta-feira, 08, às 22h30



Aconteceu...



▶ - 2ª edição do festival Kooltura, no teatro de Verdure, Nice, França, sábado, 02, das 16h às 23h.

Classificados



Anúncio

CONSULTORIA COM PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/UGA-ANAS/2026

Revisão e Atualização do Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos

- 1. Entidade Adjudicante:** Agência Nacional de Água e Saneamento, a qual tem sede em Tira Chapéu, Cidade da Praia.
- 2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa:** Conselho de Administração da Agência Nacional de Água e Saneamento, através do Despacho n.º 03/CA-ANAS/2026 de 05 de março de 2026, ao abrigo de poderes próprios para o ato.
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** Departamento Gestão Administrativo e Financeiro, através da **Unidade de Gestão de Aquisições (UGA)** a qual tem sede em Tira Chapéu • C.P. 567 • Cidade da Praia • República de Cabo Verde Tel.: (+238) 261 42 14 / 3338875/3338834.
- 4. Financiamento:** As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pela Cooperação Luxemburguesa através da Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS).
- 5. Objeto do Concurso:** O presente Procedimento tem como objeto a contratação de serviço de consultoria internacional para a revisão e atualização do plano de ação nacional para a gestão integrada dos recursos hídricos (PAGIRH)
- 6. Local da execução do contrato:** Os serviços objeto do presente procedimento serão desenvolvidos na sede do adjudicatário, sem prejuízo de se indicar outro lugar.
- 7. Prazo de execução do contrato:** A consultoria deverá ter a duração de **5 meses** a partir da assinatura do contrato.
- 8. Obtenção dos documentos do concurso:** as informações detalhadas são fornecidas nos Termos de Referência que podem ser solicitados através do correio eletrónico aneth.lopes@anas.gov.cv, nadine.c.tavares@anas.gov.cv.
- 9. Custo dos documentos do concurso:** Os documentos do presente Procedimento devem ser adquiridos, pelos concorrentes qualificados, mediante o pagamento de 10.000\$00 (dez mil escudos) não reembolsáveis. O pagamento deverá ser efetuado por meio de depósito (DUC), na conta corrente a indicar pelo serviço de contabilidade da ANAS. O pagamento deve ser efetuado no prazo de 24 horas após a emissão do DUC.
- 10. Proposta variante:** Não são admitidas propostas variantes, nas condições definidas nos Termos de Referência.
- 11. Requisitos de admissão:** São admitidas as firmas de consultorias nacionais e internacionais que reúnam as capacidades técnicas e financeiras solicitadas nos Termos de Referência e que não estejam em situações de impedimentos nos termos do artigo 70º do Código da Contratação Pública (CCP).
- 12. Modo de apresentação das candidaturas de manifestação de interesse:** As candidaturas devem ser apresentadas em envelope opaco e fechado, entregue diretamente na sede da ANAS remetido por correio registado para a mesma morada ou ainda por correio eletrónico com anexos encriptados unicamente para o endereço aneth.lopes@anas.gov.cv, nadine.c.tavares@anas.gov.cv, devendo a chave de descriptação ser entregue no ato público de abertura das candidaturas, respeitando as indicações definidas nos Termos de Referência.
- 13. Língua:** As candidaturas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa. Caso os documentos de qualificação dos candidatos estejam redigidos em língua estrangeira, por força da sua natureza ou origem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 14. Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até às 16H00 do dia 15 de Maio de 2026, conforme as indicações constante no número 12 do presente anúncio.
- 15. Número mínimo e máximo de candidatos a qualificar:** Entre as candidaturas apresentadas, a Agência Nacional de Água e Saneamento selecionará um mínimo de 3 e máximo de 6 (seis) candidatos que tenham atingido um mínimo de 70 pontos, a quem deverá ser enviada convite para apresentação da proposta técnica e financeira.
- 16. Ato público de abertura das candidaturas:** O ato público de abertura das candidaturas terá lugar na sede da Agência Nacional de Água e Saneamento, no dia **18 de maio de 2026**, pelas 10h00, podendo os interessados participar presencialmente ou via videoconferência, e nela intervir todos os candidatos e seus representantes devidamente credenciados para o efeito.
- 17. Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é a proposta economicamente mais vantajosa, observando o método de avaliação da qualidade e preço, de acordo com os seguintes fatores e ponderação: a) Preço: 30%; b) qualidade técnica: 70%.
- 18. Identificação do autor do anúncio:** Unidade de Gestão de Aquisições da Agência Nacional de Água e Saneamento.
- 19. Lei aplicável ao procedimento:** O presente procedimento será regido por Lei n.º 88/VIII/2015 de Abril, que aprova o Código de Contratação Pública, o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (Decreto-Lei n.º 50/2015 de 17 de Novembro), e Portaria n.º 60/2015, que aprova os documentos standardizados de procedimentos pré-contratuais previstos (BO n.º 78).

Cidade da Praia, 29 de abril de 2026.

UGA – ANAS

/Aneth Lopes/



Banco de Cabo Verde

DPAACP - Área de Contratação Pública e Apoio Geral

Anúncio Público

Procedimento de concurso público nacional nº 04/2026, para prestação de serviços de manutenção preventiva, e assistência técnica dos elevadores e monta carga (ou monta papéis) do BCV do Banco de Cabo Verde (BCV). Intervir todos os concorrentes e representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

1. Entidade adjudicante: Banco de Cabo Verde, BCV, com sede na Avenida OUA, n.º 2, C.P n.º 7954-094, Achada de Santo António, Cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde, telefone (+238) 260 70 00.

2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa: Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, ao abrigo da alínea a) do nº1 do Art.º 4º da NAP 05/2016.

3. Entidade responsável pela condução do procedimento: Departamento de Património, Segurança e Administração, Área de Contratação Pública e Apoio Geral, Unidade de Estrutura a quem compete as aquisições no BCV, telefones (+238) 260 73 02, (+238) 260 70 02, (+238) 260 73 22 e-mail: contratacaopublicabcv@bcv.cv;

4. Objeto do concurso: i) contratação do serviço de manutenção preventiva e assistência técnica dos elevadores e monta carga (ou monta papéis) do BCV, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, material de consumo e equipamentos necessários à execução adequada desses serviços, conforme os requisitos técnicos constantes no **Anexo I** do caderno de encargos. ii). Os serviços referidos na alínea anterior incluem a resolução das não conformidades identificadas nos relatórios do Instituto Eletrotécnico Português (IEP), de 2025, conforme os **anexos A, B, C, D, e E** dos requisitos técnicos -**Anexo I do caderno de encargos**; iii) o fornecimento de peças por desgaste natural, e o adjudicatário deve apresentar as propostas para aprovação prévia da entidade adjudicante. iii). **A visita será realizada no dia 11 de maio de 2026, pelas 14:30h.** Os interessados em participar da visita deverão enviar a manifestação de interesse para o e-mail contratacaopublicabcv@bcv.cv.

5. Local de execução do contrato: Banco de Cabo Verde, BCV, com sede na Avenida OUA, n.º 2, C.P n.º 7954-094, Achada de Santo António, Cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde. **6. Prazo de execução do contrato:** O contrato subjacente ao presente procedimento vigorará pelo período de 1 (um) ano, renovável até ao limite de 3 (três) anos, mediante avaliação anual positiva do BCV, a contar da data de assinatura do contrato.

7. Obtenção dos documentos do concurso: Os documentos relativos ao presente concurso devem ser solicitados através do endereço eletrónico: contratacaopublicabcv@bcv.cv devendo referir no assunto o descritivo: **Solicitação documentos concurso 04/2026.**

8. Requisitos obrigatórios para a apresentação de propostas: Podem ser admitidas pessoas coletivas, nacionais, que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública.

9. Não são admitidas: apresentação de propostas por um agrupamento

Data do envio do anúncio
Praia, 06 de maio de 2026.

de concorrentes.

10. Modo de apresentação das propostas: Em envelope fechado e lacrado, entregue diretamente na sede da entidade adjudicante ou remetido por correio registado para a morada da entidade adjudicante; ou ainda, por correio eletrónico, com anexos encriptados ou mediante a disponibilização de um *link* (para que o *download* seja efetuado no momento da receção), desde que seja remetido dentro do prazo, devendo os documentos disponibilizados estar encriptados, e remetidos para o endereço: contratacaopublicabcv@bcv.cv devendo a chave de descriptação ser entregue no ato público de abertura das propostas, respeitando as indicações definidas no programa de concurso.

11. Língua: As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa.

12. Data de apresentação de propostas: Os interessados devem entregar as propostas até ao dia **27 de maio de 2026**, entre as 08h00 (oito horas) e as 16h30 (dezasseis horas e trinta minutos).

13. Prazo de manutenção das propostas: Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

14. Critério de adjudicação: O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa. A ponderação é de: 60% para o fator qualidade técnica e 40% para o fator preço.

15. Ato público de abertura das propostas: O ato público de abertura das propostas tem lugar na sede do Banco de Cabo Verde, no dia **28 de maio de 2026, às 10 horas**, podendo os concorrentes participar presencialmente ou via videoconferência, e intervir todos os concorrentes e representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

16. Cauções e garantias: i) Caução para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas perante a entidade adjudicante; ii) Caso a proposta adjudicada prever adiantamentos de preço, deve ser prestada caução de valor igual ao dos adiantamentos prestados, desde que não exceda 30% do valor total do contrato.

17. Identificação do autor do anúncio: Departamento de Património, Segurança e Administração, Área de Contratação Pública e Apoio Geral do Banco de Cabo Verde.

18. Lei aplicável ao procedimento: Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril de 2015.



ANÚNCIO PÚBLICO

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 03/UGA/INPS/2026

SERVIÇO DE CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PORTAL INSTITUCIONAL DO INPS

- 1. Entidade Adjudicante:** Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, com sede na Cidade da Praia, em Plateau, Av. Amílcar Cabral nº 65, C.P. nº 372.
- 2. Órgão Competente para contratar:** Comissão Executiva – C.E do INPS.
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** Unidade de Gestão das Aquisições – UGA do INPS.
- 4. Financiamento:** a decisão de contratar e a decisão de aprovação da despesa foram adotadas pela Comissão Executiva do INPS, enquanto Entidade responsável que autoriza a despesa, através do Orçamento de Funcionamento para o exercício financeiro do ano de 2026, aprovado em sede do Conselho Diretivo.
- 5. Objeto do Concurso:** o presente procedimento tem por objeto a contratação de uma Empresa de Consultoria, para prestar os seus serviços especializados para o desenvolvimento e implementação do Portal Institucional e transaccional integrado do INPS.
- 6. Características:** as características e especificidades do referido Portal encontram-se definidas no Programa do Concurso e nos TDR.
- 7. Modo de obtenção dos documentos do Concurso:** podem ser adquiridos nos dias úteis, entre as 08:00 às 16:00, ou através do endereço eletrónico: ingla.tavares@inps.cv. Ainda poderão ser obtidos no site de compras públicas do Ministério das Finanças “e.compras” - <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras>
- 8. Não são admitidas propostas variantes.**
- 9. Requisitos de admissão:** Podem ser participantes no presente Procedimento todas as Entidades/Fornecedores que detenham capacidade técnica e financeira para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações de impedimento referidas no artigo 70.o do Código da Contratação Pública.
- 10. Modo de apresentação das candidaturas:** deverão os concorrentes, apresentarem as suas candidaturas em envelope fechado e lacrado, observando as exigências do Concurso, e as regras do C.C.P, entregue diretamente na sede da Entidade adjudicante ou remetido por correio registado para a morada da entidade adjudicante, respeitando as indicações definidas no programa do concurso.
- 11. Língua:** as candidaturas, devem ser apresentadas em língua portuguesa, ou caso estejam redigidos em língua estrangeira, acompanhados da tradução legalizada.
- 12. Data de apresentação de candidaturas:** os interessados devem entregar as respetivas candidaturas até às 16:00 horas do dia 2/06/2026.
- 13. Requisitos e critérios para a qualificação:** Técnica e Financeira, definidos no Programa de concurso.
- 14. Prazo de manutenção das candidaturas:** os Concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de termo do prazo que vier a ser fixada para a apresentação das Propostas.
- 15. Critério de adjudicação:** a adjudicação será efetuada com base no critério da Proposta economicamente mais vantajosa, tendo como base os fatores objetivos definidos e especificados.
- 16. Ato público de abertura das candidaturas:** o ato público de abertura das candidaturas tem lugar no auditório, nas instalações do INPS, Plateau, na Avenida Amílcar Cabral, Ilha de Santiago, C.P. Nº 372 Cidade da Praia, no dia 03- 06-2026, às 14:30: horas, podendo no mesmo intervir todos os candidatos e os representantes dos candidatos devidamente credenciados para o efeito.
- 17. Pedido de esclarecimentos:** eventuais pedidos de esclarecimento deverão ser enviados, o mais tardar até 15/06/2026, para o endereço eletrónico indicado.
- 18. Cauções e garantias:** será exigida ao concorrente vencedor a prestação de uma caução de boa execução do contrato no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço contratual, para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas perante a Entidade Adjudicante.
- 19. Identificação do autor do anúncio:** Unidade de Gestão das Aquisições- UGA do INPS.
- 20. Lei aplicável ao procedimento:** Decreto-lei nº 88/VIII/2015 de 14 de abril

Cidade da Praia, aos 06 de maio de 2026
Queira aceitar a expressão da nossa mais elevada consideração.

Unidade de Gestão de Aquisições – UGA

 Ingla Pereira Tavares
 Coordenadora UGA


Imp. 803 Ed.05 01-03-2026

Anúncio de Venda de Viatura por Carta Fechada

A Embaixada de Portugal em Cabo Verde torna público que irá proceder à venda, mediante apresentação de propostas em carta fechada, da seguinte viatura:

- Marca/Modelo: Mercedes-Benz E200
 - Ano: 2012
 - Matrícula: CMD-00-708
 - Quilometragem: 70.471
- Preço base:** 950.000 CVE

A viatura poderá ser vistoriada mediante marcação prévia para os seguintes contactos: secretariado.praia@mne.pt / 2623037

As propostas deverão ser entregues em envelope fechado, com a menção “Proposta – Venda de Viatura”, até ao dia 15 de maio de 2026, às 17 horas, na seguinte morada: Chancelaria da Embaixada de Portugal na Praia, Av. OUA, CP 160, Achada de Santo António, Praia, Santiago.

As propostas devem conter obrigatoriamente os seguintes elementos: i) Nome do concorrente; ii) NIF; iii) Contacto telefónico; iv) Valor proposto em escudos cabo-verdianos (número e por extenso); v) Assinatura. Caso a mesma entidade apresente mais do que uma proposta, será apenas considerada a mais elevada.

O ato público de abertura das propostas terá lugar no dia 18 de maio de 2026, às 15 horas, no mesmo local.

A viatura será vendida ao concorrente que apresente a proposta de preço mais elevada, desde que igual ou superior ao preço base, sendo o montante integralmente pago aquando da celebração da compra e venda. A viatura será entregue, após confirmação de bom pagamento, sem matrícula, devendo o comprador assegurar a atribuição de nova matrícula, bem como todos os custos de registo e alteração de matrícula.

Praia, 28 de abril de 2026



ANÚNCIO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO N.º 04/ARME/2026

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DO PROGRAMA REGULACÃO DA ECONOMIA PARA TELEVISÃO E RÁDIO

1. Entidade Adjudicante: A Agência Reguladora Multisectorial da Economia (ARME), com sede na Avenida da China – Chã d’Areia, 5.º Piso, C.P. N.º 892 – Praia – Cabo Verde, telefone (+238) 2604400/01/02/03.

2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa: Conselho de Administração da ARME.

3. Entidade responsável pela condução do procedimento: Unidade de Gestão de Aquisições (UGA) da ARME, sito na Avenida da China – Chã d’Areia, 5.º Piso, C.P. N.º 892 – Praia – Cabo Verde, telefone (+238) 2604400/01/02/03 e email: uga@arme.cv.

4. Financiamento: O serviço objeto do presente procedimento é financiado pelo Orçamento da ARME.

5. Objecto do Concurso: O presente Procedimento tem por objeto a contratação de uma empresa para a produção do programa Regulação da Economia para televisão e rádio.

6. Prazo de execução do contrato: O contrato a celebrar terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser renovável por igual período, até ao limite de 3 (três) anos, a contar do período de vigência inicial.

7. Obtenção dos documentos do concurso: Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos junto da UGA, na sede da ARME ou através do endereço eletrónico uga@arme.cv. Os documentos do procedimento encontram-se ainda, disponíveis no portal da contratação pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/compras/concursos-abertos>

8. Propostas variantes: Não são admitidas propostas variantes.

9. Requisitos de admissão: São admitidas as empresas nacionais que preenchem os requisitos estabelecidos nos documentos do procedimento e que não estejam em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública (CCP).

10. Língua: As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa.

11. Modo de apresentação das propostas: As propostas devem ser apresentadas em envelope fechado, entregue diretamente na sede da ARME, ou remetido por correio registado para a mesma morada; ou ainda, por correio eletrónico com anexos zipados e encriptados unicamente para o endereço uga@arme.cv, devendo a chave de descriptação ser entregue no ato público de abertura das propostas, conforme definido no Programa do Concurso.

12. Data de apresentação de propostas: Os interessados devem apresentar as propostas até às 16:30 horas do dia 27 de maio de 2026, não sendo consideradas as propostas que chegarem depois de expirado o prazo e sendo o Concorrente responsável por todos os atrasos que porventura se verificarem.

13. Prazo de manutenção das propostas: Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados do termo fixado para a apresentação das propostas.

14. Critério de adjudicação: A adjudicação é feita segundo o critério economicamente mais vantajosa, em conformidade com o ponto 18 do Programa do Concurso.

15. Ato público de abertura das propostas: O ato público de abertura das propostas terá lugar na sede da ARME, sito na Avenida da China, Chã de Areia – 5.º piso, no dia 28 de maio de 2026, pelas 10:00 horas, podendo os interessados participar presencialmente ou via videoconferência, e nela intervir todos os candidatos e os representantes dos candidatos devidamente credenciados para o efeito.

16. Cauções e garantias: Caução para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas perante a entidade adjudicante.

17. Identificação do autor do anúncio: Unidade de Gestão de Aquisições-UGA da ARME.

18. Lei aplicável ao procedimento: Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei n.º 88/VII/2015, de 14 de abril.

Praia, 05 de maio de 2026.


/ Leonilde Santos /
Presidente do Conselho de Administração



ANÚNCIO “DUARGEMA – HOUSE OF DIÁSPORA” ILHA DE SANTIAGO

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15.º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “DUARGEMA – HOUSE OF DIÁSPORA do proponente HOUSE OF DIÁSPORA APARTHOTEL DUARGEMA, S.A para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 17 de abril a 19 de maio nos seguintes locais:

- Site www.maa.gov.cv
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Praia;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Santiago Sul.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 20 de abril de 2026

A Diretora Nacional do Ambiente

/ Ethel Fernandes Rodrigues /




PROGRAMA DA EMPREGABILIDADE

Recrutamento Nacional

Assistente Técnico Nacional – Apoio ao Empreendedorismo

No âmbito do **Programa CVE/088 – Emprego e Empregabilidade**, a LuxDev pretende recrutar um(a) **Assistente Técnico Nacional (ATN)** para apoio às atividades de promoção do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial.

Local de trabalho: Praia, com deslocações à ilha de Santiago e outras ilhas do arquipélago

Tipo de contrato: Contrato de prestação de serviços, a tempo integral, com duração de 12 meses, início a 1º de julho de 2026.

Principais responsabilidades

Sob supervisão do Coordenador Técnico do Programa, o(a) ATN irá:

- Apoiar a **Pró Empresa** no desenvolvimento, implementação e acompanhamento de programas de empreendedorismo e apoio às MPME;
- Contribuir para o **reforço institucional**, incluindo planeamento, monitorização e avaliação;
- Acompanhar iniciativas de incubação, aceleração, financiamento e inovação empresarial;
- Apoiar a articulação entre instituições públicas, privadas e parceiros do ecossistema empresarial;
- Preparar relatórios técnicos e apoiar o acompanhamento orientado para resultados.

Perfil pretendido

- Licenciatura ou Mestrado em Economia, Gestão, Ciências Sociais ou áreas afins;
- Mínimo de **7 anos de experiência** nas áreas de emprego, formação profissional, empreendedorismo ou desenvolvimento empresarial;
- Experiência em **gestão e coordenação de projetos**;
- Forte capacidade analítica, organizacional e de comunicação;
- Domínio do **português** e conhecimento prático do **francês** (o crioulo constitui uma vantagem).

Experiência em políticas públicas, coordenação institucional e sistemas de monitorização será considerada uma mais-valia.

Local: Praia

Setor: Emprego, Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial

Candidatura; CV, carta de motivação e três (3) referências profissionais (nome, cargo, instituição, email e telefone).

As candidaturas devem ser submetidas através do Link:

<https://careers.luxdev.lu/job-invite/2107/>

<https://career55.sapsf.eu/sfcareer/jobreqcareerpvt?jobId=2107&company=luxdevelop&st=826B452C4663B749594E79B1002C6489D26870A4>

Prazo para receção das candidaturas: até 07 de maio de 2026 às 17h00



ANÚNCIO DE CONCURSO

A Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago (CMRGS), faz saber que se encontra aberto um concurso para a **Contratação Prestação de Serviço de Engenheiro Agrônomo/Áreas Afins**, para integrar a Unidade de Gestão do **Projeto Recuperação Ambiental e Aumento da Resiliência Climática do Vale de São Martinho Grande, Concelho da Ribeira Grande de Santiago (PROTEC)**, em regime de prestação de serviço.

Informações mais detalhadas são fornecidas nos Termos de Referência (TdR) que poderão ser obtidos através dos seguintes endereços:

- Correio Eletrónico: Adilson.P.Semedo@gov.cv; graciano.santos@gov.cv
- Facebook: Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago
- Telefones: 2671140 / 3510100 / 3510106

As candidaturas deverão ser entregues, o mais tardar, até às 14:00 horas do dia 15 de maio de 2026, pelos seguintes endereços:

- Em suporte eletrónico: através do email: Adilson.P.Semedo@gov.cv
- Em suporte papel através do seguinte endereço: Rua Calhau, caixa postal 02, Cidade Velha de Santiago de Cabo Verde Santiago Cidade Velha



ANÚNCIO DE CONCURSO

A Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago (CMRGS), faz saber que se encontra aberto um concurso para a **Contratação de PRESTAÇÃO DE serviço de consultoria para Elaboração do Projeto “Recuperação Ambiental e Aumento da Resiliência Climática do Vale de São Martinho Grande, Concelho da Ribeira Grande de Santiago**.

Informações mais detalhadas são fornecidas nos Termos de Referência (TdR) que poderão ser obtidos através dos seguintes endereços:

- Correio Eletrónico: Adilson.P.Semedo@gov.cv; graciano.santos@gov.cv
- Facebook: Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago
- Telefones: 2671140 / 3510100 / 3510106

As candidaturas deverão ser entregues, o mais tardar, até às 14:00 horas do dia 15 de maio de 2026, pelos seguintes endereços:

- Em suporte eletrónico: através do email: Adilson.P.Semedo@gov.cv
- Em suporte papel através do seguinte endereço: Rua Calhau, caixa postal 02, Cidade Velha de Santiago de Cabo Verde Santiago Cidade Velha





Banco Comercial do Atlântico, SA
Sede: Praia
E-mail: bca@bca.cv
Capital Social 1.324.765.000\$00

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 29 de maio de 2026, pelas 15 horas, na sala de reunião do Hotel Pérola, sito em Chã de Areia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do Exercício de 2025, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório do Governo Societário;
2. Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
3. Proceder à Apreciação Geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;
4. Deliberar sobre a eleição dos novos membros da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2026-2028;
5. Deliberar sobre a eleição dos novos Membros do Conselho Fiscal para o triénio 2026-2028;
6. Deliberar sobre a proposta de Nomeação do Auditor Externo para o exercício de 2026-2028;
7. Deliberar sobre a Declaração Anual sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (MOAF);
8. Deliberar sobre a Proposta de Atribuição de Remuneração Variável aos membros da Comissão Executiva referente ao exercício de 2025;
9. Deliberar sobre a Proposta de Revisão/Atualização de remuneração e benefícios sociais dos membros dos Órgãos Sociais;
10. Proceder à definição dos termos da Caução a prestar pelos Administradores;

Para além da presente convocatória, será posta à disposição dos Senhores Acionistas, para consulta, na sede social da Sociedade, a documentação de suporte.

Os Acionistas poderão, na reunião da Assembleia Geral, exercer o direito de voto de acordo com o previsto nos termos legais e estatutários da Sociedade, bastando, como instrumento de representação, uma carta, com assinatura, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Praia, 05 de maio de 2026

Miguel António Ramos
Presidente da Mesa da Assembleia Geral



BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

Avenida Amílcar Cabral, C.P. 474 Praia
Capital Social: 1.324.765.000\$00
NIF: 200151606
E-mail: bca@bca.cv

Relação de Acionistas

No âmbito da realização da Assembleia Geral Ordinária agendada para o dia 29 Maio 2026, publica-se a relação dos accionistas do BCA cuja participação excede os 2% do Capital Social, nos termos da lei vigente.

Posição Acionista

Acionistas	05/05/2026	
	Quantidade	Porcentagem
Coris Holding, SA	792 352	59,81%
INPS - Instituto nacional Previência Social	166 078	12,54%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde	76 736	5,79%
ASA - Aeroporto e Segurança Aérea SA	28 780	2,17%
Outros accionistas	260 819	19,69%
Total	1 324 765	100,0%

Cidade da Praia, 05.05.2026
Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Alexandre Cabral

/Direção de Mercados Financeiros/



CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do disposto nos artigos 36 e 39.º/1 dos Estatutos da Ordem dos Advogados de Cabo Verde é convocada a Assembleia Geral da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, a ter **lugar na Sede, no dia 28 de maio de 2026, com início às 16:00horas**, com a seguinte Proposta da Ordem do Dia:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano 2024 e 2025;
2. Discussão e aprovação do orçamento e do plano de atividades bi-anual para 2025 e 2026;

Se uma hora depois da hora designada não houver quórum, nos termos legais, a reunião será realizada num período de 24 horas, ou seja, às **16h do dia 29 de maio de 2026 na Sala Internacional de Conferências “José Filomeno Monteiro”, Assembleia Nacional**, podendo a Assembleia deliberar desde que esteja presente um terço dos membros com direito a voto.

Qualquer advogado poderá fazer-se representar na Assembleia Geral, por outro advogado mediante instrumento de representação. Um advogado apenas poderá representar um único advogado.

A OACV informa que os advogados poderão participar na Assembleia Geral através dos meios temáticos, pelo que serão informados das referências oportunamente através de email e no site da OACV (www.oacv.cv).

Praia, 28 de abril de 2026

A Presidente da Mesa de Assembleia Geral

Dra. Elsa Tavares

ANÚNCIO

“SEA VIEW - EMPREENDIMENTO TURÍSTICO - APART HOTEL”

ILHA DA BOAVISTA

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “SEA VIEW – EMPREENDIMENTO TURÍSTICO – APART HOTEL” do proponente SEA VIEW , MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 27 de abril a 27 de maio nos seguintes locais:

- Site www.maa.gov.cv
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Boavista.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semado@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 30 de abril de 2026



* Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde | ED CP. 15 | 28 +238 261 89 84/ PI: (333) 7170 www.governo.cv | governodecaboverde.org O CaboVerde_Gov

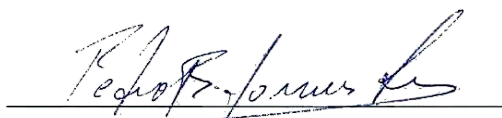


Relação de Accionistas

Em virtude da realização da Reunião Ordinária da Assembleia Geral no próximo dia 29 de Maio de 2026, publicamos a relação dos accionistas cujas participações excedem 2% do Capital Social do Banco Interatlântico, nos termos do nº 2 do artº 53 da Lei nº 62/VIII/2014, de 23 de Abril:

Accionistas	Nº de ações	CVE	% do capital
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	81.687	816.870.000,00	81,69%
Adega, S.A.	6.732	67.320.000,00	6,73%
Rui Augusto Tavares Moreira Almeida Pinto	5.089	50.890.000,00	5,09%
Pedro José Sapinho Rodrigues Pires	2.406	24.060.000,00	2,41%

Praia, 04 de Maio de 2026



Pedro Gomes Soares
Presidente da Comissão Executiva



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL

Juízo Cível

Alto Igreja, Caixa Postal 125
Telf: 5162321

Anúncio

Autos: Ação Declarativa Ordinária, n.º 158/2025-26.

Autora: INCO-COMPANHIA DE INVESTIMENTOS. -

Ré: ANA BEATRICE BREMBILLA, maior, divorciada, de nacionalidade italiana, titular do NIF 155687255, residente em parte incerta.

2ª Ré: TURINVEST HOLDING, LDA.

-X-

FAZ-SE SABER que, nos autos e Tribunal acima indicados, é a **1ª Ré**, citado para contestar, querendo, a presente ação, no prazo de vinte dias, que começa a correr finda a dilação de trinta dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, cujo(s) pedido(s) do(a) autor(a) consiste(m) em:

1) RECONHECER E DECLARAR QUE A REQUERENTE INCO COMPANHIA DE INVESTIMENTOS, SA. ADQUIRIU, POR USUCAPIÃO, O DIREITO DE PROPRIEDADE SOBRE OS SEGUINTE IMÓVEIS:

a) O APARTAMENTO IDENTIFICADO PELO NIP 7400088050006, COM ÁREA DE 74 M2, SITUADO NO 1º PISO DO CONDOMÍNIO DJADSAL RESIDENCE, ADQUIRIDO À ANA BEATRICE BREMBILLA;

b) O APARTAMENTO IDENTIFICADO PELO NIP 1400088050033, COM ÁREA DE 100 M2, SITUADO NO 3º PISO DO MESMO CONDOMÍNIO, ADQUIRIDO À TURINVEST HOLDING, LDA.

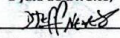
2) DETERMINAR O REGISTO DEFINITIVO DA PROPRIEDADE A FAVOR DA REQUERENTE, JUNTO DA CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS DO SAL, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA;

3) REQUERER A NOTIFICAÇÃO E AUDIÇÃO DAS TESTEMUNHAS INDICADAS.

4) ORDENAR A CITAÇÃO DOS RÉUS, BEM COMO A CITAÇÃO POR ÉDITOS DE EVENTUIAS INTERESSADOS INCERTOS, NOS TERMOS LEGAIS.

Mais ainda fica(m) advertido/a(s), que caso contestar(em), é obrigatório constituir advogado, que devera(o) pagar o preparo inicial dentro de cinco dias após a entrada da contestação neste cartório e, não o fazendo, será(o) notificado(s) para pagar(em) o preparo a que faltou acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, e que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, que pode(m) requerer ao Tribunal, o benefício de assistência judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá(o) também fazê-lo em relação à OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde), na Cidade da Praia ou a sua Delegação em Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e que o duplicado da petição inicial encontra-se neste Cartório para lhe(s) ser entregue logo que solicitado.

Cidade dos Espargos, 27 de abril de 2026.

O Juiz de Direito,

-/ Djef Kirk Fortes Neves -/

O Alveio Escrivão,

-/ Onildo Varela -/

Email: juizociveltribunalsal@mail.com



MESTRE SONKO

Grande cientista espiritual, com os mais fortes poderes, trata e ajuda a resolver qualquer que seja o seu caso de difícil solução, com mais rapidez. Exp: amor, sorte, negócio, união, prender e desviar, afastar aproximar pessoas amadas, doenças espirituais, justiça, estudos, maus-olhados, inveja, etc.

Lê sorte, dá previsão de vida e futuro pelo bom espírito e forte talismã.

WhatsApp: 00221778735052

WhatsApp: 79133959101



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

ANUNCIO

Faz saber que pelo 1º Juízo de Família e Menores, nos Autos de Ação de Divórcio Liti-gioso, registado sob o nº **135/2023**, que a autora **Beikliny Lopes Aires**, casada, natural de Nossa Senhora da Graça - Praia, filha de Daniel Aires da Cruz e de Norberta Teixeira Lopes Cardoso, move contra o réu **Aryton Sena Sanches Moreira**, conhecido por “Neneio”, maior, casado, natural de Nossa Senhora da Graça - Praia, filho de Eduino Moreira e de Maria Eloisa Sanches Lopes, ausente, com última residência conhecida em Salineiro, atualmente em parte incerta de Portugal, é este réu citado, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda dilação fixada em **TRINTA DIAS**, a partir da publicação deste anúncio, contestar a supracitada Ação, advertindo-lhe que, a não contestação não implica confissão dos factos cujo pedido consiste no decretamento do divórcio entre a autora e o réu, com o fundamento nos factos que constituam violações essenciais dos deveres conjugais.

Mais faz saber ao citado, que é obrigatório a constituição de advogado caso decida con-testar e, que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do art.º 66º do C. Custas Judiciais.

Ainda fica informado que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial de preparos e do paga-mento de custas ou o seu diferimento ou pagamento em prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo e que a mesma goza da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, telefone nº 261 97 65, email ordemadvogados@cvtelecom.cv, com sede na Cidade da Praia ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de Dois Dias, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 22 de abril do ano de 2026.
Juiz de Direito,
/Cláudia Ariana Silva Lopes/
O Escrivão de Direito,
/Ernesto Veiga/

Campus de Justiça Palmarejo tel. nº 5162338 CP 250 e 99



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
2º JUÍZO CÍVEL

Palácio da Justiça

C.P. nº 99 - Tel.: 333 64 46/47 - 333 64 18 e Fax: 2613880

Email: 2juizocivel@gmail.com

ANÚNCIO N.º 26 2026

O Sr. Dr. **ANILSON VAZ DE CARVALHO SILVA**, JUIZ DE DIREITO DO 2º JUÍZO CÍVEL;

FAZ SABER, que fica devidamente notificado o executado, **PAULO AVELINO RO-DRIGUES ANDRADE**, dado nos autos como, maior, NIF 100045138, filho de Avelino Conceição Andrade e Maria Fátima Delgado Rodrigues, natural de Nossa Senhora da Luz, ilha de São Vicente e residente na zona de Cruz João Évora - São Vicente, atualmente a residir em Portugal, de todo o conteúdo dos **DESPACHOS** determinativos da penhora proferidos a fls.04 e 33, nos autos de Execução por Custas registado sob n.º 14/2024, movido pelo exequente, **o Ministério Público**, em apenso aos Autos de Ação Executiva Ordinária n.º 22/2018, que corre os seus termos junto deste juízo.

FAZ SABER ainda que fica devidamente notificado o executado supra, para no prazo de **Cinco (05) DIAS**, finda a dilação de **60 (sessenta) dias**, a contar da fixação do presen-te edital, apresentar oposição as penhoras ordenadas no saldo da conta bancária, que o mesmo detém junto do BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A., já realizadas a fls. 18 e 36, nos autos supra, sendo os valores de **194.500\$00 (cento e noventa e quatro mil, e quinhentos escudos) e 75.101\$00 (setenta e cinco mil, cento e um escudos)**, para garantia do pagamento da quantia exequenda e custas processuais prováveis, nos autos supra, de nos termos do art.º 106.º n.º 1, do Código de Custas Judiciais.

Para constar se passou este anúncio, que será entregue ao exequente, para efeito de publi-cação em dois números seguidos, (nº 3 do art. 226º, do novo código do processo Civil).

Secretaria do 2º Juízo Cível da Praia, aos 21 dias do mês de abril do ano 2026;

Juiz de Direito,
/Anilson Vaz de Carvalho Silva/
Escrivão de Direito,
/Alectór Andrade Lima/

Cidade da Praia, Campus de Justiça - Palmarejo, Tel. 333 64 47 - 333 64 18 e Fax. 261 38 80



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO NOVO
- Cidade do Porto Novo/Santo Antão - C.P. nº 42, Tlf. 2221350/5162325 -
E-mail: tribunalpn@gov.cv

=ANÚNCIO JUDICIAL=

Autos: **Processo de Suprimento de Consentimento**, registados sob o nº **20/2025-26**.

Requerente: Lidiane Rocha Silva, em representação do menor Aylon Micael Rocha Silva.

Requerido: **Nilton Jorge Silva do Rosário**, solteiro, natural da Freguesia de Santo António das Pombas, residente em parte incerta, com última residência conhecida em Berlim - Cidade do Porto Novo na casa de um tal de Djassa.

*

FAZ SABER que, no processo e Tribunal acima indicados, é citado o menciona-do requerido, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio judicial, alegar, querendo, o que tiver por conveniente, nos autos acima referidos, consistindo o pedido formulado na referida ação que:

- seja suprido o consentimento do requerido, autorizando o menor a reque-rer visto junto da Embaixada de Portugal e viajar para o estrangeiro na companhia da mãe ou de quem esta venha a indicar.

Faz ainda saber que, com a contestação, se a apresentar, deverá ser oferecido os meios de prova e que, na referida ação não é obrigatória a constituição de advogado.

Cidade do Porto Novo, 24 de março de 2026

A Juiz de Direito:
/Magnólia Fôrtes Correia/
O Oficial de Justiça:
/Joaquim P. Gomes/



REPÚBLICA DE CABO VERDE
Tribunal da Relação de Sotavento

ANÚNCIO

1.ª Publicação.

Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º 40/2026

Requerente: Maria José Tavares Barbosa Gomes.

Requerido: António M. Rivera, maior, residente em parte incerta dos Estados Unidos da América.

A **Dr.ª Samyra Oliveira Gomes dos Anjos**, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos** contados da segun-da e última publicação do anúncio, citando o requerido, **António M. Rivera**, maior, nascido a 20 de outubro de 1965, filho de Áurea Ester Martinez e de António R. Pacheco, residente em parte incerta dos Estados Unidos da América, para no prazo de **10 (dez) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **45 (quarenta e cinco) dias**, querendo, deduzir oposição ao presente pedido de **Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira (divórcio decreta-do pelo Tribunal de Família e Pena Suspensa de Plymouth, Estado de Massachussets, Estados Unidos da América)**, pelos factos e fundamentos constantes na P.I., depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda, fica advertido o requerido de que é obrigatório a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00 (treze mil escudos)**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância **26.000\$00 (vinte e seis mil escudos)**, nos termos da conjugação dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º, do CCJ, com a advertência de que a falta deste pagamento **39.000\$00 (trinta e nove mil escudos)**, implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que será legalmente publicado.

Cidade de Assomada, aos 05 dias do mês de maio de 2026.

A Juiz Desembargadora,
/Dr.ª Samyra Oliveira Gomes dos Anjos/
A Ajudante de Escrivão,
/Tereza de Jesus Lopes Brito/

PALÁCIO DA JUSTIÇA - AVENIDA DA LIBERDADE/ASSOMADA TEL. N.º 3338914



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS

ANÚNCIO n.º 07/2026

A Mmª JUIZ DE DIREITO, do Tribunal Judicial Da Comarca De São Domingos, nos Autos De Ação Declarativa com Processo Ordinário de Reivindicação de Propriedade, registada sob o no 17/2026, em que é:

AUTOR: NELSON MENDES VIEIRA

RÉUS: HERDEIROS INCERTOS DE MARCELINA CABRAL MOREIRA

VALOR: 500.001\$00

Ficam citados os réus, **HERDEIROS INCERTOS DE MARCELINA CABRAL MOREIRA**, para no prazo de **VINTE (20) DIAS**, acrescida da dilação de **TRINTA (30) DIAS**, que se começará a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio, contestarem querendo os autos em epígrafe, sob pena de serem considerados confessados os factos articulados pelo autor, cujo pedido consiste em que:

“seja reconhecido ao Autor o direito de propriedade sobre o terreno com área aproximadamente de 180 m2, situado em Lém Pereira, Concelho de São Domingos, ilha de Santiago, confrontando Norte: Abraham Leal; Sul e Oeste: Marcelina Cabral Moreira; Este: via pública de acesso a Água de Gato, conforme planta emitida pela Câmara Municipal de São Domingos.

Sejam os Réus, Herdeiros Incertos, condenados a reconhecerem o direito de propriedade do autor e absterem-se de praticar quaisquer atos que perturbem o seu direito.

Seja ordenado a inscrição matricial do terreno em lide a favor do autor, bem como o registo predial”

É obrigatória a constituição de Advogado nestes autos.

Caso contestarem, deverão no prazo de **CINCO (5) DIAS**, efetuarem o pagamento do preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido de taxa de justiça de igual montante, nos termos do art.º 66 do CCJ, e que têm a faculdade para requerer, em requerimento autónomo, tanto para o tribunal como para a Ordem dos advogados de Cabo Verde, sendo para esta (Ordem), em caso de obrigatoriedade de constituição de advogado, o benefício de assistência judiciária, o qual em relação à Ordem, deverá ser no prazo máximo de **DOIS (2) DIAS**, a contar da data de citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos das suas insuficiências económicas.

O duplicado da petição inicial encontra-se disponível na Secretaria deste Tribunal.

São Domingos, 05 de maio de 2026

A JUIZ DE DIREITO

Dra. Evelise Azevedo Monteiro Ribeiro

A Secretária Judicial

Magda Maria F. Tavares

Palácio da Justiça, Cidade de São Domingos - Várzea da Igreja
Telefones 2682150/5162301/5162302, Fax 2681351, CP 7515



Ministério da Justiça

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



Conservador/Notário por substituição, Emanuel Rocha Alves

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, nesta Conservatória e Cartório Notarial do Maio, sito na Cidade do Porto Inglês – Ilha do Maio, a meu rogo, que no dia **cinco** de **maio** de dois mil e **vinte e seis**, e no livro de notas para escrituras diversas nº **23-G**, de folhas 57/v a 58/v, foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbitos de **AMARO ANDRADE RIBEIRO** e **ANALINA MONTEIRO DOS REIS**, nos termos seguintes:

Primeira Habilitação

Que, no dia onze de setembro de dois mil e dezanove, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, faleceu, sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, **AMARO ANDRADE RIBEIRO**, no estado de solteiro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, e com última residência habitual em Figueira, Ilha do Maio.

Que lhe sucederam como únicos herdeiros, os filhos:

SANDRA ANDRADE RIBEIRO; DEIA DOS REIS RIBEIRO e **ISAÍAS DOS REIS RIBEIRO**, todos, solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residentes em Figueira, Ilha do Maio.

Que não existem outras pessoas que,

segundo a lei, preferam aos referidos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão do “de cujus”.

Segunda Habilitação

Que, no dia treze de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, faleceu, sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, **ANALINA MONTEIRO DOS REIS**, no estado de solteira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, e com última residência habitual em Figueira, Ilha do Maio.

Que lhe sucederam como únicos herdeiros os seguintes filhos:

SANDRA ANDRADE RIBEIRO, DEIA DOS REIS RIBEIRO e **ISAÍAS DOS REIS RIBEIRO**, todos já identificados na primeira habilitação.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, preferam aos referidos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão do “de cujus”.

Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos da lei.

Esta Conforme.

Cidade do Porto Inglês, Ilha do Maio, aos 06.05.2026.

--- Art.º 20º,4.2: ---1.000\$00

--- Selo; -----200\$00.

--- Importa o presente extrato em: **1.200\$00(mil e duzentos escudos).**

--- Conta nº 202605114.



Ministério da Justiça

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda publicação**, que no dia treze de abril de dois mil e vinte seis, com início de folhas 90 vº do livro de notas número A/84, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de, **Gertrudes Paula de Brito**, falecido no dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, com última residência habitual em Vila Nova, ilha de São Vicente, de sessenta e oito anos, natural que foi da freguesia de Nossa senhora da Lapa, concelho e ilha de São Nicolau, no estado de solteira. Que, a falecida não deixou testamento ou escritura de doação por morte, e lhe sucederam como herdeiros legitimários, os seus filhos: a) - Margarida Brito Lopes, solteira, maior, natural da freguesia da Nossa Senhora do Rosário, concelho e ilha de São Nicolau, residente em Itália; b) - Sandra Helena Brito Lopes, solteira, maior, natural da freguesia da Nossa

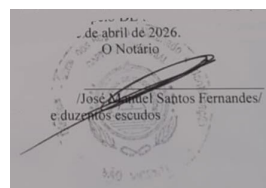
Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Itália; c) Anizita Brito Monteiro dos Santos, solteira, maior, natural da freguesia da Nossa Senhora da Luz, concelho ilha de São Vicente, residente em Vila Nova, Cidade do Mindelo; d) Francesca Saldarelli, solteira, maior, natural da Itália, onde reside.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pela DL. n.º 9/2010, de 29 de março. –Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos treze de abril de 2026. Conta n.º 202617397 - Processo -1124290

Art.20.4.2.....1000\$00

Selo.....200\$00

Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.



Este espaço é
para o seu **anúncio!**



DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte do um de abril do ano dois mil e vinte e seis, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim Lic. **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e três, de folhas dezasseis a dezassete v, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia vinte e seis do mês de dezembro do ano dois mil e dez, em Fajã de Baixo, na freguesia de Nossa Senhora da Lapa, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **Maria da Cruz Monteiro Andrade**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Lapa, concelho de Ribeira Brava, ilha de São Nicolau, no estado de casada com Francisco da Luz Andrade, sob o regime da comunhão geral de bens.

A falecida fez testamento público, lavrado na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Brava, no dia vinte e cinco do mês de maio do ano dois mil e sete, no respetivo livro de testamento, tendo deixado como herdeiros legítimos e testamentários, os seus filhos, a saber: **a) Margarida Maria da Luz Andrade**, divorciada, residente em Fajã de Baixo – São Nicolau; **b) Ana Maria Andrade de Carvalho**, casada com Fernando Jorge da Cruz Barreto de Carvalho, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em São Tomé; **c) Gamaliel da Luz Andrade**, casado com Lígia Lopes dos Reis, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América; **d) João da Luz Andrade**, casado com Paula Josefa Morais Gomes Andrade, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América; **e) Raquel Maria Andrade Gonçalves**, casada com

Clarimundo Pina Gonçalves, sob regime da comunhão de adquiridos, residente em Santiago; **f) Eunice Maria Andrade Cardoso**, casada com Bráz Cardoso, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em São Vicente; todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Lapa, concelho de Ribeira Brava, ilha de São Nicolau. Entretanto, no dia dezoito do mês de agosto do ano dois mil e vinte, no seu domicílio, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Alto Santo António, faleceu **Francisco da Luz Andrade**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Lapa, concelho de Ribeira Brava, ilha de São Nicolau, no estado de viúvo.

O falecido fez testamento público, lavrado na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Brava, no dia vinte e cinco do mês de agosto do ano dois mil e onze, no respetivo livro número oitenta e dois, folhas vinte e cinco frente à vinte e seis frente, tendo constituído como herdeira testamentária, Maria José dos Santos Castro, e deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, acima identificados das alíneas **a) a f)**.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos “**de cujus**”.

Os interessados querendo, podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos dos artigos n.ºs 86-A e 87 do código do Notariado.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos seis de maio de dois mil e vinte e seis.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1134767

Conta n.º 202619500

O Notário,

Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva
/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /



Ministério da Justiça

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira publicação**, que no dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 26º do livro de notas número B/83, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, Lic. José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Edite Gertrudes Dos Santos**, falecida no dia dois de agosto de mil novecentos e noventa e três, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, com última residência habitual em Cruz João Évora, ilha de São Vicente, sem testamento ou escritura de doação por morte, de cinquenta e cinco anos, natural que foi da supramencionada freguesia, concelho e ilha, no estado de solteira. - Que, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: - a) Alexandre dos Santos Delgado, solteiro, maior, residente em São Vicente; b) Arlinda Luísa dos Santos Lima, casada com Isse Ndemboli, no regime de comunhão de adquiridos, residente em França; c) Ariana dos

Santos, solteira, maior, residente nos Estados Unidos da América do Norte; d) Edgar dos Santos, solteiro, maior, residente em São Vicente, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente. -Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março. Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos 04 de novembro de 2025.

Conta: 202578690 – Processo -1043315

Art. 20.4.2..... 1000\$00

Selo.....200\$00

Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.



1º Cartório Notarial de São Vicente, Voip-3104- Alto São Nicolau, Notário. Lic. José Manuel Santos Fernandes



Ministério da Justiça

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



Conservatória/Cartório Notarial de Ribeira Grande de Santiago Notário P/S: João Correia

EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da Primeira Publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 07.04.2026, de folhas 39 a 40 do livro de notas para escrituras diversas número 29 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura Pública de Habilitação de Herdeiros por óbito de António Santos Lopes**, nos termos seguintes: Que no dia **treze de novembro de dois mil e vinte e cinco**, no seu domicílio, em Cidade Velha, freguesia de Santíssimo Nome de Jesus, faleceu, **António Santos Lopes**, de cinquenta e cinco anos de idade, no estado civil de solteiro, donde era natural da freguesia de Santíssimo Nome de Jesus, concelho de Ribeira Grande de Santiago, filho de Eugénio Lopes de Brito e de Leonarda Mendes dos Santos, que teve a sua última residência em Cidade Velha.

Que o falecido não deixou testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como única herdeira a sua filha **Nádia Sofia Almeida Santos**, solteira, maior, natural da

freguesia de Santíssimo Nome de Jesus, concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Caiada, Cidade da Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe prefira ou com ela possam concorrer a sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

Conservatória/ Cartorio de Ribeira Grande de Santiago, aos 08 de abril de 2026.

CONTA: 1127967/2026

Art. 20.4.2..... 1000\$00

Selo do Acto..... 200\$00

Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

de Santiago, aos
O Notário P/S,
João Bernardo Correia
João Bernardo Correia

EXTRATO

Certifico, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 84, de folhas 43 à 44, outorgada no dia 28-04-2026, na qual **Ilda Luzia Monteiro**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo, concelho da Ribeira Grande, residente em Espongeiro – ilha de Santo Antão, alega com exclusão de outrem, que dona de um Prédio de sequeiro desanexado do prédio nº 1692/0, situado em Lombo de Água dos Bois, medindo 178,16 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo nº 12867/0, confrontando do Norte com António Santos; Sul, com Estrada; Este, com Zeferino Monteiro Fonseca e de Oeste com Cândido Joaquim Fonseca;

O Justificante alega que o prédio de sequeiro lhe veio a posse por sucção hereditária e partilha entre outorgante e os restantes herdeiros de **Joaquim Maria Fonseca**, por documento particular, e após a aquisição fez a inscrição na

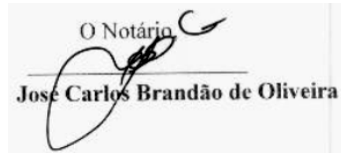
matriz camaria em seu nome próprio, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial vêm invocar a usucapião como forma de aquisição, para estabelecimento de trato sucessivo, uma vez que exerce uma posse em seu nome próprio, pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 05-05-2026.

Proc. nº 1138875/2026

O Notário

José Carlos Brandão de Oliveira

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP*, Cabo Verde, Telefone

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e dois de abril do ano dois mil e vinte e seis, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim Lic. **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e três, de folhas vinte e nove a trinta a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:
No dia vinte e seis do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e seis, no hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Chã de Alecrim, faleceu a referida **Maria Helena Costa Pinheiro**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de viúva.
A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, e sucederam-lhe, como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Helena Augusta Costa Pinheiro Almeida**, acima devidamente identificada; **b) Manuel Costa Pinheiro**,

casado com Neusa de Fátima Lima Lopes Pinheiro, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Madeiralzinho; **c) Augusto Bernardino Fortes Pinheiro Júnior**, divorciado, residente no Brasil; todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucção à herança da referida **"de cujus"**.

Os interessados querendo, podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos dos artigos nºs 86º-A e 87º do Código Notarial.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos trinta de abril de dois mil e vinte e seis.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:1.200\$00
Processo n.º 1135591
Conta n.º 202619797

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3210, SegundocartorioSV@gov.cv

Notária: Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º- A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia **dezanove de Setembro de dois mil e cinco**, no Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, perante a **Notária Ana Teresa Ortet Lopes Afonso**, foi lavrada no Livro de Notas para Escrituras Diversas Número **Trezentos e trinta e sete/A**, de folhas **dez a onze**, uma escritura de habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que no dia **trinta de Maio do Ano de dois mil e vinte e dois**, na Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, faleceu sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade **ORLANDO DA VEIGA DIAS FERNANDES**, no estado civil de solteiro, maior, natural que foi da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, com última residência habitual no Bairro Craveiro Lopes, Praia.

Que lhe sucederam como únicas herdeiras, as suas filhas:

a) EDNA ANUSSENÇÃO MONTEIRO DIAS FERNANDES, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, resi-

dente no Paiol, Praia;

b) RAISSA DIANGLYS MONTEIRO DIAS FERNANDES, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente no Bairro Craveiro Lopes, Praia; Mais se informa, que nos termos do número cinco do artigo 86- A e do artigo 87 do Código de Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação.

ESTÁ CONFORME

Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, no dia dezanove de setembro de dois mil e vinte e cinco.

CONTA:

Artº 20.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo.....200\$00
Total1.200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos)
Reg. sob o nº 1880 /2025.

O Notária

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **Segunda Publicação**, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Cruz, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por Óbito de **João Tavares Spencer**, lavrada em 22/04/2026, de fls 47 a 48, no livro de notas para escrituras diversas n.º 57/A, nos seguintes termos:

Que no dia **oito** do mês de **Abril** do ano de **dois mil e dezanove**, na freguesia de São Tiago Maior, Concelho de Santa Cruz, faleceu **João Tavares Spencer**, no estado de casado no regime de comunhão de adquiridos com senhora Edna Ivanilda Pereira, natural que foi da freguesia de São Tiago Maior, concelho de Santa Cruz, filho de Marcos Spencer e de Antónia Tavares, com sua última residência em Achada Campo - Santa Cruz. Que, o falecido não deixou testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo lhe sucedido como únicos e universais herdeiros, seus filhos:

1) Zelinda Maria Timas Spencer, NIF 107005280, solteira, maior, natural da Freguesia de São Tiago Maior, concelho de Santa Cruz, residente em Achada Campo - Santa Cruz;
2) Carla Solangela Ramos Spencer, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em França;

3) Delma Solângela Correia Spencer, NIF 161870392, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em França;

4) Telma Elisângela Correia Spencer, NIF 107634490, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Inglaterra;

5) Walter de Jesus Gomes Spencer, NIF 136521401, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Ponta D'água, Cidade da Praia;

6) Karine Gomes Spencer, NIF 173378900, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Órgãos;

E, que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança do **"de cujus"**.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86º -A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

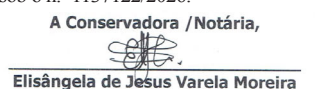
Está conforme o original.
Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Cruz, 30/04/2026.

Custas.....1.000.00

Imp. de selo. 200.00

Total: 1.200.00

Reg. sob o n.º 1137122/2026.

A Conservadora /Notária,

Elisângela de Jesus Varela Moreira

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Cruz, Achada Fátima - Santa Cruz, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 269 13 24, +(238) 269 13 72 / VOIP (333) 6996, (333) 6997, Email: Conservatoria.CartorioSantaCruz@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que no dia vinte e sete do mês de Abril do ano do is mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número quatro, de folhas oitenta e dois a oitenta e três verso, a escritura de Justificação Notarial, na qual, **JESUINA DE PINA**, contribuinte fiscal número um, um, quatro, sete, seis, dois, oito, um, três, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha do Fogo, residente nos Estados Unidos da América, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, do prédio urbano de dois pisos, correspondentes ao rés-do-chão com dois quartos de cama, casa de banho, sala de jantar, cozinha e quintal, e o primeiro andar com sala comum, caixa de escada e terraço, com a área de **trezentos e três vírgula oitenta e seis metros quadrados**, situado em Domingos Lobo, ilha do Fogo, confrontando do Norte com terreno de cultivo/Lilia Zulmira, do Sul com ribeira, do Este com terreno de cultivo/Nene de Nho Landim, e do Oeste com Idalina de Pina, com valor matricial total de um milhão e cem mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número **1326/0**, omissa nesta Conservatória/Cartório.

Que, o referido prédio foi construído de raiz pela justificante, com recursos próprios, num terreno que lhe foi doado verbalmente no ano mil, novecentos e oitenta e dois pela sua falecida mãe Maria Fernandes. Que, entretanto, a natureza meramente verbal do contrato, impossibilita-a de fazer a primeira inscrição no registo predial, visto que não há título que comprove a correspondente transmissão.

Que, está na posse do dito imóvel há mais de quarenta anos, e sempre exercida pela mesma sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

EST A CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e sete de Abril de dois mil e vinte e seis.

Art.20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1137809

Conta sob o n.º 202602285

O Conservador/Notário,

/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de Santa Catarina do Fogo, Santa Catarina - Fogo, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 282 01 50 / VOIP (333) 8243, (333) 8283, Email: Conservatoria.CartorioSCFogo@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação
Nome do serviço: Conservatória/cartório de São Lourenço dos Órgãos
Endereço/Morada: João Teves
Telefone/fax/email: 271 10 41



EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e seis, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária de notas para escrituras diversas número **95**, a folhas **72 a 73vº**, foi lavrada uma escritura pública de **Justificação Notarial**, em que **Eunice Maria Teixeira Correia**, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, contribuinte fiscal número 131432559 e **Henrique Rocha Semedo**, natural da freguesia e concelho de São Salvador do Mundo, contribuinte fiscal número 128365404, unidos de facto, sob o regime de comunhão geral de bens, residentes em Gil Bispo, titulares do cartão nacional de identificação números 19780225M0040 e 19830530F001P, válidos até os dias nove e onze de março de dois mil e trinta e um, declaram ser donos e legítimos possuidores com exclusão de outrem, do **prédio urbano**, rés-do-chão, construído de pedras e blocos, coberto de betão armado, composto por uma sala comum, dois quartos de dormir, uma cozinha, um casa de banho, corredor, caixa de escada e o primeiro andar em construção, medindo **cem vírgula noventa e dois metros quadrados (100,92m2)**, situado em Gil Bispo - freguesia e concelho de Santa Catarina - ilha de Santiago, confrontando do Norte com Via Pública, Sul e Este com Edifício Existente e Oeste com Terreno vazio, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número **42429/0**, com o valor matricial de **um milhão, dez mil, trezentos e dois escudos**, omissa nas conservatórias do Registo Predial de Santa Catarina e Praia.

Que o dito prédio lhes veio a posse por doação do terreno, onde edificaram o pré-

dio urbano, objeto de justificação, feita pela mãe da justificante mulher, a Senhora **Malvina da Moura Lopes Teixeira**, já falecida, no ano de dois mil e cinco, sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal que lhes permitam o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas, desde logo entraram na posse e fruição do prédio, em nome próprio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, desde a sua aquisição, portanto, há **mais de vinte anos**, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, construindo, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriram o direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas se informa que, nos termos do número 2 artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura da Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis.

Emol:.....1.000.00

Imp. de selo:.....200.00

Total:....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 1138532


Jandira dos Santos Cardoso
Notária
SPª Catarina

DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/Direito-Avenida da Liberdade -Assomada, Cp*



Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!



EXTRATO

CERTIFICADO, para efeito da **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia catorze de abril de dois mil e vinte e seis, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, **Fernando Jorge Correia Semedo**, Conservador Notário p/s neste Cartório, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 21/A, a folhas 119 a 120, nos termos seguintes:

Que no **dia dezassete do mês de Março do ano dois mil e vinte seis**, faleceu na Freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, sem testamento ou disposição de última vontade **JOSÉ OLIVIO BRITO MOREIRA**, no estado de casado com **Juvenalia Andrade Lopes Moreira**, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural que foi da Freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, com última residência habitual em Pico Antónia; **Que lhe sucederam como únicos herdeiros, os seus filhos;**

a) JOSÉ DA LUZ ANDRADE BRITO, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal;
b) LEONOR CELESTE ANDRADE DE BRITO, solteira, maior, natural da Freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Boa Vista,
C) MARIA DE FÁTIMA ANDRADE DE BRITO, solteira, maior, natural da Freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Pico Antónia; **d) LUIS CARLOS ANDRADE BRITO**, casado com Zuleica Patricia Lopes de Carvalho, no regime de Comunhão de Adquiridos natural da Freguesia e Concelho de

São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal;

e) CARLA ISABEL ANDRADE BRITO, solteira, maior, natural da Freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em França;

f) EMANUEL DE JESUS ANDRADE BRITO, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal;

g) RICARDO GIL ANDRADE BRITO, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal;

h) PAULO DAVID ANDRADE BRITO, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal;

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.


Nos termos do número 5 do artigo 86ºA e 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiro.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos, aos quinze dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte e seis.

CONTA:

Artº.20.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total 1.200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos)
Reg. sob o nº:1131952/2026.


/Fernando Jorge Correia Semedo /


A diferença na arte de Comunicar

FREQUÊNCIAS

Praia – 89.9 e 94.4 Santiago Norte e Sul - Fogo – Maio – 94.4 e 99.6 São Vicente - S. Antão - São Nicolau – 96.7

EXTRACTO

CERTIFICADO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 — 1ª série, que no dia nove de abril de dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande — Santo Antão, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 84, de folhas 25 á 25 v a Justificação Notarial em que é justificante, **José do Livramento Ramos Delgado**, divorciado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente na Cidade da Ribeira Grande, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de Trato de Terreno, desanexado do prédio n.º :3370/0. situado em Cruz, Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, medindo 600 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 4099/0, confrontando do Norte, com João Gabriel Sousa dos Reis; Sul e Oeste, com José do Livramento Ramos Delgado e do Este, com Anildo do Rosário Maurício.

O justificante alega na referida escritura que o referido prédio, lhe veio a posse por compra, feita no senhor. Anibal Lopes da Silva, por documento particular e nesse caso fizeram a inscrição na matriz camaria em seus nomes próprios e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que exerce uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande — Santo Antão, aos 29 dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis.

Valor: 1.200\$00

Registado sob o nº 1129012/2026

O Conservador-Notário P/Acumulação,

/José Carlos Brandão de Oliveira/

- EXTRATO -

Certifico, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código Notariado que nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 84, de folhas 46 v á 47. outorgada no dia 29-04-2026, na qual **Virgílio de Freitas Lima**, casado, com Adelina Varela de Lima Freitas, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande. residente em Portugal, alega com exclusão de outrem, que dono de dois Prédios;

1- Prédio de sequeiro desanexado do prédio n.º 3332/0, situado em Ribeirinha de Jorge - Ribeira da Torre. medindo 782,2 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário n.º 13038/0, confrontando do Norte com Joana Maria Rodrigues e Luis Inocêncio Monteiro; Sul e Oeste, com Caminho de Este, com Estrada Projetada e de Oeste com Cândido Joaquim Fonseca;

2. Prédio de regadio, situado em Boca de Pedregal — Ribeira da Torre, medindo 1506.8 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário n.º 1708/0, confrontando do Norte com Alberto Neves; Sul, com Manuel Miguel Neves; Este com caminho carroçável e Oeste, com Rocha;

O Justificante alega que os prédios lhe veio

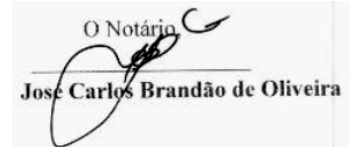
a posse por succeção hereditária e partilha entre outorgante e os restantes herdeiros de **Camilo dos Santos Lima e Virgínia de Freitas Lima**, por documento particular, e após a aquisição fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio, é não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial vêm invocar a usucapião como forma de aquisição, para estabelecimento de trato sucessivo uma vez que exerce uma posse em seu nome próprio, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 05-05-2026.

Proc. 1139455/2026

O Notário

José Carlos Brandão de Oliveira



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação
Nome do serviço: Conservatória/cartório de São Lourenço dos Órgãos
Endereço/Morada: João Teves
Telefone/fax/email: 271 10 41



Conservadora/Notária – Djamilia Rocha Delgado EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 21-04-2026, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 13, de folhas 60 V à 60 frente, uma escritura de Justificação Notarial na qual, **Maria Filomena Santos Oliveira Mariano**, contribuinte fiscal número 133136302, casada com **Carlos Jorge de Oliveira Morais Mariano**, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Baía das Gatas, São Vicente, Santo Antão, titular do bilhete de identidade número 331363, emitido aos 07 de setembro de 2010, pelo arquivo de identificação civil e criminal de São Vicente.

Que, é dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, de dois prédios rústicos: **1º medindo dois mil duzentos e dezoito metros quadrados**, situado em Chã de Erva Ocasão, Paul, confrontando do Norte com Cabouco, Sul com Herdeiros de Luis Mateus Chantre, Este com Borda e Oeste com Estrada, inscrito na matriz sob o número **6271/0**, e **2º medindo dois mil setecentos e noventa e seis metros quadrados**, situado em Campo de Cão, Paul, confrontando do Norte com Irmãos Lima (Tropicana); Sul com João Baptista Santos Oliveira; Este com Tanque e Maria da Luz Santos Oliveira e Oeste com Ribeira, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número **6293/0**, omissos no registo predial.

Que, os referidos prédios vieram à posse da justificante, por sucessão hereditária dos pais, **Joaquim Nobre de Oliveira e Rosa Francisca Santos Oliveira**, desde do ano de 1992, altura em que procedeu ao registo da sua transmissão junto dos

serviços competentes.

Que, no entanto, não ficou a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entrou na posse e fruição dos prédios, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há 33 anos.

Que essa posse, foi adquirida e mantida, sem violência e sem a menor oposição, ostensivamente, com o conhecimento de toda gente, de boa fé usufruindo de todas as utilidades dos prédios, de forma pacífica, contínua e pública, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades dos prédios, quer usufruindo como tal quer suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeito de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paúl, 29 de abril de 2026.

Art.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo200\$00

Total1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos).

Processo nº 1138909

Conta reg. sob o nº 202604443

A Conservadora-Notária,



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no antigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que foi outorgada no dia 04-02-2026, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande — Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas nº 84, de folhas 51 v à 52, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que no dia vinte e oito de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, faleceu em Ettelbruck - Luxemburgo, **Teodoro Simão Ramos**, no estado de casado, com Maria de Fátima Freitas, natural que foi da freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho de Ribeira Grande, filha de Simão José Ramos e de Júlia Antónia da Cruz, com ultima residência em Luxemburgo, tendo deixado como únicos herdeiros os seus filhos:

1 - **Elsa Margarida Lima Ramos**, solteira, maior, natural de Portugal de nacionalidade Portuguesa, residente em Londres — Inglaterra.

2- **Stéphanie Ramos Freitas**, solteira, maior, natural de Luxemburgo de nacionalidade Luxemburguesa, residente

em Luxemburgo.

2- **Thierry Ramos Freitas**, casado, natural de Luxemburgo de nacionalidade Luxemburguesa, residente em Luxemburgo.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os acima mencionados.

Que, não há quem com o syndicado herdeiro possam concorrer a sucessão na herança do falecido, Teodoro Simão Ramos.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Notariado. podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande Santo Antão, aos 05-05-2026.

Reg. sob o nº 1139596/2026

O Notário



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO para efeito de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50- 1ª Série, que no dia dezassete do mês de Abril do ano dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e três, de folhas cinquenta e três a cinquenta e quatro, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia vinte e cinco do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e quatro, em Boston, Estado de Massachusetts, Estados Unidos da América, onde teve a sua última residência habitual em 53 Hancock, Boston, Massachusetts 021125, faleceu **ALDINA FERNANDES DE PINA MENDES MONTEIRO**, que também usava **ALDINA MENDES MONTEIRO**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de viúva.

Que, a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e sucederam-lhe, como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber, **1. Graciete Mendes Monteiro** casada com João de Deus Barbosa Amado, sob o regime

da comunhão geral de bens; **2. José Carlos Mendes Monteiro**, casado com Luisa Helena Rufino Monteiro de Pina Monteiro, sob o regime da comunhão de adquiridos; e **3. Mário César de Andrade Monteiro**, casado com Izabel Maria Lopes Martins, sob o regime da comunhão de adquiridos, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residentes nos Estados Unidos da América.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **Aldina Fernandes de Pina Mendes Monteiro**, que também usava **Aldina Mendes Monteiro**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, ao dezassete de Abril de dois mil e vinte e seis.

Art. 20.º 4.2.1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo nº 1133358

Conta sob o nº 202608770

O Conservador/Notário

/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação
Nome do serviço: Conservatória/cartório de São Lourenço dos Órgãos
Endereço/Morada: João Teves
Telefone/fax/email: 271 10 41



Conservadora/Notária – Djamilia Rocha Delgado EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de **primeira publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 21-04-2026, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 13, de folhas 60 V à 60 frente, uma escritura de Justificação Notarial na qual, **Maria Adelaide de Fátima Silva**, contribuinte fiscal número 116407409, viúva, residente em São Vicente, titular do cartão nacional de identificação número 19431205F002J, emitido pela República de Cabo Verde, válido até 09 de outubro de 2029, e **Nilza Maria de Fátima Silva Rodrigues**, contribuinte fiscal número 104338059, casada com Anísio da Circuncisão Nobre Rodrigues, sob o regime de comunhão de adquiridos, portadora do cartão nacional de identificação número 19670627F012L, emitido pela República de Cabo Verde, válido até 13-09-2026, residente na Cidade da Ribeira Grande.

Que, elas e os filhos e irmãos, **Benvido Augusto de Fátima Silva; Victor Hugo de Fátima Silva; Carla Marisia de Fátima Silva; Adilson Carlos de Fátima Silva; Risolita de Fátima Fernandes Silva Lopes; Rafael Augusto Fernandes Silva; Raul Gabriel Fernandes Silva**, são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, de três prédios urbanos situados em Eito, Paul, sendo **primeiro** medindo **cento e vinte e seis metros quadrados**, confrontando do Norte com Caminho; Sul e Oeste com Herdeiros de Jorge Duarte Silva; Este com Maria Adelaide de Fátima Silva, inscrito na matriz, sob o número **2296/0**, adveniente do prédio urbano nº 1161/0; **segundo** medindo **duzentos metros quadrados**, confrontando do Norte com Caminho, Sul com Herdeiros de Jorge Duarte Silva e Estrada, Este e Oeste com Maria Adelaide de Fátima Silva, inscrito na matriz, sob o número **2297/0**, adveniente do prédio urbano nº 1161/0; **terceiro** medindo **cento e vinte metros quadrados**, confrontando ao Norte com Caminho, Sul com herdeiros de Jorge

Duarte Silva e Estrada, Este e Oeste com Maria Adelaide de Fátima Silva, omissos no registo predial.

Que, os referidos prédios vieram à posse deles por sucessão hereditária, por serem meeira e herdeiros de **Amarando Silva**, conforme escritura de habilitação de herdeiros, lavrado no primeiro Cartório Notarial de São Vicente no maço B/30 a folhas 78 verso, registado no índice de escrituras diversas nº 9, sob o processo 45442.

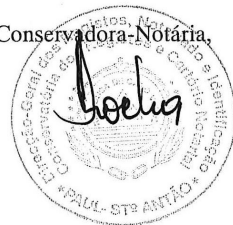
Que, após o falecimento deste, fizeram a transmissão junto da Câmara Municipal do Paul, mas não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permite fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição dos prédios, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há 33 anos.

Que essa posse, foi adquirida e mantida, sem violência e sem a menor oposição, ostensivamente, com o conhecimento de toda gente, de boa fé usufruindo de todas as utilidades dos prédios, de forma pacífica, contínua e pública, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades dos prédios, quer usufruindo como tal quer suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriram os seus direitos de propriedade por usucapião, o que invocam para efeito de primeira inscrição no registo predial. Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 29 de abril de 2026.
Art.20.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo200\$00
Total..... 1.200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos).
Processo nº 1138835
Conta reg. sob o nº 202604418

A Conservadora-Notária,



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86º -A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 — 1ª Série, que no dia vinte e um de abril do ano dois mil e vinte e seis, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim Lic. **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e três, de folhas vinte e um verso a vinte dois versos habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia vinte do mês de abril do ano mil novecentos e noventa e seis, no hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Lombo Tanque, faleceu **Noel Custódio Lopes**, natural que foi da freguesia de São João Batista, concelho e ilha da Brava, no estado de solteiro.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) João José dos Santos Lopes**, residente nos Estados Unidos da América; **b) Maria Isabel dos Santos Lopes**, residente em Luxemburgo; estes solteiros, maiores; e **c) Maria Elisabete dos Santos Lopes**

Monteiro, casada com António Jaime Monteiro, sob o regime da comunhão geral de bens, residente em Pedra Rolada; todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente. Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **"de cujus"**

Os interessados querendo, podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos do nº 5 do artigo 86-A e artigo 87 do Código Notarial.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos vinte e três de abril de dois mil e vinte e seis.

Art.20.º4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo nº 1134942
Conta n.º 202619576

O Notário,

Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva
/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /



DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



Conservadora/Notária - Djamilia Rocha Delgado

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dezasseis de abril de dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 13, folhas 57 frente a 57 verso, uma escritura de habilitação de herdeiros, no qual foi declarado:

Que, no dia três de abril de dois e dezasseis, faleceu no Hospital da Ribeira Grande - Santo Antão, **Joaquim Miguel Crisóstomo**, de setenta e cinco anos de idade, no estado de solteiro, que foi natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, com última residência habitual em Lombo Comprido do Paul. Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos os seus filhos a saber: **a) Armindo Joaquim Évora Crisóstomo**, solteiro, maior natural da freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, residente em Ribeirinha - São Vicente; **b) Arminda Maria Évora Crisóstomo**, solteira, maior, natural de freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, residente em Lombo Comprido do Paul;

c) Maria Joaquim Évora Crisóstomo, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul e residente em Portugal. Que, não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram aos mencionados herdeiros, ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Joaquim Miguel Crisóstomo**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos 29 de abril de 2026.
Processo nº 1138697
Conta nº 202604402

A Conservadora-Notária,





Ministério
da Justiça

Direcção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – Iª Série, que no dia vinte do seis de março do ano dois mil e vinte e seis, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim Lic. **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e dois, de folhas dezassete v a vinte, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia nove do mês de outubro do ano mil novecentos e noventa e quatro, no hospital Dr. Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Cruz João Évora, faleceu **João Filipe Almeida**, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, no estado de casado com Cristina Maria Oliveira, sob o regime da comunhão de adquiridos.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Maria Oliveira Almeida**, à data do óbito casada com Porfirio João Monteiro, sob o regime da comunhão de adquiridos, sendo atualmente divorciada, residente em São Vicente; **b) Joana Nascimento Almeida**, solteira, maior, residente em São Vicente; **c) Alcinda Viterbo Almeida**, casada com Ilídio António Santos, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Espanha; **d) Ilza Maria Oliveira Almeida**, solteira, maior, residente em Itália; **e) Alzira Cristina Almeida**, casada com Manuel de Jesus Monteiro, sob o regime da comunhão de adquiridos, de nacionalidade portuguesa, residente nos Países Baixos; **f) Manuel Almeida** (já falecido); **g) Carlos João Oliveira Almeida** (já falecido); **h) Eduardo Oliveira Almeida Neto** (já falecido); estes naturais da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão; **i) Maria Helena Oliveira Almeida**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde reside. Entretanto, no dia dois do mês de novembro do ano dois mil e catorze, num domicílio, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Cruz João Évora, faleceu **Cristina Maria Oliveira**, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, no estado de viúva.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, todos acima identificados das alíneas **a) a i)**. Ainda, no dia dezanove do mês de março do ano dois mil e quinze, num domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Cruz João Évora, faleceu **Manuel Almeida**, no estado de divorciado.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **1) Jair Jorge Silva Almeida**, solteiro, maior, residente nos Estados Unidos da América; **2) Roni Benito Silva Almeida**, unido de fato com Dulcineida Cristina Soares Gomes, residente em São Vicente; **3) Edvaldo Renato Silva Almeida**, solteiro, maior, residente em Portugal; **4) Ana Cristina Correia Almeida**, solteira, maior, residente em Santo Antão; **5) Sandra Helena Correia Almeida**, solteira, maior, residente em Luxemburgo; estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente; **6) Neida**

Manuela Silva Almeida, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, residente nos Estados Unidos da América.

Entretanto, no dia dezasseis do mês de dezembro do ano dois mil e dezanove, em 6 Allée D'Oxford em Aix-En-Provence (Bouches-Du-Rhône) - França, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **Carlos João Oliveira Almeida**, no estado de divorciado.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiro legitimário, o seu filho, a saber: **1) Elis Regina David Almeida**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde reside.

Ainda, no dia onze do mês de janeiro do ano dois mil e vinte, no Hospital Dr. Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Cruz João Évora, faleceu **Eduardo Oliveira Almeida Neto**, no estado de solteiro.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Eritson Renato Delgado Almeida**, divorciado, residente em São Vicente; **b) Ravidson Lopes Almeida**, solteiro, maior, residente em São Vicente; **c) Elton John Gonçalves Almeida**, solteiro, maior, residente em Portugal; estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente; **d) Liliana Sofia Alves Almeida**, divorciada, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, residente em Espanha.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos “**de cujus**”.

Os interessados querendo, podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos do artigo n.º 87 do código notarial.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos dez de abril de dois mil e vinte e seis.

Art. 20.º. 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1122645

Conta n.º 202615435

O Notário,


/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

Ministério
da Justiça

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



Conservador/Notário por substituição, Emanuel Rocha Alves

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeito da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, nesta Conservatória e Cartório Notarial do Maio, sito na Cidade do Porto Inglês – Ilha do Maio, a meu rogo, que no dia **cinco** de **maio** de dois mil e **vinte e seis**, e no livro de notas para escrituras diversas nº **23-G**, de folhas **60/F a 61/f**, foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbitos de **SERVULO MARTINS AGUES** e **IVONE RIBEIRO** nos termos seguintes:

Primeira Habilitação

Que, no dia dez de outubro de dois mil e vinte dois, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, faleceu, sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, **SERVULO MARTINS AGUES**, no estado de divorciado, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, e com última residência habitual em Barreiro, Ilha do Maio.

Que lhe sucederam como únicos herdeiros, os filhos:

ANTONITA RIBEIRO AGUES, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, residente em Portugal; **IVETT RIBEIRO AGUES**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, residente em Holanda; **ANTONIO SERGIO RIBEIRO AGUES**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, residente em Holanda; **JOSÉ SERGIO RIBEIRO AGUES**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, residente em Holanda e **MARIA DE**

LOURDES RIBEIRO AGUES, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, residente em Holanda.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos referidos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão do “de cujus”.

Segunda Habilitação

Que, no dia vinte e um de maio de dois mil vinte três, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, faleceu, sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, **IVONE RIBEIRO**, no estado de divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, e com última residência habitual em Roterdão, Holanda.

Que lhe sucederam como únicos herdeiros, os filhos:

ANTONITA RIBEIRO AGUES, **IVETT RIBEIRO AGUES**, **ANTONIO SERGIO RIBEIRO AGUES**, **JOSÉ SERGIO RIBEIRO AGUES** e **MARIA DE LOURDES RIBEIRO AGUES**, todos já identificados na primeira habilitação.-- Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos referidos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão do “de cujus”.

Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos da lei.

Esta Conforme.

Cidade do Porto Inglês, Ilha do Maio, aos 06.05.2026.

--- Art.º 20º,4.2: -----1.000\$00.

--- Selo; -----200\$00.

--- Importa o presente extrato em: **1.200\$00(mil e duzentos escudos).**

--- Conta nº 202605124.

Ministério
da Justiça

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



- Extrato -

Conservadora-Notaria: Alicia Patrícia da Cruz da Luz

Certifico narrativamente para efeitos de **primeira publicação**, nos termos do disposto no artigo 86º - A do Código do Notariado, que no dia 4 de maio de 2026, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número **quarenta e dois**, de folhas **83 a 83 verso**, uma escritura de habilitação de herdeiros, na qual foi declarado: **Primeira habilitação** - Que no dia quinze de agosto de dois mil e catorze, faleceu na cidade do Porto Novo, freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, **Herculana Pires dos Santos Francisco**, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, filha de Simão Manuel dos Santos e Maria de Fátima Pires, no estado de casada com Bernardo João Francisco, sob 0 regime de comunhão de bens adquiridos, com última residência habitual na cidade do Porto Novo. Que deixou como herdeiros os filhos: **Isaías Pires Santos**, **Diva Pires dos Santos**, **Jandira Cibelle Pires dos Santos** e **Solivan Cleidi Pires dos Santos**, todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de São João Baptista - concelho de Porto Novo, residentes em França, Itália, Portugal e São Vicente, respetivamente. **Segunda habilitação** - Que, no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, faleceu em Lisboa - Portugal, **Bernardo João Francisco**, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, filho de João Francisco Santos e Inês Maria Júlia, no estado de viúvo, com última residência habitual em Mira-Sintra, Portugal. Que deixou como herdeiros os filhos acima referidos

como herdeiros de **Herculana Pires dos Santos Francisco** e os seguintes: **Inês Maria da Cruz dos Santos**, divorciada, **Adilson Jorge Sorares Francisco**, solteiro, maior, residentes na cidade do Porto Novo, **Paulo da Cruz Francisco**, solteiro, maior, residente na ilha do Sal, **Teresa da Cruz Francisco Semedo**, casada com Fernando Sanbel Soares Semedo sob 0 regime de comunhao de bens adquiridos, residente em Portugal, estes naturais da freguesia de São João Baptista - concelho do Porto Novo, **Rui Jorge da Cruz Francisco e Zuleita Samira Delgado**, solteiros, maiores, naturais da freguesia de Santo André-concelho do Porto Novo, residentes em Ribeira da Cruz e Martiene, respetivamente. Que ambos falecidos não fizeram testamentos ou qualquer outra disposição de última vontade. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram aos herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos falecidos.

Mais se informa que nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 4 de maio de 2026.

Processo nº 1140912

Conta nº 202617245

Importa em mil e duzentos escudos.

A Conservadora-Notaria,

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartorio Notarial do Porto Novo, Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 222 1141/ VOIP (333) 2202, (333) 2201, Email: Conservatoria.CartorioPN@gov.cv

**TABELA DE PREÇOS***
Classificados

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO			
Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31, 5 cm	35.000,00	26.000,00
1/2	25,9 x 16, 2 cm	18.500,00	14.000,00
3/8	12,9 x 23, 5 cm	12.500,00	9.800,00
1/4	12,9 x 16, 2 cm	9.500,00	7.800,00
1/8	12,9 x 7, 8 cm	5.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios
Condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)
www.anacao.cv/como anunciar
email: comercial.grupoalfacv@gmail.com



Ministério da Justiça
DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO

**EXTRACTO**

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e sete de abril do ano dois mil e vinte e seis, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim Lic. **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e três, de folhas trinta e seis a trinta e sete a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia vinte e nove do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Fonte Meio, faleceu a referida **Albertina Maria Monteiro Gomes Almeida**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de casada, sob o regime da comunhão geral de bens, com ele outorgante.

A falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Elói Monteiro Almeida**, casado com Isaura Lopes Soares Almeida, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural de Portugal, residente

em Sal Rei, ilha da Boa Vista; **b) Cátia Cristina Monteiro Almeida**, divorciada, residente em Chã de Alecrim; **c) Samira Filomena Monteiro Almeida**, solteira, maior, residente em Monte Sossego; estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida "**de cujus**".

Os interessados querendo, podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos dos artigos n.ºs 86-A e 87 do Código Notarial.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos trinta e sete de abril de dois mil e vinte e seis.

Art. 20.º4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 1138288
Conta n.º 202620653

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte n.º 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00/ Voip (333) 3110, Email : SegundocartotorioSV@gov.cv



Ministério da Justiça
DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO



Conservador/Notário por substituição, Emanuel Rocha Alves

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da segunda publicação, nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 – I Série, que, nesta Conservatória e Cartório Notarial do Maio, sito na Cidade do Porto Inglês, Ilha do Maio, a meu rogo, no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, e no Livro de Notas para Escrituras Diversas n.º **23-G**, a folhas **41 F/V**, foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiro, por óbito de **FORTUNATO DA SILVA**, nos termos seguintes:

Que, no dia **sete de novembro de dois mil e vinte e cinco**, na Calheta, ilha do Maio, faleceu, sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade **FORTUNATO DA SILVA**, no estado de casado com Dulce Tavares dos Santos da Silva, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, e com última residência habitual na localidade de Calheta, ilha do Maio.

Que lhe sucederam como únicos herdeiros os seus filhos:

ARLINDA CORREIA DOS SANTOS SILVA, casada com José Correia Martins Almeida, natural da freguesia de São Miguel, residente em Calheta, Maio; **JOÃO MANUEL TAVARES SILVA**,

solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em Calheta, ilha do Maio e **MARIA SALOMÉ SANTOS DA SILVA**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em Calheta, ilha do Maio.

Que não há outras pessoas que, segundo a lei, prefiram ao referido herdeiro ou que com ele possam concorrer na sucessão.

Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do n.º 5 do Art. 86-A e do Art. 87 do Código Notariado.

Esta Conforme.
Conservatória e Cartório Notarial do Maio, vinte e sete dias do mês de abril de 2026.

Art.º 20º,4.2: ----1.000\$00.

Selo; ----- 200\$00.

Importa o presente extrato em: **1.200\$00(mil e duzentos escudos)**.
Conta n.º 202604772.

Conservador/Notário por substituição

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP*, Cabo Verde, Telefone



Ministério da Justiça
DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO

**EXTRATO**

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira publicação**, que no dia seis de março de dois mil e vinte e seis, com início de folhas 89º do livro de notas número E/83, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por obitos de, **Teresa Maria Silva**, falecida no dia quatro de março de dois mil e vinte e três, num domicílio, onde teve a sua última residência habitual em Rua Baltazar Lopes da Silva, nesta Cidade do Mindelo, São Vicente, de oitenta e quatro anos, que foi natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, no estado de solteira. - Que, a falecida não deixou testamento ou escritura dedicação por morte, e lhe sucedeu como única herdeira legitimária, **Arlinda Teresa Silva Barros**, casada com Edgar Valdemiro Silva Barros, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, residente em Palermo, Itália. - Os interessados, querendo, podem

proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março. -Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos seis de março de 2026.

Conta n.º 202611266
Processo - 1109651

Art.20.4.2.....1000\$00
Selo.....200\$00
Total..... 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

O Notário

/José Manuel Santos Fernandes/
duzentos escudos

1º Cartório Notarial de São Vicente, VOIP- 3104-Alto São Nicolau, Notário.Lic. José Manuel Santos Fernandes

**FARMÁCIAS DE SERVIÇO****QUINTA - 07 de Maio**

STA ISABEL
A.S.A. - Frente B.V. - 262 37 47

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

SEXTA - 08 de Maio

ACHADA SÃO FILIPE
Achada São Filipe - 264 72 56

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SÁBADO - 09 de Maio

UNIVERSAL
Palmarejo - 262 93 98

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

DOMINGO - 10 de Maio

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

SEGUNDA - 11 de Maio

MODERNA
Plateau - Av. A. Cabral - 261 27 19

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

TERÇA - 12 de Maio

CENTRAL
Plateau - Av A. Cabral - 261 11 67

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

QUARTA - 13 de Maio

STº ANTÓNIO
Achada Santo António - 262 11 86

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65